BIBLIOTECA GERAL
UNIV. DE COIMBRA
JORNAIS

A CABRA
Jornal Universitário de Coimbra

Nº89 28 de Janeiro de 2003 **Quinzenal** **Director:** Emanuel Graça www.aac.uc.pt/cabra **e-mail -** cabra@aac.uc.pt
Produzido pela **Secção de Jornalismo da Associação Académica de Coimbra** **Distribuição Gratuita**

DOM Picas

Pensar a Universidade

Uma discussão pública sobre o ensino superior em Portugal, aberta a professores, alunos, académicos e sociedade em geral, é a proposta do Governo para os próximos meses, que vão anteceder a entrada na Assembleia da República das propostas para a remodelação do funcionamento das instituições de ensino superior. A plataforma de partida adoptada é um estudo da autoria de Veiga Simão, antigo ministro da Educação, Almeida Costa, antigo presidente do conselho de reitores, e Machado dos Santos, antigo presidente do conselho coordenador dos politécnicos, intitulado "Ensino Superior: Uma Visão para a próxima Década". Numa altura em que a reflexão é essencial, A CABRA junta-se ao debate e lança uma edição especial, em que várias personalidades são convidadas a "Pensar a Universidade".

PENSAR A UNIVERSIDADE

Superior problemático

MARILYNE ALVES

Universidades criticadas pelo recente estudo "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década" por não combaterem o insucesso escolar

São vários os problemas do ensino superior identificados no estudo "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década", como por exemplo o sistema de acesso, considerado "facilitista"

MÁRIO GUERREIRO

O estudo, realizado por Veiga Simão, Sérgio Machado dos Santos e António de Almeida Costa enumera vários problemas incontornáveis do ensino superior em Portugal. Entre aqueles propaladamente conhecidos e outros menos, os resultados prometem gerar polémica, dado constituírem uma base de fundamentação para algumas das medidas preconizadas por Pedro Lynce.

A facilidade de entrada no patamar mais elevado de ensino é um dos aspectos que mais tem sido criticado. O estudo diz mesmo que o facilitismo do sistema de acesso ao ensino superior dá azo a que "muitas vezes", ingressem alunos com classificações muito diferenciadas "para baixo", dos dez valores que funcionam como referência.

Outra das críticas expressas no estudo prende–se com a não correspondência entre o aumento das despesas crescentes com o sector e o resultado que se procurava. Sobre este problema o estudo é contundente: o aumento das despesas com o ensino superior não foi eficaz e não teve a "produtividade desejada".

O estudo é igualmente crítico da atitude dos estabelecimentos de ensino, que, confrontados com "índices absurdos de insucesso escolar" inaceitáveis e injustificáveis, não procederam a nenhuma medida com o intuito de contrariar essa tendência.

Da longa lista de problemas referidos encontra–se também o "insólito" número de cursos existentes, resultado do elevado número de instituições de ensino superior privadas e públicas. No estudo encontram–se outras críticas ao funcionamento das universidades, como o desfasamento entre a designação dos cursos e os seus conteúdos curriculares. Sobre este aspecto o estudo considera que na base de designação dos cursos estão "verdadeiros exercícios de imaginação". Ainda de acordo com este diagnóstico do ensino superior, a lógica da explosão de cursos foi "a de um aliciamento fácil da procura".

Um dos problemas mais graves apontados pelo estudo é o da influência nefasta da diminuição do número de jovens em idade escolar, em conjunto com lacunas existentes a nível do ensino de disciplinas como a matemática nos graus inferiores de ensino, o que originou uma diminuta existência de alunos do superior nos cursos de tecnologias e ciências. Este fenómeno tem repercussões económicas importantes, pois, de acordo com o estudo, influencia negativamente o crescimento do Produto Interno Bruto nacional.

No livro "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década", publicado pela Gradiva, figura igualmente entre os principais problemas da área o número reduzido de pós–graduações. Para os autores, tal revela que o ensino e a investigação não se relacionam como era desejável.

A autonomia das universidades merece também críticas. De acordo com a lei em vigor, as universidades são autónomas. O estudo refere no entanto que essa autonomia tem sido prejudicada por várias leis e "mal tratada" pelos vários governos, o que deu origem a situações difíceis na gestão financeira das universidades.

O funcionamento dos órgãos académicos de decisão figura também nos principais problemas identificados. A principal crítica refere–se à participação de elementos exteriores nas decisões deste orgãos, que é considerada reduzida e irrelevante. Contudo, quando existe de facto uma participação externa nas decisões, esta é habitualmente detentora de um grau de responsabilização praticamente nulo, e só pode acontecer com a expressa aprovação do poder interno.

Não são só os poderes académicos os criticados. Os poderes unversitários são também alvo de críticas, devido à sua difícil identificação, o que em alguns casos proporcionou a tomada de decisões baseadas no corporativismo, e incentivou a uma geral "transferência para os governantes das responsablidades dos problemas nas universidades".

O estudo revela ainda a falta de indicadores que permitam uma avaliação mais adequada do sistema do ensino superior. A dificuldade para se definir o a constituição do corpo de docentes de cada curso é um dos exemplos dessa lacuna de dados.

O Estudo

O estudo em causa intitula–se "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década". Foi pedido pelo Estado português, quando Guilherme d' Oliveira Martins era o detentor da pasta da Educação. Entretanto o executivo mudou e os resultados acabaram por ser apresentados a outro ministro, desta feita Pedro Lynce, ministro da Ciência e do Ensino Superior. Os autores do estudo são Veiga Simão (ex–ministro socialista da Educação e da Defesa), Sérgio Machado dos Santos (ex–presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) e António de Almeida Costa (ex–presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos). O livro em que figura este estudo foi publicado pela Gradiva, apresentado publicamente na quarta–feira passada, dia 22, e posto à venda no final dessa semana. O preço do livro ronda os 20 euros.

"Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década" - os problemas apontados

Cursos e vagas a mais

Promover a criação de medidas que permitam a fusão de instituições de ensino e avaliar o desempenho das universidades, são apenas algumas das medidas propostas pelo estudo "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década", com o intuito aumentar a qualidade de ensino e de combater o excessivo número de cursos em Portugal

JOÃO VASCO

Um dos principais problemas apontado pelo estudo encomendado do ensino superior português tem que ver com um excessivo número de estabelecimentos de ensino, o que deu origem a um número exorbitante de cursos de graduação (1558 no ensino superior público e privado), e a um consequente disparar do número de vagas.

Com efeito, segundo a recente publicação de Veiga Simão, Sérgio Machado dos Santos e António de Almeida Costa, "desde 1995/1996 que a oferta passou a superar expressivamente a procura", e, "no ano 2001/2002, pela primeira vez, a oferta no ensino superior público ultrapassou o número de candidatos à primeira fase". Aos 49.355 lugares disponíveis nessa fase de candidatura, apenas concorreram 45.210 alunos. Mas, se em alguns cursos, existem mais vagas do que candidatos, em licenciaturas como Medicina, Farmácia e Arquitectura, sucede exactamente o oposto.

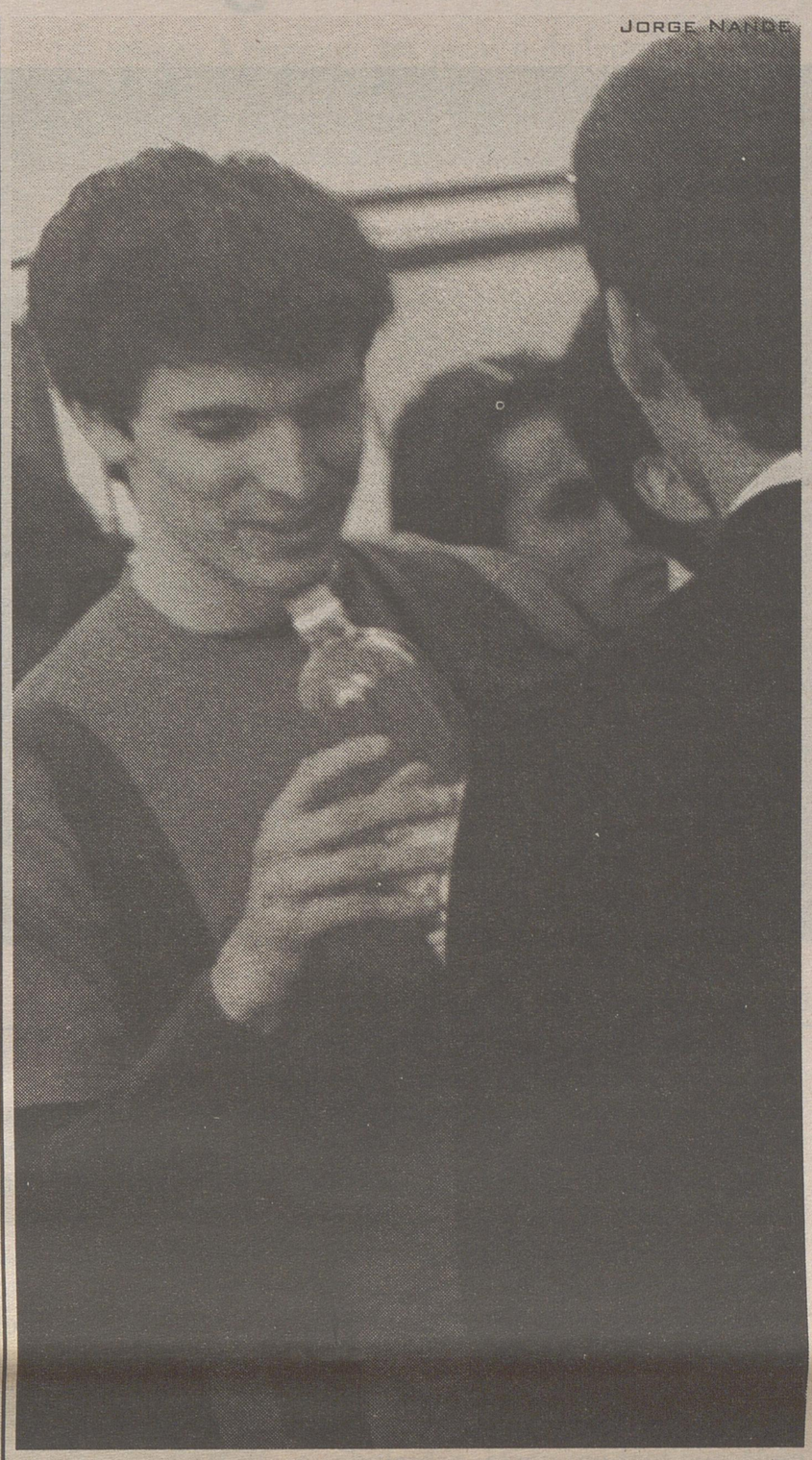
Quanto ao número de licenciados, tem havido um aumento significativo nos últimos anos, mas, em contrapartida, o de bacharéis tem decrescido de forma progressiva. Outro dos problemas que o estudo detecta é a progressiva concentração de instituições de ensino na região de Lisboa e Vale do Tejo (40,6 por cento).

Já no que diz respeito ao excesso de graduações, a situação mais gritante é a da área de Ciências da Educação, que possui 237 cursos. Também na área das Ciências Empresariais, o número é elevado (205), tal como na de Engenharia (152) e na das Artes (142). Quanto à distribuição dos alunos, a área que possui mais discentes é a da formação de professores, seguida da das Ciências Sociais e do Comportamento. Gestão e Administração são igualmente áreas com bastantes alunos inscritos (32,700).

Para fazer face a estas disparidades, o estudo propõe algumas reformas, que estão agora a ser equacionadas pelo ministro da Ciência e Ensino Superior, Pedro Lynce. Uma delas, é a regulamentação de medidas que permitam associações e fusões de instituições de ensino, bem como a criação de universidades federadas regionais. Outra das medidas, é a polémica proposta de avaliação das instituições e dos cursos. A ideia é a de que através de uma avaliação qualitativa dos diversos cursos e instituições se consiga nivelar o ensino e combater a fraca produtividade de alguns cursos. Esta proposta prevê ainda a "aprovação de uma carta de indicadores do desempenho das universidades".

Registe–se, por fim, a proposta de criação de "incentivos à qualidade no ensino privado, no âmbito de programas estratégicos promovidos pelo Governo".

JORGE NANDE



Cada vez são menos os estudantes a entrar no superior

Os principais problemas

Autonomia

- As universidades públicas gozam, de acordo com a lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira;

- A autonomia tem sido restringida e "muito mal tratada" pelos governos, originando bloqueios na gestão das universidades.

Gestão

- A participação externa nos órgãos de poder académico é reduzida e irrelevante, dependendo da vontade do poder interno;

- No interior das universidades, os poderes estão diluídos, o que leva a que as decisões possam ser tomadas em função de corporativismos e incentiva a irresponsabilidade, dando origem ao "culto da transferência para os governantes das responsabilidades dos problemas nas universidades".

Avaliação

- Faltam indicadores para avaliar o sistema;

- Existe um excessivo número de instituições públicas e privadas.

Acesso ao ensino superior

- O sistema de acesso ao ensino superior é facilitista, na medida em que permite o ingresso de alunos com classificações finais abaixo "da referência dos dez valores";

- A designação dos cursos remetem para conteúdos que nem sempre correspondem à sua organização curricular. Procurou–se atrair os alunos, em detrimento da relevância social ou da exigência de qualidade de formações;

- A diminuição demográfica, associada a deficiências na generalização do ensino experimental e da matemática nos ensinos básico e secundário, criou condições, difíceis de reverter, para a concentração dos alunos do ensino superior em cursos de "papel e lápis", o que acarreta consequências negativas para o crescimento do PIB nacional.

Pedagogia

- As instituições não procuram combater os "índices absurdos de insucesso escolar, insusceptíveis de sustentar e justificar perante a opinião pública";

- As instituições não tiveram em conta a necessidade de acolher novos públicos, por forma a responder às enormes carências de actualização/formação da população activa.

Pós-graduações

- O número diminuto de actividades de pós–graduação indicia a ausência de um relacionamento mínimo entre as actividades de ensino e de investigação.

Críticas aos baixos índices de desenvolvimento tecnológico apresentados

Inovação Científica em análise

Maior competitividade e inovação nas áreas da investigação e ciência são algumas das ideias defendidas no estudo "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década"

JOÃO CORTESÃO

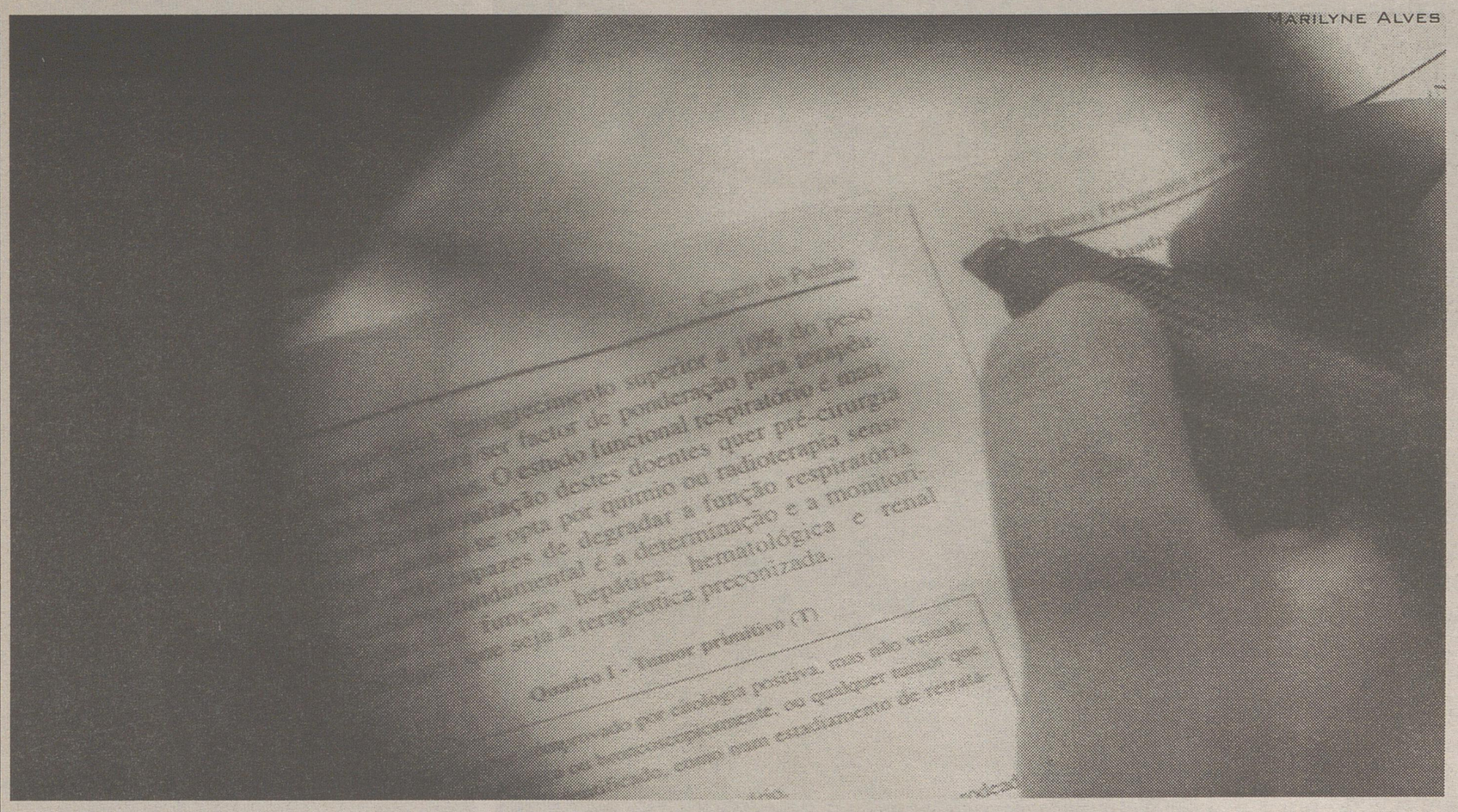
O trabalho de Veiga Simão, Machado dos Santos e Almeida Costa afirma que o ensino superior pretende, acima de tudo, ser um espaço de troca de ideias e de projectos, um "viveiro" dinâmico de espírito empreendedor que se afirme inequivocamente como um instrumento decisivo da inovação e competitividade, capaz de fortalecer a posição portuguesa no panorama europeu.

Os autores defendem que, neste processo, não se pode esquecer que são as instituições do ensino superior que qualificam os recursos humanos essenciais para dar coerência a políticas nacionais e comunitárias de inovação e competitividade. Segundo este estudo, o ensino superior deve funcionar como a ponte da investigação pública e privada entre o Estado e a sociedade, contribuindo para que se possam atingir níveis de elevada qualidade ao mesmo tempo que se dinamizam novas técnicas de comercialização e divulgação científica e cultural. Para que este objectivo possa ser cumprido é necessário que seja respeitada uma lógica de avaliação da qualidade e da inovação através de um conjunto de indicadores previamente seleccionados.

Esta é uma questão que, para os autores do estudo, assume particular relevância se se tiver em conta o fosso que existe entre os Estados Unidos da América e a Europa ao nível das qualificações profissionais e das suas aplicações económicas. A dimensão deste fosso traduz–se na disparidade do número de patentes registadas, no relacionamento com o mercado, no favorecimento da capacidade de risco e nas dinâmicas de criação de empresas inovadoras. Nesta área, todos os indicadores nacionais são inferiores aos da média europeia em mais de 20 por cento, o que vem lançar um alerta às instituições de ensino superior, para que estas conjuguem esforços no sentido de levar Portugal a avançar no que diz respeito à qualidade e a vencer os atrasos estruturais evidentes.

Este aumento de qualidade apenas será possível, defende–se ainda nas página de "Ensino Superior: Uma Visão para a próxima Década", se for pensado com base numa quantificação profunda das potencialidades nacionais e uma avaliação do desempenho e da capacidade de mudança do ensino superior. Países de pequena dimensão como a Suécia ou a Finlândia adoptaram medidas nestes domínios que conduziram a uma qualificação rápida de recursos humanos, facto que sugere a necessidade de um desafio igual em Portugal.

Tirar o estudante elegível da gaveta



MARILYNE ALVES

Governo já anunciou a necessidade de uma maior comparticipação dos estudantes e das suas famílias

Para pôr fim aos "mecanismos cegos do financiamento do ensino superior é necessário" que o Estado tenha em conta o grau de produtividade de cada instituição no momento de a financiar

PEDRO SANTOS

Neste estudo sobre o ensino superior encomendado pelo então ministro da Educação Guilherme d'Oliveira Martins, defende–se a "urgência" de uma lei de financiamento que passe inevitavelmente por critérios de desempenho das instituições.

O objectivo é acabar com "os desperdícios" que têm marcado os últimos anos no investimento no ensino superior. Para isto é também condição sine qua non a promoção de um verdadeiro combate ao insucesso escolar, que Pedro Lynce considerou já como "perfeitamente imoral". Lembram que 35 por cento dos estudantes não concluem os seus cursos e que apenas 17 em cada 100 matriculados conseguem o diploma dentro da idade "normal" de graduação. Segundo dados oficiais, o ensino superior português é dos menos eficazes da Europa estando apenas à frente da Grécia e da Itália.

Desde o ano de 1993 que o orçamento de funcionamento das instituições do ensino superior é atribuído anualmente, baseando–se numa fórmula que tem em conta, sobretudo, o número de estudantes matriculados nas instituições. O estudo agora apresentado preconiza alterações radicais na forma de financiamento, concretamente a introdução de "parâmetros com vista ao estímulo da qualidade". E apontam vários caminhos. A atribuição de verbas em função do número de graduados em cada ano, por exemplo, significaria que o financiamento, parcial ou total, seria calculado tendo como base "o número de estudantes que finalizam os estudos em cada curso e respectivos custos unitários".

A aplicação do conceito de "estudante elegível", outra das possibilidades avançadas, determinaria um tempo limite para os alunos acabarem a sua formação. Evitava–se assim "o financiamento continuado" de quem não tem aproveitamento.

A última hipótese apontada é o financiamento pelo número de créditos atribuídos pela instituição de ensino aos alunos, utilizando como "escala" os 60 créditos que correspondem a um ano curricular, segundo o sistema ECTS já em vigor nalguns países.

No entanto, os autores vão alertando para o facto de qualquer uma destas medidas não deixar, porém, de ter "diversos inconvenientes", como, por exemplo, alguma "facilitação" na concessão de graus. Contudo, acrescentam, a ligação do financiamento a factores de desempenho "é mesmo uma acção inevitável". Para além de contribuir para a racionalização dos meios, obrigará a uma "reorganização pedagógica" do ensino superior. Esta é de tal modo importante e urgente que inclusivé "justificaria a introdução de elementos adicionais de incentivo ao bom desempenho", como por exemplo "prémios financeiros" associados ao elevado sucesso do aproveitamento escolar dos estudantes ou a atribuição de "dotações adicionais para promover o ensino tutorial ou a alocação do pessoal mais qualificado e experiente" ao ensino dos alunos dos primeiros anos.

Para finalizar, os autores do estudo são também apologistas da ideia de que é fundamental apostar cada vez mais na contratualização. Ou seja, Governo e instituições de ensino devem negociar "contratos", onde fiquem definidos objectivos e metas quantificáveis a atingir "num horizonte mínimo de cinco anos".

Propinas voltam à carga

É certo que o Estado tem a "responsabilidade inalienável" de garantir o direito à educação. E que "ninguém deixará de frequentar o ensino superior por falta de recursos económicos". Mas o aumento das propinas deverá ser uma realidade.

A discussão está lançada. A reflexão liderada por Veiga Simão propôs um novo modelo para as propinas. A ideia é que sejam fixadas propinas mais altas para quem não tem aproveitamento escolar. Ou seja, a propina deve estar ligada directamente ao desempenho escolar. No entanto, esta medida só faz sentido com "um sistema eficaz de acção social", sublinha o autor. Actualmente, os estudantes que frequentam cursos de quatro anos levam, em média, sete a concluí–los. "Se estiver montado um esquema de avaliação da qual resulte a evidência de que a culpa das reprovações é do aluno, ele terá de pagar muito mais. E aproximar–se progressivamente do custo real do serviço que lhe é prestado", explicam os autores deste estudo.

No entanto, convém lembrar o limite a que este aumento das propinas está sujeito a restrições. Segundo um acórdão de 1994 do Tribunal Constitucional, o valor não pode ir além dos 25 por cento do custo real do ensino por aluno.

Universidades abrem as portas à sociedade civil

"Conselho Estratégico da Universidade"

A reflexão sobre o ensino superior conclui a existência de uma necessidade de abertura da universidade ao exterior e à sociedade civil. Com base nisto preconizam um modelo de gestão dos órgãos das universidades com a presença de membros exteriores às academias

No livro "Ensino Superior: uma Visão para a próxima Década," o modelo de governo académico também foi contemplado com algumas alterações. Para Veiga Simão, um dos autores, o modelo actual de poder académico deve ser alterado para que haja uma abertura das instituições à sociedade, "possibilitando a institucionalização de 'membranas osmóticas' detentoras de poder real, com a participação do poder político, da universidade e da sociedade civil". Neste sentido, e em declarações prestadas ao "Público", denuncia o incumprimento actual da lei nesta matéria, afirmando que a representatividade externa da universidade "está expressa de uma maneira pouco forte". E exemplifica, dizendo que não existe "nenhum senado que cumpra a regra de ter 15 por cento dos seus membros da comunidade externa". Vai ainda mais longe referindo o facto de, em mais de metade das universidades, a representatividade ser "zero."

A estrutura e as competências das "membranas osmóticas" propostas, poderão assumir diversas formas, dependendo da missão e das funções de cada universidade. O catedrático defende a ideia de que os modelos de governo de cada insituição "não devem ser iguais". Cada universidade deverá interrogar–se sobre qual a estratégia a adoptar. No entanto, os caminhos apontados por esta interrogação sobre o ensino superior passam pelo "aumento da eficiência e eficácia na gestão", através de uma liderança forte e de uma tomada de decisões em tempo oportuno.

Relativamente à participação dos estudantes no governo das universidades conclui–se, com base no estudo, que deve haver "uma grande participação", desde que não seja feita "em órgãos para os quais não têm competência". Ainda segundo a reflexão, o ideal seria ter estudantes "em estruturas que velassem pela qualidade do ensino", apesar de "a maior parte das universidades não as terem". Neste sentido, Veiga Simão e colaboradores preconizam uma alteração "dos limites percentuais" dos diferentes parceiros nos órgãos de gestão das universidades, "privilegiando os mais qualificados".

A maior novidade nas alterações propostas reside sem dúvida no Conselho Estratégico da Universidade (CEDU). Segundo a proposta do ex–ministro da Educação, este seria um órgão "com existência obrigatória", constituído por "um presidente designado pelo governo, cinco membros do senado e cinco membros da comunidade exterior."

"Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década" - as soluções propostas

Bolonha à portuguesa

Nesta reflexão liderada pelo autor da actual Lei de Bases do Sistema Educativo, podem observar–se algumas consequências que o irreversível processo de Bolonha poderá trazer para o ensino superior português

PEDRO SANTOS

No estudo sobre o ensino superior, a Declaração de Bolonha não foi esquecida. Segundo os autores, "o processo de Bolonha constitui uma grande oportunidade para a reorganização do ensino superior em Portugal".

Veiga Simão considera que "Portugal cumpre quase todas as especificações", divergindo apenas no que diz respeito à existência de dois graus de 1º ciclo (bacharelato e licenciatura) e ao facto do sistema de créditos utilizados "não estar ainda generalizado a todas as áreas científicas".

Numa breve abordagem, podem equacionar–se esses problemas em duas dimensões complementares. Segundo o estudo, "muitas das formações iniciais em Portugal são longas e existe uma tendência recente para se alongarem". Por outro lado, e ao nível da organização pedagógica, o estudo refere que "os percursos curriculares continuam a ser muito rígidos". E criticam duramente o facto de o ensino "continuar a ser pouco motivador para corpos discentes cada vez mais heterogéneos". Dentro destas críticas são abordados os conteúdos cognitivos que, do ponto de vista dos autores, "são privilegiados" face a outras capacidades e competências, como o desenvolvimento do intelecto, o aprender a aprender, a capacidade para resolver problemas, as capacidades para a intercomunicação, a liderança, a inovação e a integração em equipa.

Em relação à estrutura dos graus e diplomas, uma das questões mais referidas no processo de Bolonha, o objectivo principal passará por uma simplificação dos mesmos, "tornando–os mais comparáveis com a estrutura comum de referência protagonizada". Para que tal aconteça, os autores do estudo avançam alguns princípios de base, nomeadamente a existência de um só grau de 1º ciclo, com duração de três e quatro anos; a coexistência de formações de natureza profissionalizante e de formações de cariz mais científico e cultural, ao nível do 1º ciclo; a adopção de um novo conceito de mestrado, que corresponderá a uma especialização científica ou profissionalizante; a organização de programas de doutoramento com componentes curriculares, sem prejuízo da possibilidade de doutoramentos exclusivamente por tese e, finalmente, a organização de formações de pós–graduação não conducentes a grau, de duração variável, numa perspectiva de formação especializada ao longo da vida. Mas para que estes princípios sejam eficazes torna–se necessária "uma grande flexibilidade", dentro da ideia fundamental de que os objectivos da formação "podem ser atingidos por vias alternativas, através de diferentes percursos."

As implicações mais profundas deste processo poderão, contudo, passar mesmo "por uma autêntica reorientação pedagógica", focalizada na introdução de um sistema de créditos do tipo "European Credits Transfer System" (ECTS). Este sistema vem introduzir "um novo paradigma da organização do ensino, centrado no aluno e nos objectivos da formação". Segundo o estudo, "o ECTS coloca o enfoque na aprendizagem, centra a formação no estudante como sujeito activo no processo de aprendizagem, e orienta a formação para objectivos predefinidos."

Propostas de avaliação do ensino superior

Universidades em exame

Várias propostas, como a avaliação das universidades através de indicadores de desempenho e a regulação no acesso, estão em cima da mesa, para tentar supervisionar as instituições universitárias portuguesas

JOÃO VASCO

O recente estudo "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década" veio reavivar algumas questões polémicas, como a regulação e a avaliação das instituições universitárias. Desde 1994 que o sistema nacional de avaliação está encarregue da "apreciação da qualidade do desempenho dos resultados do ensino superior". Mas, segundo os autores do estudo, tal não se tem vindo a verificar de forma desejada.

Estes preconizam um novo tipo de "acompanhamento na avaliação das instituições universitárias", e falam em três formas distintas de avaliação: a "avaliação institucional", a "avaliação de áreas disciplinares" e a "avaliação de cursos". O objectivo é que se avaliem todas as vertentes relacionadas com o ensino e daí se extraiam as devidas consequências, o que em alguns casos pode levar a uma redistribuição de verbas ou mesmo ao encerramento dessas instituições.

Para que este processo de avaliação ganhe consistência, o estudo propõe a aprovação de uma "carta de indicadores de desempenho das universidades". Esta carta serviria, segundo os autores, para "oferecer uma credibilidade aos processos de avaliação", mas também para responder a uma exigência da sociedade, "que se interroga em cada momento sobre as performances das instituições do ensino superior". Assim, o rácio dos estabelecimentos de ensino será definido por esses indicadores.

Outra das medidas a adoptar para que se tenha um conhecimento mais preciso das instituições do ensino superior é a construção "urgente de uma rede de bases de dados" com informações detalhadas. Todavia, essas bases de dados não se aplicam exclusivamente à avaliação. O estudo revela ser necessária a implantação de bases de dados académicas, culturais, científicas, económicas e financeiras, acessíveis a toda a gente.

No acesso às universidades também se propõem alterações. O estudo alerta para a possibilidade de serem as próprias instituições do ensino superior a regularem as entradas de estudantes. Selecção essa que poderá ser feita mediante "plafonds" contratualizados com o Governo.

Estudo aposta na necessidade de uma avaliação criteriosa das universidades

Mudar o ensino superior

Financiamento

- Adopção de um modelo de contratualização entre o poder político e o poder académico;

- Criação de um regime de incentivos à qualidade no ensino privado, no âmbito de programas estratégicos desenvolvidos pelo Governo;

- Criação de um esquema de bolsas de mérito;

- Ligação do financiamento das instituições a factores de desempenho das mesmas;

- Revisão dos critérios de financiamento e diversificação das fontes de financiamento para além do Orçamento de Estado;

- Universidades e politécnicos financiados em função da produtividade;

- Propina progressiva que penalize os alunos que chumbaram.

Avaliação

- Aprovação de uma carta de indicadores do desempenho da universidade;

- A avaliação das instituições e dos cursos tem de ter consequências financeiras (apoios ou penalizações);

- Aprofundamento da integração dos privados no sistema de avaliação; os indicadores de qualidade devem ser iguais aos do público.

Gestão

- A abertura dos órgãos de decisão a membros exteriores aos estabelecimentos de ensino deve ser obrigatória;

- Universidades com um conselho estratégico cujo presidente é nomeado pelo governo.

Autonomia

- Aprovação de uma nova lei de autonomia universitária que clarifique e aprofunde a autonomia das universidades;

- Os politécnicos devem ter uma autonomia idêntica à das universidades.

Regulação

- Construção urgente de uma rede de bases de dados académicos, científicos, culturais, económicos e financeiros no ensino superior, que caracterizem as instituições e as suas actividades e estejam acessíveis a toda a gente;

- O sistema de acesso ao ensino superior pode ser alterado, remetendo para as instituições de ensino a selecção dos seus alunos dentro de "plafonds" contratualizados com o governo;

- Os politécnicos devem prosseguir o caminho do fortalecimento da via profissionalizante, com características inovadoras.

EDITORIAL

EMANUEL GRAÇA

Pensar o futuro da mudança

Numa altura em que o ministério da Ciência e do Ensino Superior aproveita a actual compenetração da maioria dos estudantes na presente época de frequências para anunciar novos estudos e propalar um já mais que certo aumento/mudança na forma de financiamento das universidades, muitos são já aqueles que se demonstraram indignados perante as novas propostas em calha. Assim, numa altura em que as várias leis referentes ao mundo universitário estão em praça pública para discussão, A CABRA não se alheia do seu papel e promove, com esta edição especial e com futuras iniciativas, o debate sobre o novo conceito da "universitas" para o século XXI.

Esta edição, denominada "Pensar a Universidade", reúne um valioso conjunto de textos de opinião provindos dos mais variantes quadrantes políticos, sociais e ideológicos e pretende, de forma singela mas activa, lançar o debate entre todos os estudantes, docentes, funcionários, habitantes de Coimbra e, em última instância, do país. Com a colaboração de vários nomes do panorma nacional, este número do Jornal Universitário de Coimbra pretende marcar o início de um fórum que continuará a ter lugar nas páginas desta publicação mas que, acima de tudo, se quer alargado a cada corredor, a cada café, a cada mente desta cidade.

Numa Coimbra repleta de uma auto–denominada elite intelectual que apenas parece cultivar o mofo das cadeiras dos "cafés–bem" e dos ícones massificados de uma alta cultura de massas, a falta de massa crítica parece ser um sintomático reflexo da falta de energia e de dinâmica em que a universidade portuguesa mergulhou. Uma universidade longe de um protagonismo, uma universidade longe de um conceito próprio de cidade do conhecimento, uma universidade presa a clientelismos catedráticos e longe do seu pressuposto inicial: a produção do saber. Por isso a discussão da temática do ensino superior e das suas relações com todos os âmbitos da sociedade (cultura, desporto, ciência, arte, literatura...) é algo de essencial, é uma brecha que pode permitir lançar uma lufada de ar fresco no bafioso nevoeiro em que se navega.

Uma navegação à vista, liderada por marinheiros de pouca visão, quiçá apenas velhos lobos do mar, de perna–de–pau, olho de vidro e cara de mau, onde Pedro Lynce surge como o comandante da fragata. Um comandante, tal como a sua trupe, sem noção das sensibilidades, do mosaico de especificidades que constitui a escola do saber universitário, sem noção que muitos dos estudantes que mais chumbam são aqueles que carregam nos ombros o peso do associativismo estudantil, cultural, artístico e desportivo, sem noção que, ao contrário das explorações agrícolas que tão bem conhece, os campos da universidade não são culturas de alto rendimento e que os estudantes não são galinhas de aviário que, em tempo de criação tecnologicamente maximizado, estão prontos em ir à mesa ao fim de pouco tempo..., enfim, um comandante sem noção do mar em que navega à bolina. Desta forma, de modo subtilmente gritante, Pedro Lynce e os seus "peritos do ensino superior" apregoam estudos e reformas que se centram, mais uma vez sobre o corpo discente e que, para o bem e para o mal, são maliciosamente generalistas no que toca ao corpo docente.

Por um lado, estudos como o que funciona como mote a esta edição especial ("Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década"), raramente e muito vagamente se referem à avaliação do docente, isto sem nunca atingirem o grau de detalhe que povoa temas como o aumento das propinas, a polémica do estudante–elegível, entre outros. Ou seja, de forma contundente, estes estudos apontam para uma culpabilização total e fulcral dos estudantes em todas as matérias que redundem no insucesso escolar, sem ter em conta variáveis como o desempenho dos professores, as condições facultadas pela instituições para o funcionamento das aulas ou a deficiente formação facultada pela maioria das escolas secundárias espalhadas por esse país fora, de resto comprovada por outros estudos que, por infeliz ironia, nunca cruzam as secretárias destes respeitáveis teóricos. Por outro lado, os estudos que o ministério apresenta não propõem uma clara definição entre investigação e ensino universitário, propalando assim o actual panorama do docente que, nas horas vagas fora do laboratório, é obrigado pelas universidades a presentear a "ignata" massa estudantil com a sua sapiência, isto sem que haja qualquer preocupação por parte destas instituições em proporcionar–lhe qualquer tipo de formação pedagógica...

> "Uma navegação à vista, lideradas por marinheiros de pouca visão"

Concluindo, e após este breve elencar de questões, cresce apenas a certeza de que há que pensar a universidade. Há que pensar a universidade, há que mudar a universidade, há que (re)criar a universidade. Isto mesmo contra os poderes instalados na universidade e no Governo, isto mesmo contra estudos parciais e pouco científicos, isto mesmo contra uma comunidade estudantil massificada, brutificada e distante. Porque serviço público é isto mesmo.

Universidade e o

Tem muitos anos a tradição de interferência do poder político nas Universidades e podemos encontrar muitos exemplos ao longo dos dois últimos séculos. Lembremos que, na maioria dos países, os Estados controlaram a vida das universidades ao longo dos séculos XIX e XX, com diferentes objectivos. Se inicialmente o faziam por razões que se prendiam com a necessidade de formar quadros para a administração pública, cabendo–lhes até um papel modernizador, a partir da segunda metade do século XX acabaram por o vir a fazer indirectamente. A massificação da Universidade, a impossibilidade de aumentar os orçamentos em conformidade e a maior influência do mercado, levou a que os governos introduzissem leis de autonomia, passando competências para as instituições. Passaram, entretanto, a estabelecer parâmetros macroscópicos para balizar o uso dessas competências, ao mesmo tempo que os usavam através de avaliações e mecanismos de prestação de contas. Chamou–se a este modelo "supervisão pelo estado", mas a verdade é que a tentação de interferência continuou e parece existir hoje uma tendência para regressar ao passado, dissimulada por termos como "gestão empresarial", "papel do mercado" e outros chavões. Não raras são as referências à má gestão das Universidades, passando–se com frequência a ideia de que aquelas são geridas irresponsavelmente.

> "Em Portugal, a publicação da Lei de Autonomia deu às Universidades, por breves momentos, a esperança de que poderiam ser donas do seu próprio destino, desde que fossem definidas regras claras. A fórmula de financiamento (hoje obsoleta e injusta), a avaliação dos cursos e o decreto lei sobre a flexibilização da gestão, foram medidas propostas pelas Universidades (e não pelos governos) que tinham como objectivo garantir uma gestão responsável"

Em Portugal, a publicação da Lei de Autonomia deu às Universidades, por breves momentos, a esperança de que poderiam ser donas do seu próprio destino, desde que fossem definidas regras claras. A fórmula de financiamento (hoje obsoleta e injusta), a avaliação dos cursos e o decerto lei sobre a flexibilização da gestão, foram medidas propostas pelas Universidades (e não pelos governos) que tinham como objectivo garantir uma gestão responsável. Foram anos de negociações árduas que permitiam a continuar ter esperança, apesar da desilusão que despontava. Foram anos de discussões discretas que levaram a resultados que seriam positivos se os governos mantivessem os seus compromissos, como as universidades o fizeram. Passados vários anos sobre a publicação da lei de autonomia, não será muito exagerado afirmar que os sucessivos executivos, sob a capa de uma maior liberdade de actuação das instituições e de uma maior responsabilização, a foram esvaziando, ao mesmo tempo que cumpriam mal as leis por eles produzidas e os compromissos assumidos. Em determinados momentos, os "bons momentos", a contratualização e a negociação eram bem vindas. Noutros, quando as instituições queriam utilizar a sua autonomia, em matérias que os executivos entendiam ser dever ser da sua esfera, i.e., nos "maus momentos", era escolhida a via da discussão conflituosa.

Apesar desta nota pessimista e crítica, quero crer que a relação da Univer-

PUB

*Pede o teu cartão de cliente e ganha uma máquina fotográfica ou uma revelação grátis

*Faz o teu book académico em estúdio e ganha um poster

Revelação em 30 minutos

Praça do Comércio – 8-1º telef: 239 822 105
Galerias Avenida, Piso O, Loja 2 3000 - 351 Coimbra telef: 239 821 915
Edifício da Associação Académica, 1º piso

8 euros nas revelações de 24 fotografias + oferta de rolo e álbum

poder da autonomia

VIRGÍLIO MEIRA SOARES *

sidade com o poder político tem potencialidades nos bons momentos que, convenhamos, não são assim tão poucos. Mas é nos momentos de conflito que a Universidade tem que fazer valer as suas razões, argumentando com seriedade e competência, e apresentando propostas credíveis, sabendo à partida que está em competição com outros sectores do Estado. O livro recentemente publicado por Veiga Simão, Machado dos Santos e Almeida Costa dá–nos um exemplo de como a seriedade de propostas pode ser bem aceite pelos governos: o seu trabalho foi encomendado por um governo e bem aceite pelo seguinte.

Ao falar de autonomia não se pode passar ao lado dos modelos de gestão. Os modelos existentes são, em parte, ineficientes e não permitem uma gestão mais responsável. A chamada "lei Cardia" foi de importância fundamental na normalização das Universidades em 1976. O que dispõe a lei de Autonomia tem ainda, em parte, a marca "Cardia", mas teria permitido uma organização diferente se os deputados e os universitários tivessem pensado melhor. Os deputados poderiam ter deixado uma maior margem de manobra às "Assembleias Constituintes". Os universitários deveriam ter confiado mais em si próprios.

Não é possível responsabilizar um Reitor que se vê desautorizado por um Senado que deveria ter uma função fiscalizadora e de definição estratégica. Ele deve usar as competências previstas na lei e seguir orientações estratégicas. Se a Universidade não gostar da sua acção, demita-o. Ele não deve ser manietado por constrangimentos de burocratas que nada percebem da vida académica. A ideia de que o reitor pode ser um não académico confrange–me. Acredito na gestão profissionalizada; não acredito que o poder académico seja exercido por um não académico. Acredito na participação da Sociedade nas definições estratégicas da Universidade; não acredito na eficácia da sua participação nas decisões que só devem caber aos académicos.

O mesmo se aplica às direcções das Faculdades, Escolas ou Departamentos. Se a representação por corpos pode parecer a alguns desajustada, responderei que concordo, mas só até certo ponto. A ideia de que um Presidente de um Conselho Directivo, ou um Director, deve obedecer a decisões tomadas por um órgão colegial, que mais parece um conjunto sindicatos de docentes, estudantes e funcionários, não me é simpática e entra em conflito com uma boa gestão. Esse tipo de órgãos colegiais fazem mais sentido na definição de planos de acção e em acções fiscalizadoras da actividade do Presidente ou do Director. As questões pedagógicas devem ser discutidas em órgão próprio, como as questões laborais devem ser discutidas em outro órgão que não um órgão colegial executivo.

Não tenho espaço para desenvolver ideias. Ficam algumas, poucas, reflexões. Não me restam dúvidas que muito terá que mudar, e a muito curto prazo.

* Presidente do Conselho Executivo da Fundação das Universidades Portuguesas.

"A ideia de que um Presidente de um Conselho Directivo, ou um Director, deve obedecer a decisões tomadas por um órgão colegial, que mais parece um conjunto sindicatos de docentes, estudantes e funcionários, não me é simpática e entra em conflito com uma boa gestão. Esse tipo de órgãos colegiais fazem mais sentido na definição de planos de acção e em acções fiscalizadoras da actividade do Presidente ou do Director"

A METAMORFOSE

GUSTAVO SAMPAIO

A virtude do meio termo

Mais do que pensar o ensino universitário em termos ideológicos, importa considerar objectivamente questões concretas sobre o seu funcionamento actual de forma a contribuir para um debate público saudável, participativo e com resultados práticos.

O modelo de financiamento das instituições de ensino constitui o principal ponto de discussão. Deve ou não ser aumentada a contribuição das famílias e dos alunos para os custos do ensino superior através do incremento do valor das propinas? Na minha opinião, não. Acredito plenamente no conceito de garantia da gratuitidade do ensino conforme previsto na Constituição, onde é determinado um valor de propina inferior à referência de 25 por cento do custo real do ensino por aluno. Para além dos encargos com as propinas, os alunos suportam elevados custos de habitação, alimentação, transportes, livros e outro material de estudo. O aumento do valor das propinas representaria uma sobrecarga de despesa insuportável. No entanto, ressalvo as especificidades de cada curso e de cada aluno que no cômputo geral não são tidas em conta no actual sistema. Se um aluno de medicina não tem o mesmo custo para o Estado do que um aluno de direito, por que razão pagam a mesma quantia de propina anual? Os valores das propinas deveriam ser estipulados de acordo com o custo real do ensino em cada curso e nunca ultrapassando a margem mínima.

As receitas provenientes das propinas devem ser utilizadas exclusivamente na melhoria das condições de ensino, como estipulado na lei, e não para a subsistência diária das faculdades. O pagamento dos salários de funcionários e professores, o custo da manutenção dos edifícios e outros gastos correntes devem ser garantidos por um orçamento anual fixo e responsável proveniente do poder central, independentemente de qualquer movimentação governamental e de qualquer conjuntura económica. Deste modo acabar–se–ia com a vergonha habitual de todos os anos lectivos, com os reitores a queixarem–se publicamente que correm o risco de terem de fechar as portas por incapacidade financeira.

"Será possível aliar o factor qualidade ao factor quantidade?"

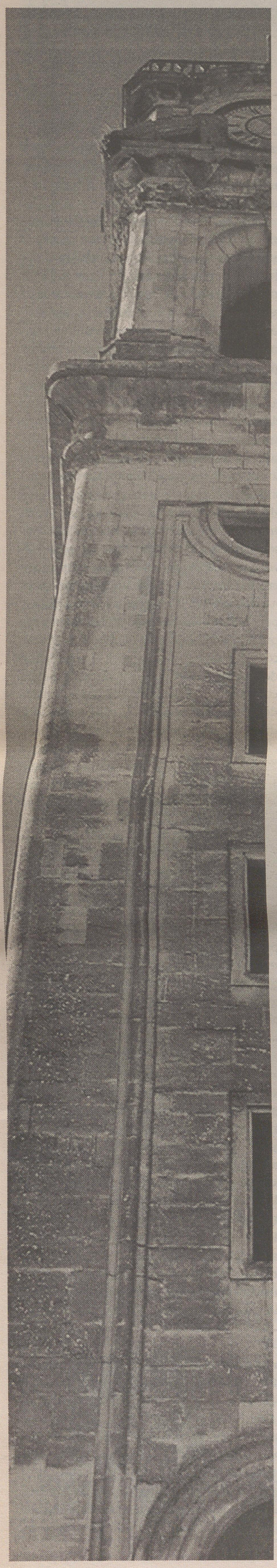
Na medida em que a gratuitidade do ensino é apenas virtual, torna–se essencial promover um sistema de subsídios escolares mais justo e eficaz. A fiscalização tem de ser apertada de forma a combater as fraudes que se cometem ano após ano, com bolsas de estudo a serem conferidas a alunos sem dificuldades económicas enquanto outros realmente necessitados não têm acesso a essas mesmas ajudas. E é necessário aumentar o valor dos subsídios, sobretudo para as famílias mais carenciadas, em conjunto com outro tipo de ajudas ao nível da alimentação, habitação e transportes.

O outro grande ponto de discussão centra–se no actual modelo de acesso ao ensino superior. Será possível aliar o factor qualidade ao factor quantidade? Importa garantir um nível mínimo de qualidade em todos os cursos, o que passa pela exigência da obtenção de uma média no ensino secundário acima dos dez valores. É confrangedor verificar que centenas de alunos com médias negativas são aceites todos os anos em diversos cursos. Em relação ao sistema de "numerus clausus", alvo de muitas críticas, penso que representa a única forma de controlo do Estado sobre a afluência de estudantes aos cursos disponíveis, para além de atenuar as assimetrias regionais porque obriga muitos alunos a candidatarem–se a instituições de ensino no interior do país, pelo que não concordo com a sua extinção. Mas penso que deveria ser elaborado um estudo rigoroso sobre as reais necessidades do mercado nacional de trabalho, com actualizações regulares, para que se consiga saber em que cursos são precisos mais alunos e em quais não são necessários tantos. Assim, o dever do Estado deverá ser o de atrair mais estudantes para cursos com maiores necessidades no mercado e o de limitar o acesso a cursos sobrelotados, de forma a equilibrar o sistema.

Relativamente à gestão das instituições de ensino, discordo totalmente com a introdução de gestores empresariais no âmbito da direcção das escolas, como começa a acontecer nos dos hospitais, embora reconheça uma certa incapacidade de alguns reitores na gestão económica das universidades. Sugiro a contratação de consultores profissionais de forma a melhorar a gestão das instituições e a rentabilizar os seus recursos, mas sem intromissão nas políticas exteriores à área económica.

Concluindo, a principal interrogação sobre o ensino superior remete para o seu carácter: as universidades devem transformar–se em centros de formação subjacentes ao mundo empresarial ou caminhar para um rumo oposto, centrando–se na formação livre e pessoal de cada indivíduo de acordo com os seus interesses pessoais? Penso que deveria encontrar–se um meio termo. Uma universidade que atendesse às necessidades do mercado de trabalho mas que não descurasse as ambições pessoais de cada aluno, transmitindo–lhe livremente o saber e o conhecimento que lhe serão úteis no percurso de vida profissional que acaba de iniciar.

Jornal Universitário de Coimbra - A CABRA Depósito Legal nº 183245/02 **Registo ICS** nº 116759
Ficha Técnica: Director: Emanuel Graça **Director Gráfico:** Rafael Bidarra Rodrigues **Chefe de Redacção:** João Pereira **Editor de Fotografia:** Jorge Nande **Editor de Universidade e Academia:** Guilherme Oliveira **Editor de Cidade, Nacional e Internacional:** Mário Guerreiro **Editor de Desporto:** João Cortesão **Editor de Cultura:** João Vasco **Secretária de Redacção:** Liliana Guimarães **Redacção:** Adriana Silva Afonso, Aida Lima, Anselmo Câmara, Carina Valério, Cecília Santos, Cristina Bastos, Daniela Pereira, Gustavo Sampaio, Hugo Ferreira, Joana Fialho, João Pedro Marques, Jonas Batista, José Manuel Camacho, Kossaqui, Leila Campos, Luísa Bourbon, Lurdes Lagarto, Manuel Eduardo, Marco Carvalho, Maria João Lopes, Marília Frias, Marilyne Alves, Nuno Curado, Nuno Dias, Patrícia Batista, Paulo Alexandre Teixeira, Paulo Nuno Vicente, Paula Velho, Pedro Ramos, Pedro Santos, Rita Delille, Rui Caniço, Rui Justiniano, Rui Pestana, Sara Martins, Sérgio Alves, Sílvia Matos, Sofia Carvalho, Sónia Nunes, Tiago Azevedo, Tiago Carvalho, Vânia Correia, Vítor Rodrigues e Oliveira **Colaboradores:** Ana Claúdia Cardoso, Ana Oliveira, António Gil Leitão, Carla Pinto, Cristina Lopes, Daniela Rodrigues, Diana Catarino, Diana Mota, Diana Ramos, Fátima Pinto, Isabel Oliveira, Joana Moreira, Joana Montenegro, Nuno Felício, Margarida Matos, Marta Varandas, Patrícia Abreu, Patrícia Vic, Rita Loureiro, Sandra Dias, Sara Cardoso, Sofia Marques, Soraia Letra, Susana Baptista, Suzana Marto, Susana Sampaio Dias, Vitor Aires **Fotografia:** Francisca Moreira, Marilyne Alves, Pedro Sá e Sousa, Sofia Cruz **Publicidade:** Pedro Correia, 965821301/239821554 **Impressão:** CIC - CORAZE, Oliveira de Azeméis, Telefone: 256661460, Fax: 256673861, e-mail: grafica@coraze.com **Tiragem:** 3000 exemplares **Produção:** Secção de Jornalismo da Associação Académica de Coimbra **Propriedade:** Associação Académica de Coimbra **Sede:** Rua Padre António Vieira **Telefone/Fax:** 239821554 **Agradecimentos:** Reitoria da Universidade de Coimbra, Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra.



Ensino Superior: Uma Visão

A evolução do ensino superior em Portugal nas últimas décadas pode ser genericamente retratada como uma história de sucesso com alguns fracassos. Sucesso na generalização do ensino superior, sendo hoje frequentado por cerca de 400 000 alunos. Sucesso no desenvolvimento de instituições ancilares da cultura e ciência portuguesas e na emergência de novos e pujantes estabelecimentos de ensino solidamente enraizados na realidade local. Sucesso na qualificação sempre crescente do corpo docente, assinalado no número de mestrados e doutoramentos e de outras provas científicas e pedagógicas. Mas esta é igualmente uma história com aspectos menos positivos, em grande parte consequência de uma evolução demasiado apressada, com regras não inteiramente sedimentadas, tantas vezes perdendo de vista que uma instituição do ensino superior deve ser o resultado de tradições culturais e científicas, e não um estabelecimento comercial atento apenas ao funcionamento do mercado. Em termos estatísticos, Portugal é hoje em dia um dos países que utilizam mais recursos públicos na educação. E necessário avaliar os resultados.

A obra que aqui se prefacia constitui uma análise rigorosa e exaustiva desta evolução, tanto naquilo que teve de positivo como nos seus aspectos negativos, enunciando ainda algumas linhas prospectivas a apreciar com a maior ponderação. Não pode deixar de observar–se que muito do debate acerca do ensino superior em Portugal tem sido marcado pela ausência de uma reflexão séria, sensata e desapaixonada. A precipitação do diagnóstico fácil, do voluntarismo político, das ideias feitas - tantas vezes erradas, nomeadamente a ideia segundo a qual todos os problemas se resolvem gastando mais dinheiro no ensino superior público -, todos estes vícios têm inquinado o debate acerca de um tema que é nuclear para o desenvolvimento do país e da sociedade portuguesa.

Como professor universitário, vejo com muita preocupação esta menorização do debate e do discurso acerca do ensino universitário e do ensino politécnico, assentes cada vez mais em questões financeiras e de distribuição de recursos públicos, deste modo enfraquecendo aquilo que deveria ser a nossa preocupação primeira: compreender o papel do ensino superior na sociedade portuguesa. Por estes motivos, a publicação desta obra deve igualmente ser apreciada como um contributo relevante, por partir de académicos com autoridade reconhecida, para repensar as funções e o estatuto do ensino superior. Ainda acredito na capacidade das instituições do ensino superior de se auto–reformarem ou, pelo menos, de apontarem ao legislador os caminhos a que essa reforma deve obedecer.

“Como professor universitário, vejo com muita preocupação esta menorização do debate e do discurso acerca do ensino universitário e do ensino politécnico, assentes cada vez mais em questões financeiras e de distribuição de recursos públicos, deste modo enfraquecendo aquilo que deveria ser a nossa preocupação primeira: compreender o papel do ensino superior na sociedade portuguesa”

O presente livro dos professores José Veiga Simão, Sérgio Machado dos Santos e António Almeida Costa constitui, por estas razões, um contributo decisivo para o estudo sereno, informado e sério acerca do ensino superior em Portugal. Ao longo das suas páginas, o leitor encontrará apreciações fundadas sobre a observação empírica, estatística, legislativa, administrativa e outra, num esforço de informação e de compreensão do com plexo universo que é o ensino superior, trabalho que, com esta dimensão e profundidade, é pioneiro no nosso país.

Também por esta iniciativa editorial é devida uma palavra de louvor à Gradiva.

II

A discussão acerca do ensino superior na Europa tem sido dominada, desde a década de 1980, por três grandes tópicos: autonomia institucional; orçamento e custos; qualidade. A legislação aprovada em Portugal seguiu estas tendências, que aqui apenas podem ser sumariamente consideradas. A autonomia das instituições deveria permitir modos de organização adequados à vocação de cada uma, assente na sua missão científica e cultural. O financiamento do ensino público deveria obedecer a critérios de igualdade entre instituições, assentar nas suas iniciativas e na capacidade de obter receitas próprias, para além daquelas que resultam de transferências do Orçamento do Estado. Finalmente, uma política de qualidade seria um outro pilar da organização do ensino superior, política assente na independência e autoridade científica do órgão e dos responsáveis pela avaliação e na possibilidade de comparação de resultados e de auditoria dos respectivos custos.

Porém, a evolução, tanto em Portugal como no resto da Europa, tem sido marcada por dificuldades inesperadas e por contradições inevitáveis a um processo de mudança. Talvez por excesso de confiança, não se cuidou adequadamente de ir verificando se os resultados correspondiam às expectativas; se os custos obedeciam ao que tinha sido estimado; se a autonomia tinha gerado uma dinâmica em que os melhores e mais preparados assumiam os cargos institucionais e efectivamente conduziam o processo de mudança científico e pedagógico.

De outro lado, verificaram–se algumas omissões e imprecisões de regime.

Em primeiro lugar, os sectores do ensino superior particular e cooperativo e concordatário pouco beneficiaram dos investimentos públicos na educação. Face à Constituição e por opção filosófica, a existência do ensino superior particular e cooperativo não é um problema de escolha, mas é antes do mais uma questão de princípio. Ora, os recursos públicos destinados ao ensino superior particular e cooperativo e ensino concordatário não têm sido proporcionais à sua importância.

Depois, em relação ao ensino público, foi sentida a necessidade de exigir dos estudantes ou das suas famílias uma comparticipação nos custos com a educação. De novo e em primeiro lugar, por uma questão de princípio. Para que os estudantes compreendam que a educação superior é um investimento feito pelos portugueses, através dos impostos que pagam. Quando se diz que o ensino superior deve ser gratuito não pode esquecer–se que ele é oneroso para todos os contribuintes. A frequência do ensino superior tem um custo e estes custos são crescentes. De outro lado, o pagamento de propinas torna o estudante verdadeira parte contratual perante a instituição do ensino superior, da qual pode e deve exigir um ensino de qualidade, que a instituição pode e deve prestar. Em todo o caso, um pacto que é também comunitário, porquanto a maior parte dos custos com a educação não são suportados pelos estudantes, mas pela sociedade, no seu todo. O avan-

para a Próxima Década

PEDRO LYNCE *, PREFÁCIO DO LIVRO «ENSINO SUPERIOR: UMA VISÃO PARA A PRÓXIMA DÉCADA»

ço na democracia cultural, através da expansão do ensino superior e do seu carácter tendencialmente gratuito, não pode esquecer exigências de justiça e de solidariedade social entre aqueles que gozam de um direito ao ensino e aqueles que pelos seus impostos tornam possível a realização prática da frequência de uma universidade ou de uma escola politécnica. Quando os estudantes, por vezes com a cumplicidade cega de órgãos de comunicação social, reivindicam mais dinheiro para a educação e, simultaneamente, a gratuitidade da sua frequência, esquecem que essa frequência é paga por terceiros: os contribuintes.

Por outro lado, o modelo de financiamento adoptado levou as instituições a competirem por um bem que é progressivamente mais escasso: os estudantes. Estando o financiamento ligado ao número de estudantes, as instituições lançaram–se num processo de expansão que muitas vezes não atendeu às exigências de séria, ponderada e reflectida criação de cursos - de bacharelato como de licenciatura e, mais recentemente, também de mestrado e de doutoramento. Para um pequeno país, com uma elite científica e cultural reduzida, a factura dos custos teria sempre de aparecer: muitos cursos sem pessoal docente qualificado; outros, baratos na sua existência, mas formando diplomados para o desemprego; manutenção artificial de estudantes repetentes nas instituições; multiplicação de for mas de financiamento fácil, muitas vezes levando as instituições públicas para um perigoso caminho de privatização dos ganhos e de publicitação dos prejuízos.

Também o processo de autonomia das instituições não foi isento de contradições. Uma leitura inaceitável do conceito, já em si mesmo discutível, de gestão democrática das escolas conduziu a um sistema de organização e de funcionamento assente em modelos administrativos rígidos e pouco flexíveis, assim impedindo uma gestão profissional e tornando as estruturas académicas presa dócil para compromissos com as opções fáceis:

gastar dinheiro e exigir sempre mais; descurar políticas de rigor e de qualidade científica e pedagógica.

Alguns resultados do sistema de avaliação da qualidade das instituições e cursos do ensino superior, felizmente raros e residuais, demonstram a validade daquela conclusão. Como também a reitera a situação, que como professor universitário considero indesejável, em que cursos do ensino superior não são reconhecidos para efeitos profissionais por associações públicas.

Damo–nos conta, portanto, de que à autonomia das instituições faltou uma componente essencial de todo o processo: a responsabilidade. Não foi criado um sistema de responsabilidade pelo mau uso e abuso da autonomia. Responsabilidade nos planos patrimonial e puramente educativo. As instituições não são penalizadas pelo modo como aplicam os recursos públicos nem pela falta de qualidade do ensino. Os dirigentes, além do mais por força do princípio da renovação periódica dos titulares dos órgãos ou então da colegialidade dos processos decisórios, também não.

Acredito nas virtualidades do processo de autonomia das instituições aberto pela Constituição de 1982 e desenvolvido desde 1988. Por isso alerto para vozes que já se ouvem na opinião pública e que reclamam pelo fim do processo de autonomia, precisamente em nome dos gastos abusivos e de resultados menos bons ou ainda de alguns excessos que se verificam. Internamente às instituições do ensino superior também se multiplicam as vozes críticas do actual sistema. Também aqui é necessário manter o equilíbrio e o bom senso, reconhecendo que a autonomia das instituições do ensino superior é um bem precioso. Seria um erro de graves consequências não aperfeiçoar o modelo autonómico, rever os aspectos que necessitam de mudança, garantindo o respeito pelo núcleo essencial da autonomia de organização e funcionamento das instituições. Assim, será necessário que a legislação a aprovar durante a presente década contemple esta vertente indispensável ao bom funcionamento de todo o sistema do ensino superior: a responsabilidade das instituições e dos seus dirigentes, dos seus docentes e dos seus estudantes, pelas decisões que tomam.

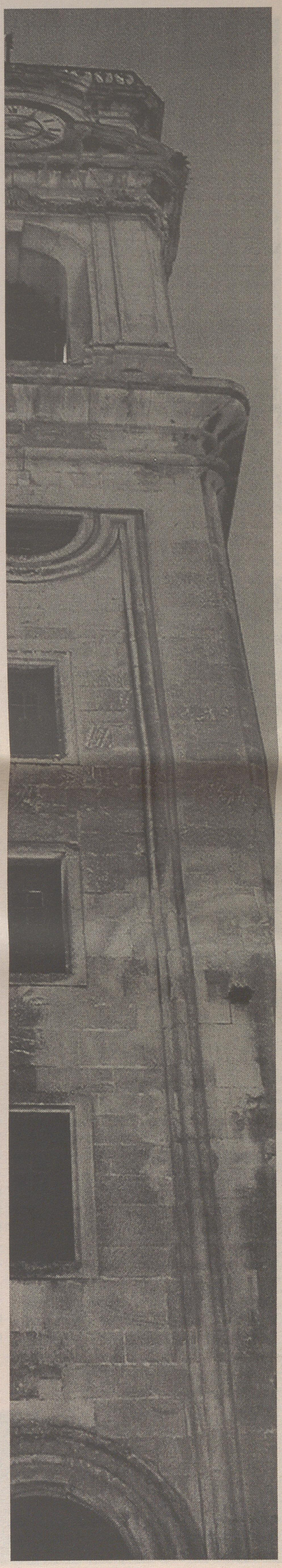
> “Quando se diz que o ensino superior deve ser gratuito não pode esquecer-se que ele é oneroso para todos os contribuintes. A frequência do ensino superior tem um custo e estes custos são crescentes. De outro lado, o pagamento de propinas torna o estudante verdadeira parte contratual perante a instituição do ensino superior, da qual pode e deve exigir um ensino de qualidade, que a instituição pode e deve prestar”

A legislação portuguesa mais antiga dizia que os estudantes que não estudam nem o nome mereciam. Isto também se dizia em relação aos professores: um professor que não ensina não merece o título. O mesmo pode aplicar–se às instituições: a autonomia é livre arbítrio e libertinagem se não assentar na responsabilização de quem decide.

Não pode ser aceite a ideia, tão frequentemente apresentada, de que todos os problemas se resolvem com maior investimento público na educação. Primeiro, porque na situação actual do país esta possibilidade está afastada. Depois, porque os principais problemas do ensino superior não são financeiros. O constante ruído em torno desta questão faz esquecer os problemas que efectivamente se colocam à ciência e à cultura portuguesas e que exigem das instituições do ensino superior uma resposta ponderada. Desafios como os da sociedade do conhecimento, da globalização, da crescente integração dos sistemas europeus do ensino superior e da soberania educativa portuguesa neste processo têm de ser reflectidos nesta fase de mudança das sociedades portuguesa e internacional.

III

À fragmentação legislativa do ensino superior, de acordo com a entidade instituidora, opomos a necessidade de se consagrar um regime único e unitário para as instituições do ensino superior, independentemente de a respectiva entidade instituidora ser o Estado, a Igreja ou uma pessoa colectiva de direito privado. Actualmente, o regime não é unitário, mas distingue entre universidades públicas, estabelecimentos politécnicos públicos, ensino particular e cooperativo e Universidade Católica Portuguesa. É necessário consagrar a igual dignidade do ensino não público e do ensino politécnico, submetendo todas as instituições a um exigente regime de qualidade, de que é principal parâmetro a qualificação do corpo docente. Não podemos esquecer que, desde 1997, a Constituição consagra a seguinte solução: a autonomia está associada à avaliação das instituições do ensino superior. Portanto, pode concluir–se que só as



instituições que se submetem à avaliação de qualidade e vêem a sua qualidade reconhecida merecem ser qualificadas como de ensino superior e, portanto, podem e devem ser autónomas. Por outro lado, a autonomia tem de ser conciliada com outros direitos e garantias, como o direito dos estudantes a um ensino de qualidade e a liberdade científica e pedagógica dos professores. Assim, autonomia pressupõe qualidade do ensino e da investigação; e exige um regime de responsabilidade pelo exercício da autonomia. Como já se disse mais atrás, autonomia exige qualidade e responsabilidade pelo mau uso e pelo abuso da autonomia. As instituições, os seus órgãos e os seus professores devem prestar contas pelos seus actos, isto é, pelo ensino que praticam. Em nenhum país do mundo as instituições têm apenas direitos, de tal modo que ao governo caberia unicamente pagar os respectivos cursos, sem cuidar do interesse, qualidade, relevância social do ensino e da investigação. Pelo contrário, o que se pretende é uma autonomia sustentada: o excesso de autonomia e de gastos sem qualidade e sem exigência produziria a prazo, combinado com a geral diminuição do número de estudantes, uma situação que, essa sim, iria pôr em causa a autonomia.

A concepção de autonomia não pode ser a de um «cheque–autonomia», em que o Estado dá um cheque em branco às instituições, mas elas não prestam contas. Autonomia pressupõe responsabilidade, prestação de contas e avaliação permanente. E exige uma atenção constante da parte do governo, como órgão legitimado democraticamente. Outro modo de entender as coisas não é conciliável com os princípios da democracia representativa.

IV

Existem algumas linhas de força e objectivos estratégicos que devem ser tomados como primeira prioridade no ensino superior em Portugal, compreendendo que este deve estar orientado para fins superiores. Assim, o desenvolvimento de um conceito estratégico para o ensino superior não pode deixar de considerar certas prioridades fundamentais. Em primeiro lugar, as pessoas.

Realização pessoal e profissional dos portugueses

Os mais antigos textos referentes ao Estudo Geral fundado em Portugal referiam–no como «tesouro da ciência». Uma visão humanista da educação, da ciência e da cultura deve recusar uma perspectiva tecnocrática do ensino superior, assente unicamente no deve e haver próprio de uma visão comercial do ensino e da aprendizagem. Como tesouro da ciência e da cultura, ao ensino superior coloca–se como primeira função a realização pessoal e profissional dos portugueses. Verificada a inexistência de uma política tendente à educação ao longo da vida, é prioritário e estratégico promover este tipo de políticas, igualmente assentes na interligação dos cursos e programas de ensino, de modo a permitir a acumulação de habilitações na obtenção de graus e diplomas através de um sistema de unidades de crédito. Também por estas razões, as instituições educativas devem promover a existência de parcerias com empresas e a interligação com as necessidades das empresas e de formação dos seus trabalhadores.

> “A identidade do sistema português do ensino superior tem de ser reforçada, nomeadamente através de programas de mobilidade de docentes e de estudantes e de uma política de cooperação entre instituições para o funcionamento de cursos e o reconhecimento de qualificações”

Liberdade de aprender e de ensinar

Já atrás se referiu um aspecto negativo no funcionamento do ensino superior não público: os custos suportados pelas famílias incluem o ensino e a acção social. De outro lado, são conhecidas as dúvidas quanto à qualidade de muitas instituições e cursos, quer pela falta de um projecto específico, quer pela falta de corpo docente próprio. O ensino particular e cooperativo e a Universidade Católica exercem uma função social, cultural e científica muito relevante. Também não pode deixar de reconhecer–se que a liberdade de aprender é condicionada pela existência de um sistema de fixação de vagas por instituição e curso. Logo, a liberdade de escolha dos jovens, se considerada - e bem como primeiro corolário da liberdade de aprender, conduziria à revogação do regime de numerus clausus. A liberdade de aprender não poderia ser limitada por vagas fixadas pela administração para cada instituição. Tal seria negar a liberdade de escolha. Ora, temos de ser realistas e informados: se nos ativermos aos critérios de preferência manifestados pelos estudantes quando se inscrevem para os concursos de acesso ao ensino superior, eles prefeririam frequentar o ensino público. Se fosse abolido o regime de numerus clausus e introduzido o regime de cheque–ensino, o resultado poderia ser o colapso do ensino particular e cooperativo. A abolição do sistema de fixação de vagas poderia ainda trazer outra consequência negativa: a crise das instituições do interior do país, em especial a do ensino politécnico. E importante não perder de vista que o «cheque–ensino» não é o mais importante instrumento de apoio do ensino não público pelo Estado. Para sermos rigorosos, existem apenas experiências parciais em alguns estados dos Estados Unidos da América e relativas ao ensino básico e secundário, não ao ensino superior. Mas existem tradições consolidadas em países europeus, como a Bélgica e a Holanda, de apoio ao ensino privado que merecem a nossa atenção. Essas possibilidades estão em estudo pelo governo, na sequência da aprovação do Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior, a dois níveis: regimes contratuais de apoio - o que poderia incluir, como acontece naqueles países, pagar o custo com o ensino; e apoio directo aos estudantes, quer através da acção social prestada pelo Estado, quer através de bolsas pagas aos melhores alunos. Em qualquer caso, só faz sentido a existência de apoio do Estado ao ensino privado, como só faz sentido o financiamento do ensino público, se ele tiver uma qualidade reconhecida.

Desenvolvimento e qualidade do ensino superior

A leitura do presente livro coincide com o diagnóstico já feito pelo governo quanto à estrutura e âmbito da rede do ensino superior. Existem situações que exigem estudo atento, nomeadamente o excesso de instituições, de cursos e de especializações, bem como o elevado insucesso escolar, este traduzido em taxas de repetência e de abandono escolar. A expansão do ensino superior público foi feita sem regras e sem planea-

mento, nacional, regional e local, e sem a definição da vocação específica das instituições, em especial no ensino politécnico. Assim, para superar a ausência de um plano estratégico de desenvolvimento do ensino superior português será necessário promover planos de investimento na formação do pessoal docente e em programas de promoção do sucesso escolar. A introdução de um sistema de acreditação de instituições e de cursos, assente na iniciativa das próprias instituições do ensino superior, já foi decidida. Como elemento central de aferição pública, transparente e rigorosa da qualidade das instituições, decidiu–se que a avaliação das instituições e de cursos termina com uma apreciação de mérito. Só assim as instituições demonstram transparência para com o exterior, nomeadamente permitindo aos estudantes e seus familiares um conhecimento rigoroso e comparativo do valor das instituições e cursos. Em qualquer caso, recusando–se a ideia de que o sistema de avaliação se destina a estabelecer hierarquias de instituições e de cursos.

Deste modo, é tarefa prioritária a consolidação da rede escolar, através da aferição da sua qualidade, de modo a permitir ao Estado concentrar investimentos em áreas prioritárias, como são, neste momento, as áreas científicas da saúde e das tecnologias, assim se justificando o desinvestimento em áreas não prioritárias ou mesmo excedentárias, como é o caso da formação de professores, da agricultura e da gestão. Finalmente, as instituições do ensino superior devem ser encorajadas a investir na área da sociedade do conhecimento, e–learning e ensino à distância, quer no plano nacional (seguindo o modelo da Universidade Aberta), quer institucional.

Dimensão europeia da educação e espaço português do ensino superior

A Europa do conhecimento não conhece barreiras fronteiriças. A fraca internacionalização das instituições do ensino superior tem de ser combatida como modo de afirmação da soberania portuguesa no plano internacional. Efectivamente, a soberania desloca–se cada vez mais do plano político e militar para o plano científico e cultural. A educação superior em Portugal deve ser apreciada como uma questão de soberania cultural e científica, alertando–se para os riscos da internacionalização, nomeadamente de perda de identidade do sistema e das instituições, menorização da língua e subalternização dos países periféricos.

A identidade do sistema português do ensino superior tem de ser reforçada, nomeadamente através de programas de mobilidade de docentes e de estudantes e de uma política de cooperação entre instituições para o funcionamento de cursos e o reconhecimento de qualificações. Mas sempre reconhecendo que cabe a cada instituição seleccionar os seus docentes, nomeadamente procedendo à apreciação da adequação de diplomas obtidos noutras instituições para efeitos de acesso ou progressão na docência. São de diverso tipo as incidências de uma política de criação de um espaço português do ensino superior: incentivar a existência de programas de mobilidade de docentes e de estudantes; incentivar uma política de cooperação entre instituições para o funcionamento de cursos e reconhecimento de qualificações; fixação por consenso da comunidade científica e educativa de linhas directrizes quanto à denominação e duração dos cursos e planos de estudos; generalização do sistema de unidades de crédito. Também será necessário proceder, num esforço concertado de instituições e do governo, à racionalização da rede do ensino superior, quer ao nível nacional, quer regional.

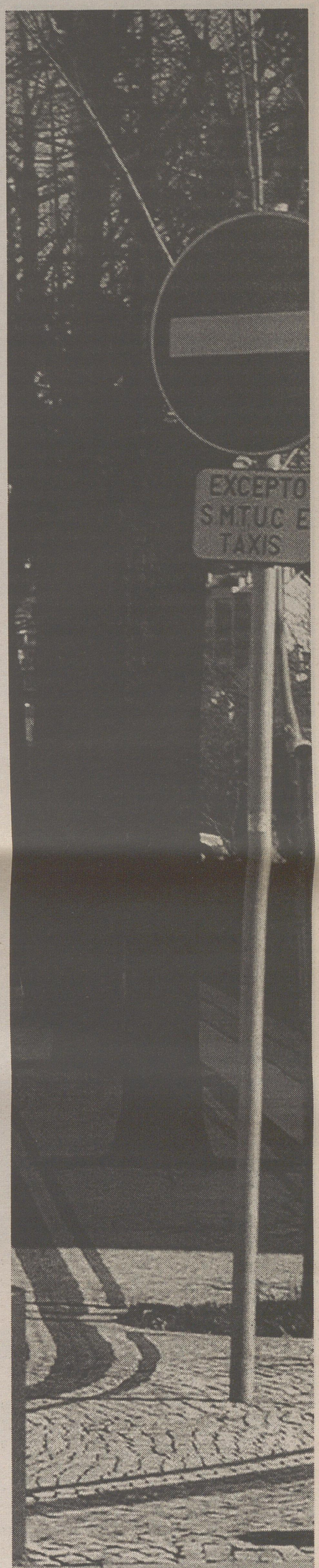
> “A ligação entre ensino e investigação científica e tecnológica tem de constituir uma outra directiva política para o ensino superior. São diversos os desafios colocados: valorizar a Internet e outros instrumentos da sociedade da informação; estabelecer procedimentos de articulação entre ensino e investigação, quer na óptica dos docentes e investigadores e dos alunos, quer do ponto de vista da organização curricular do ensino”

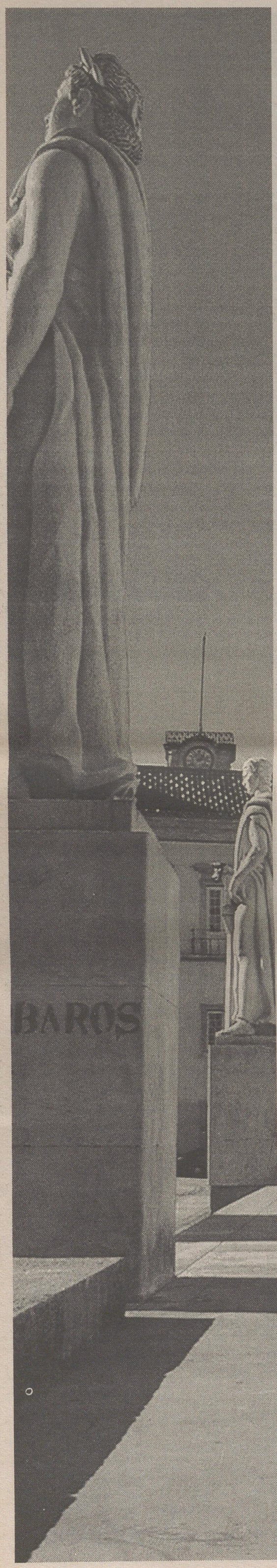
A ligação entre ensino e investigação científica e tecnológica tem de constituir uma outra directiva política para o ensino superior. São diversos os desafios colocados: valorizar a Internet e outros instrumentos da sociedade da informação; estabelecer procedimentos de articulação entre ensino e investigação, quer na óptica dos docentes e investigadores e dos alunos, quer do ponto de vista da organização curricular do ensino; procurar criar mecanismos eficazes e mais económicos de tutela de direitos de autor e de propriedade industrial para as instituições de ensino e de investigação; criar mecanismos de publicitação permanente do potencial científico nacional; criar mecanismos de inserção profissional dos jovens diplomados; criar programas do ensino superior pensados para resolver problemas específicos dos ensinos básico e secundário, nomeadamente no domínio do português e da matemática; incentivar os estabelecimentos do ensino superior a procederem à avaliação dos currículos e programas dos ensinos básico e secundário.

V

Uma última palavra. Aprovado o Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior, o qual contém alguns critérios de orientação do governo e das instituições, o Ministério da Ciência e do Ensino Superior aproveita, assim, a oportunidade para iniciar os trabalhos de revisão da legislação deste sector, incluindo a sua organização e funcionamento, o financiamento, a estrutura de cursos e de graus e os estatutos dos docentes. Esta revisão deve concitar o consenso das forças democráticas na Assembleia da República, onde, por força da reserva da lei parlamentar, estas questões terão de ser discutidas e decididas. E deve igualmente assentar no consenso das instituições de ensino, de modo a proporcionar um impulso reformador que seja capaz de mobilizar a sociedade portuguesa num momento de mudança estrutural do país e da Europa. Mas os trabalhos preparatórios de tal revisão da legislação do ensino superior têm de ser rigorosos e informados, seguindo o marco que é a publicação de “Uma Visão do Ensino Superior para a Próxima Década”.

* Ministro da Ciência e do Ensino Superior e ex- secretário de Estado do Ensino Superior na segunda legislatura de Cavaco Silva





"Reformas estruturais"

As "reformas estruturais" no debate político em Portugal são um dos temas mais citados e referidos nos últimos anos. Quando nos defrontamos com uma questão mais difícil ou quando somos surpreendidos por um indicador que mostra o nosso atraso a resposta é quase sempre a mesma : têm que se fazer "reformas estruturais" ou têm que se tomar "medidas de fundo". Tenho que confessar que nunca fui grande adepto do termo "reformas estruturais", mas para simplificar vou adoptá–lo ao longo deste escrito.

É hoje evidente que há algumas áreas em que importa definir um novo conjunto de regras e procedimentos capazes de modificar o modo como funcionam certos sectores, que, por uma razão ou outra, deixaram de acompanhar as mudanças significativas que, obrigatoriamente, vão ocorrendo na organização dos Estados, sejam estas decorrentes da falência do "modelo social", da fragilidade da administração do Estado, da insuficiência dos meios financeiros, da crise económica, de uma excessiva vontade de satisfazer as expectativas dos cidadãos ou de um conjunto perverso de interesses. Sem querer definir prioridades, gostaria de propor para debate três "reformas estruturais" na área do ensino superior, considerando que há hoje no país condições políticas que permitem a sua realização, nomeadamente a existência de uma maioria parlamentar, o que não ocorria desde 1995.

1. A primeira tem a ver com a estruturação e arrumação dos graus de ensino superior tendo em conta por um lado a necessidade de repensar os "nossos" graus à luz da declaração de Bolonha e por outro, a importância que deve ser atribuída à articulação entre esses mesmos graus e a sua atribuição por parte das instituições de ensino superior. Refira–se como nota lateral, que aquela ideia absurda de alguns quererem, pela Europa fora, impor o modelo inglês e configurar numa duração de três anos todos os cursos de primeiro ciclo de ensino superior, não encontra qualquer suporte nem na génese nem em nenhum dos documentos preparatórios da declaração de Bolonha, muito menos no texto da própria Declaração.

> "O financiamento das instituições públicas deve deixar de ser uma obrigação do Estado"

Neste sentido, e reconhecendo que estas "reformas estruturais" devem ser essencialmente simples e exequíveis, a proposta que formulamos visa a extinção dos graus de bacharelato e licenciatura e a criação, no ensino superior, de um único ciclo inicial de 3 a 5 anos, a que se deverá atribuir uma designação qualquer, não importa o nome, mas de preferência uma que faça com que termine, finalmente, a utilização dos títulos de "senhor doutor" e "senhor engenheiro" que caracteriza a nossa sociedade mas que constitui um sinal de atraso e subdesenvolvimento claros. (Por uma questão prática devia deixar–se o título de doutor para os médicos, porque em caso de emergência se torna mais fácil encontrar nas listas telefónicas alguém que nos possa socorrer).

Quanto às instituições que podem atribuir os três graus que deveríamos adoptar (primeiro ciclo, com designação a encontrar, mestrado e doutoramento), a proposta é simples: as universidades têm capacidade para atribuir os três graus e os institutos politécnicos apenas atribuem os dois primeiros. Significa isto que, ao contrário, por exemplo, do Reino Unido, onde hoje o ensino superior é praticamente todo constituído só por universidades, Portugal assume um sistema binário muito articulado internamente (isto é com grandes ligações entre universidades e politécnicos), mas um sistema onde há instituições que não fazem investigação de base, nem investigação fundamental.

Esta investigação é a única que permite a concessão de doutoramentos, em particular nas áreas mais sensíveis que assentam na experimentação e que implicam um enquadramento científico e uma massa crítica muito avançadas. Sublinhe–se, que no Reino Unido, a existência apenas de universidades não impediu que mais de 70 a 80 por cento das verbas de investigação sejam absorvidas por cerca de 15 por cento destas instituições, o que mostra que a "binaridade" continua a existir camuflada por uma designação errónea e incorrecta.

Portugal não tem condições para ter mais de três dezenas de instituições com capacidade para conceder o grau de doutor, a não ser que se entenda que o doutoramento, como muitas outras coisas no País, não é bem para valer, mas antes passa a constituir apenas um grau correspondente a um curso em que se fazem umas cadeiras e se apresenta uma dissertação que não representa qualquer valor acrescentado para a ciência e para o conhecimento.

Importa, a este propósito e como nota final a esta "reforma estrutural", referir que esta proposta dificilmente virá a ser adoptada, uma vez que as pressões dos institutos politécnicos e do "pessoal político" regional e local se oporão ferozmente a uma medida que impede a "criação" de universidades em muitas localidades que a isso aspiram. Mas nesta matéria há que ser claro, ter no país mais de trinta universidades com centenas de institutos, faculdades e departamentos é algo de manifestamente aberrante que mostrará mais uma vez a nossa incapacidade para combater a demagogia e o populismo fácil!

A este propósito, gostava de recordar um texto elaborado no inicio dos anos 80 por mim e pelo Manuel Carmelo Rosa e apresentado a um congresso do ensino politécnico, onde fizemos a previsão de que esta pressão para transformar os institutos politécnicos em universidades ia ser um dos factores condicionantes do normal desenvolvimento dos institutos. Não nos enganámos, mas tal como há vinte anos continuo a pensar que vale a pena lutar contra esta tendência e este movimento por mais politicamente incorrectos que sejam hoje esta atitude e este procedimento. Tive algumas "dores de cabeça" com este tema no passado recente, mas entendo que a insistência e a repetição de uma aspiração - talvez legítima - de muitas cidades e regiões, não pode "obrigar" à adopção de políticas que contrariam a racionalidade, o bom senso e o enquadramento lógico no contexto europeu em que nos inserimos, que nos diz que o modelo é não haver modelo e que o que é diferente deve ser tratado de forma diferente. A uniformização de instituições de ensino superior, neste caso como aliás em muitos outros, é um sinal redutor e de pobreza cultural, ao passo que a diversificação institucional é um indicador seguro de maior capacidade, de maior riqueza e de maior dinamismo, no que respeita à oferta de cursos, de oportunidades e de projectos aos jovens deste país.

O ensino politécnico é uma realidade sólida, custou muito a desenvolver, teve grandes financiamentos, continua a absorver fundos muito consideráveis e tem um grande papel a desempenhar, mas só será verdadeiramente relevante para o país se conseguir manter a sua especificidade, sem procurar "copiar" ou "mimar" as funções que estão ou pelo menos devem estar cometidas ao ensino universitário.

2. A segunda "reforma estrutural", visa ordenar o ensino superior através do grande instrumento de regulação que é o financiamento das instituições, visando a nossa proposta um objectivo muito simples: o financiamento das instituições públicas deve deixar de ser uma obrigação do Estado e passar a constituir um dever dos estudantes, isto é, os estudantes passam a assumir as despesas dos seus estudos, pagando uma taxa cujo montante é definido por cada universidade ou por cada instituto politécnico, permanecendo no Estado a função de apoiar o estudante quando este não tem recursos financeiros suficientes para suportar os custos dos seus estudos. Envolvem–se nestes custos tanto os custos privados suportados pelas famílias, como os directamente inerentes ao curso frequentado, podendo este apoio ser traduzido por um sistema de bolsas de estudo ou por um esquema de empréstimos, consoante o estudante seja efectivamente cidadão com fracos rendimentos ou um cidadão que não o sendo, pretenda apenas realizar um investimento na sua formação e valorização.

Depois da introdução da "taxa única" na Lei do Financiamento de 1997, que garantiu politicamente a aplicação do conceito de participação do estudante nos custos do ensino superior e após um longo período de investimento maciço do Estado no funcionamento do ensino superior público, é agora tempo de, sem pressas, o País dar um novo passo e assumir um conceito de financiamento mais moderno. Neste sentido as instituições públicas devem ser compelidas a ter um papel mais dinâ-

no ensino superior

MARÇAL GRILO *

mico na procura dos seus financiamentos que, ao mesmo tempo, se deve traduzir por uma actuação privilegiada do Estado na área chave do investimento, nomeadamente através da realização com as instituições de contratos de desenvolvimento e de contratos–programa. O Estado terá ainda de promover incentivos de apoio à investigação e à pesquisa científicas. Trata–se de uma mudança que vai merecer, seguramente, muita contestação por parte de variados sectores, mas a situação a que chegou o ensino superior impõe que se adopte uma política que permita avançar no financiamento, reorientando o papel do Estado e aumentando a responsabilidade dos cidadãos e das instituições, e procure introduzir algum equilíbrio entre os diferentes sub–sistemas que integram o ensino superior em Portugal.

A concepção preconizada terá, à luz da Constituição da República, duas leituras contraditórias. Por um lado pode ser considerada inconstitucional, tendo em conta o princípio de que a "educação é tendencialmente gratuita", por outro, deve ser entendida como a única forma de satisfazer o preceito, igualmente constitucional, que estabelece o princípio "da liberdade de ensinar e aprender" que, como se sabe, não poderá ser satisfeito se o Estado não intervir como entidade reguladora através de um financiamento que vise o cidadão sem discriminar as instituições, sejam estas de raiz pública ou de iniciativa privada. O risco que corremos hoje no ensino superior privado é o de assistirmos ao desaparecimento das instituições que têm um projecto de qualidade ao mesmo tempo que se consolidam aquelas, que sem projecto e sem qualidade, se vão mantendo por força de uma actuação que não escolhe os meios para atingir os seus fins.

Em matéria de constitucionalidade das leis é bom, no entanto, não esquecer, que tem havido no passado recente sempre quem tome posição num sentido e quem o faça, rigorosamente, no sentido contrário!...

Neste contexto do apoio directo ao estudante, convém não confundir o conceito com os famosos vouchers de que tantos falam como solução para o financiamento das escolas portuguesas mas que, de acordo com o que tem acontecido, nomeadamente em alguns estados norte–americanos, está longe de ser uma solução adequada para os graves problemas com que se debatem as escolas públicas. Convém, igualmente, referir que este apoio ao estudante, traduzido, nomeadamente, pelo vulgar instrumento da bolsa de estudo, requer algum cuidado na sua aplicação, dado que, com o sistema fiscal em vigor, há ainda muita declaração falseada de rendimentos que permite tornar elegível para apoio do Estado, cidadãos que nunca deveriam ter acesso a tais apoios. Recordo–me o que se passou em 1993-94 com a lei das propinas ao tempo em vigor, que previa isenções de pagamento em função das declarações de IRS e que se tornou para os "amantes" da fuga ao fisco um instrumento com que obtiveram benefícios a que não deviam ter tido acesso.

3. A terceira "reforma estrutural" tem o objectivo principal de combater evidentes dificuldades de gestão com que se debate a maioria das instituições de ensino superior portuguesas. Não restam dúvidas que a maior parte das universidades e dos institutos politécnicos dá hoje mostras de uma grande falta de sentido estratégico, ou seja, muitas instituições estão totalmente bloqueadas e algumas têm mesmo dificuldade em assumir, de forma consciente e determinada, um projecto com objectivos bem traçados, com recursos razoavelmente identificados e com instrumentos de execução estruturados adequadamente.

A este propósito, convém recordar que a existência de um excesso de cursos é sobretudo o resultado desta falta de sentido estratégico. Muitos cursos são criados para satisfazer interesses que se movem no interior dos próprios departamentos ou faculdades e não são criados com o objectivo de corresponder aos interesses e às expectativas da sociedade envolvente. Isto é, as instituições estão mais viradas para dentro do que para fora.

Neste sentido, há que enfrentar esta situação introduzindo alterações nos sistemas de decisão e de gestão que vão ao encontro das causas profundas que estão na origem destes bloqueios e desta ausência de projecto e de estratégia.

O enquadramento legislativo em que se movem as universidades e os institutos politécnicos tem imensas virtualidades; consagra a autonomia científica e académica das universidades, concede uma alargada autonomia nas áreas da gestão financeira e do património, facilita a gestão dos recursos humanos próprios e coloca as escolas de ensino superior, nomeadamente em relação ao estatuto do corpo docente, numa plataforma institucional a par dos mais prestigiados corpos especiais da administração pública.

Ocorreu, no entanto, nos últimos anos no ensino superior português (não quero referir o caso europeu onde no entanto se detectam sinais muito semelhantes), um fenómeno de corporativismo intenso que tem vindo a "fechar" as instituições tornando–as, com algumas boas mas raras excepções, pouco sensíveis à mudança a aos sinais vindos das outras componentes da sociedade envolvente.

Quebrar esta "clausura institucional" e este "sistema corporativo" é uma das prioridades a assumir por uma política pública que pretenda alterar o estado das coisas no ensino superior e na universidade em particular. Em nossa opinião, depois de alguns anos em que os resultados demostraram na prática a inadequação da estrutura de gestão e o ineficaz sistema de decisão interno das instituições, importa repensar os instrumentos que estão em vigor e sobretudo rever a legislação que regulamenta os órgãos de gestão e a forma como são encontrados os responsáveis por essa mesma gestão aos diferentes níveis.

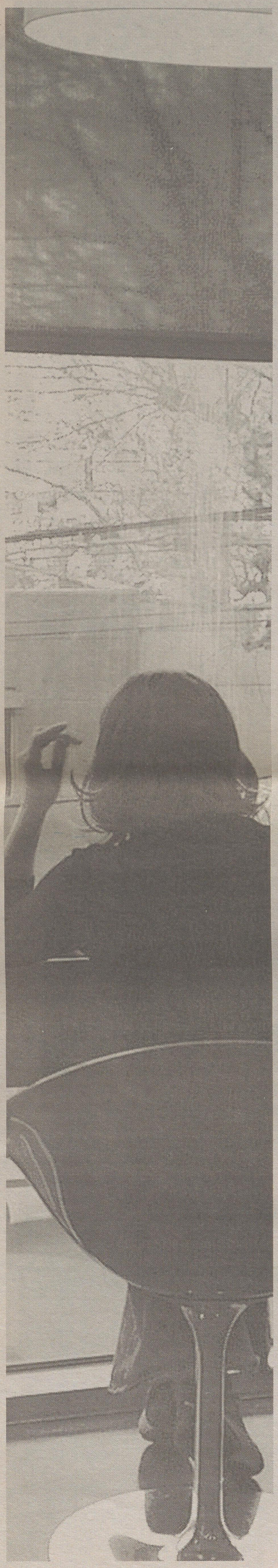
> "A existência de um excesso de cursos é o resultado desta falta de sentido estratégico"

Não se trata, seguramente, de uma alteração fácil (alguns outros países têm conseguido introduzi–la, embora encontrando algumas resistências), mas diria que é uma modificação indispensável aquela que se propõe e que visa dois objectivos. Por um lado, rever a distribuição de funções e poderes entre o órgão directivo e o órgão científico das faculdades; por outro, terminar com o actual sistema de designação dos reitores e dos directores de faculdade ou presidentes do conselho directivo; e ainda revogar a norma que estipula que estes cargos devem ser preenchidos obrigatoriamente por professores do quadro das instituições respectivas. Em relação à distribuição de funções e poderes, há que conceder maior responsabilidade ao presidente do conselho directivo, isto é, transferir para este órgão algumas das competências que hoje cabem ao conselho científico. Quanto ao modo como são escolhidos os reitores e os directores de faculdade (presidentes dos conselhos directivos), propomos que estes sejam designados por um conselho de curadores (board of trustees na designação anglo–saxónica) onde estejam representados os diferentes corpos que compõem a universidade ou o instituto politécnico e onde tenham igualmente assento representantes de outros corpos da sociedade, nomeadamente de organizações científicas, económicas, sociais e culturais, além de individualidades que sejam escolhidas pela própria universidade ou instituto politécnico.

Esta é, seguramente, uma das medidas que vai facilitar o aparecimento de lideranças fortes de que se necessita em tantas instituições de ensino superior. Sublinhe–se ainda, que aquela designação deverá ser precedida pela apreciação e aprovação de um plano de actividades e de um programa de acção que constituam os termos de referência da acção de cada um dos responsáveis a designar.

Nota Final - A qualidade indiscutível de muitos cursos de ensino superior em Portugal, a par de uma actividade de investigação científica que em certas áreas está ao nível do melhor que se produz na Europa e nos EUA, leva–nos a acreditar que muitos bloqueamentos de que sofrem as instituições não são de natureza financeira e que quando existem recursos humanos qualificados, lideranças fortes e projectos bem concebidos, estão criadas as condições para que as escolas, os cursos e os projectos de investigação tenham a qualidade de que o país necessita para poder ter voz e um papel no desenvolvimento do país e no diálogo com outras instituições ao nível internacional.

* Ex-ministro da Educação e actual administrador da Fundação Calouste Gulbenkian. Artigo de opinião publicado no "Diário de Notícias" a 5 e 6 de Setembro de 2002.



Teses para uma

1. No vasto movimento de reforma que passa pelas universidades em todo o mundo, especialmente na Europa, em relação com o processo de Bolonha, há vectores que podem ser considerados dominantes: o reforço da autonomia, mas correlacionado com a responsabilidade e avaliação e com o controlo social sobre a universidade, através da presença significativa de representantes da sociedade nos órgãos de governo; a profissionalização da gestão da universidade e o desenho de órgãos de governo adequados, na sua dimensão e composição, a uma governação de características modernas; a introdução de estímulos à diversidade ou diferenciação, na base de políticas de qualidade, que permitam a competição das universidades no domínio da qualidade e da inovação; a avaliação rigorosa, com efeitos práticos sobre a opinião pública, o mercado de trabalho e o reconhecimento internacional das qualificações.

2. As universidades devem passar por uma profunda reconversão cultural, no sentido de uma maior ênfase do seu carácter de criador de ciência, de um maior sentido institucional dos universitários, de uma filosofia de direcção baseada numa relação fecunda entre liderança e participação e de uma moderação do seu sentido de posse da universidade, com maior atenção às ligações sociais da universidade.

3. A universidade desempenha um papel central no debate sobre as grandes mutações sociais que estamos a viver, deve–se adaptar aos novos factores de transformação e também deve contribuir para que toda a sociedade evolua, inserindo esta mudança numa transformação para o progresso e o desenvolvimento humano, a começar pelo combate à exclusão social.

"Lógica empresarial moderna"

4. As universidades devem deixar de ser vistas como organismos públicos tradicionais, passando a ser entidades autónomas especiais, com uma lógica empresarial moderna e com um estatuto jurídico que podia ser caracterizado por: autonomia na criação de estabelecimentos e serviços; liberdade de gestão do património imobiliário; gestão administrativa e financeira segundo o direito privado e sem sujeição às regras da contabilidade pública, ao regime de realização de despesas públicas (concursos) e ao regime oficial das empreitadas de obras públicas; contabilidade segundo o plano oficial de contas da educação; sujeição à tutela para orientação geral, fiscalização e verificação de legalidade; prestação de contas à tutela e ao Tribunal de Contas; não sujeição a vistos prévios do Tribunal de Contas; contratação de pessoal segundo o regime geral de trabalho.

> "A universidade desempenha um papel central no debate sobre as grandes mutações sociais que estamos a viver, deve–se adaptar aos novos factores de transformação e também deve contribuir para que toda a sociedade evolua, inserindo esta mudança numa transformação para o progresso e o desenvolvimento humano, a começar pelo combate à exclusão social"

5. A actual relação de dependência das universidades em relação ao Governo, mesmo que moderada pela autonomia, deve ser substituída por uma relação de contratualização, celebrando com o Estado contratos de serviço público que abrangem um conjunto básico de actividades de ensino, investigação científica, serviços à comunidade, acção cultural e aprendizagem ao longo da vida e em que devem ficar especificados, entre outros: o elenco dos cursos de licenciatura e mestrado acreditados e de interesse público e como tal reconhecidos e financiados pelo Estado; os rácios aluno/docente para cada curso; os quantitativos das vagas abertas ao acesso a cada curso; os objectivos quantificados em relação à formação de licenciados, mestres e doutores; o valor das propinas para cada curso; o programa de ensino ao longo da vida; o programa de obras e outras infra–estruturas; o programa de investigação científica; os programas de promoção da qualidade; a relação entre despesas de pessoal e despesas de funcionamento para efeitos do financiamento em bloco.

6. O quadro exagerado de homogeneidade fixado na lei da autonomia deve ser flexibilizado, como factor importante da diversidade, que é um elemento enriquecedor de qualquer sistema organizacional. A diversidade não deve ser entendida apenas como diversidade institucional, como a que temos com os nossos subsistemas nem apenas como diversidade de ofertas educativas, mas principalmente como diversidade, ou melhor, diferenciação, em experiências de qualidade e inovadoras, em conquista de novos nichos de mercado, em aspectos diferenciados de políticas de qualidade, em diversidade na oferta de tipos diferentes de perfil de formação (o que não quer dizer mais cursos, mas sim diferentes), de ligações sociais, em configurações institucionais.

Politécnico e universidade

7. Os dois tipos de ensino superior, universidades e politécnicos, devem ser mais estreitamente articulados, com benefícios mútuos e sem constituírem dois subsistemas estanques, defendendo–se que as universidades devem poder incluir estabelecimentos de ensino politécnico (e, a estudar, o inverso). Politécnico e universidade não devem ser considerados escalões de nível diferente do ensino superior mas tipos de ensino superior diferentes, com a mesma dignidade (e a mesma exigência, inclusive quanto às carreiras): um, o universitário, de índole mais académica e científica, de banda larga, facultando competências transversais mais alargadas; o outro, o politécnico, de vocação profissionalizante, de banda possivelmente mais estreita e facultando preparações especializadas.

8. A regulação da oferta de cursos deve ser largamente deixada a um mercado influenciado pela acreditação, sendo também o financiamento das universidades públicas dependente da acreditação dos cursos a ter em conta para o financiamento em bloco. A acreditação dos cursos de licenciatura e mestrado deve ser feita, a priori, a quando da proposta de criação, e a posteriori, periodicamente, em função dos resultados da avaliação. De acordo com alguma tendência internacional para a acreditação de cursos independente da Administração e com a tendência para que a acreditação e a avaliação estejam a cargo da mesma agência, o CNAVES, cujo papel tem sido reconhecido como relevante, pode ser encarregado de ambas as funções, desde que a sua composição seja revista no sentido de reflectir a concertação entre o Estado, as universidades e os parceiros sociais: pode ser, por exemplo, um órgão composto, em partes iguais, por representantes das universidadese dos institutos politécnicos, designados pelo Conselho de Reitores e pelo Conselho Coordenador dos Politécnicos, por representantes das associações profissionais e dos interesses autárquicos, económi-

reforma universitária

JOÃO VASCONCELOS COSTA *

cos e sociais e por individualidades nomeadas pelo Governo e pela Assembleia da República. Para além dessas atribuições, o novo CNAVES ou um novo órgão com estas características deve ser um órgão de consulta obrigatória do Governo sobre a legislação universitária, sobre a aprovação dos estatutos das universidades e sobre os contratos de serviço público.

9. A actual avaliação regular das universidades, que é de tipo programático, transversal (por cursos e apenas sobre o ensino), deve ser completada com uma avaliação de tipo institucional, dirigindo–se a cada universidade e, dentro delas, a cada uma das unidades orgânicas e suas unidades estruturais e incidindo, de forma integrada, sobre o ensino, a investigação, a organização, a gestão e suas normas e as políticas de promoção de qualidade e seus instrumentos.

Garantia de qualidade

10. A tónica internacional indiscutível de todas as reformas é para se exigir à universidade a garantia da qualidade. As universidades e as suas unidades orgânicas devem ser obrigadas a elaborar códigos de boas práticas com padrões de qualidade no que respeita ao ensino, à investigação, ao funcionamento dos órgãos de gestão, ao recrutamento e à gestão da carreira de pessoal académico e à gestão administrativa e financeira.

11. Considerando que o título universitário é cada vez menos uma habilitação directa para um determinado exercício profissional e que a complexidade e diversidade das actividades sociais e dos perfis profissionais já não permite uma correspondente especialização das formações universitárias, privilegiando–se hoje a aquisição de competências, deve ser revisto o perfil das licenciaturas, nomeadamente o regresso à tradicional largura de banda na definição dos cursos (incluindo a possibilidade de menção "minor" no diplomade uma área complementar de estudos), corrigindo a enorme multiplicação e especialização de cursos a que se assistiu nos últimos anos.

12. Por consequência, correspondendo à mudança considerável a que se vem assistindo nas pretensões do mercado de trabalho, o ensino deve deixar de ser tão determinado pela transmissão de conhecimentos e deve privilegiar a aquisição de competências, sendo a licenciatura definida como o grau que corresponde à formação da generalidade dos quadros superiores da administração pública e das empresas. Deve conferir uma formação cultural, técnica e científica geral de nível superior, que desenvolve a criatividade, a flexibilidade, o espírito crítico, a mentalidade científica e de rigor, a aptidão para continuar aprendendo ao longo da vida, a capacidade analítica, de adaptação a novas situações e de resolução de problemas, a liderança e a capacidade de condução de processos sociais, o domínio das novas tecnologias da informação e, cada vez mais na era da globalização, a capacidade de comunicação. As universidades também têm a obrigação de formar caracteres, preparar os jovens para a vida e para a cidadania, treiná–los como futuros agentes privilegiados do progresso social. Pode–se dizer como fórmula que se pede cada vez mais pessoas educadas que pessoas instruídas.

13. Deve generalizar–se urgentemente a organização do ensino com base em unidades de crédito, adoptando o sistema europeu de créditos ECTS e deve–se estimular a organização modular do ensino.

"A actual avaliação regular das universidades, que é de tipo programático, transversal (por cursos e apenas sobre o ensino), deve ser completada com uma avaliação de tipo institucional, dirigindo–se a cada universidade e, dentro delas, a cada uma das unidades orgânicas e suas unidades estruturais e incidindo, de forma integrada, sobre o ensino, a investigação, a organização, a gestão e suas normas e as políticas de promoção de qualidade e seus instrumentos"

14. O conteúdo e o formato do mestrado deve ser revisto, no sentido de maior adequação à sua inserção nos objectivos sociais do ensino e menor tónica académica do que a actual, definindo–se o mestrado como o grau que corresponde a uma formação científica e técnica especializada, com conhecimento da metodologia científica, que desenvolve em grau mais elevado as aptidões conferidas pelo primeiro grau (bacharelato/licenciatura) e que comprova uma elevada aptidão para o trabalho intelectual pessoal e para a resolução de problemas, com capacidade de adaptação a novas situações profissionais.

15. O doutoramento deve ser mais claramente inserido na lógica do sistema educativo, com maior correspondência ao consenso internacional, entendendo–se que o doutoramento comprova apenas um conhecimento científico sólido numa determinada área científica e capacidades para a investigação científica, bem como a capacidade de adaptação dos conhecimentos científicos aos processos de produção, devendo ainda o doutoramento ser considerado como um verdadeiro programa educacional, incluindo um currículo inicial de ensino formal.

16. Assim, muito mais do que o doutoramento, é a fase pós–doutoral que é crítica para a comprovação de aptidão para trabalho científico independente e deve ter um valor probatório determinante para o ingresso nas carreiras.

17. As universidades devem fortalecer um "espírito escolar" ("scholarship") que veja a educação muito para além da formação profissional, orientando–se essencialmente para o desenvolvimento humano, para a formação cultural, para a aquisição de instrumentos da cidadania.

Declaração de Bolonha

18. A Declaração de Bolonha, de 1999, confirmada pela reunião de Praga de 2001, estabelece a harmonização do sistema europeu de graus num esquema em dois níveis, com um primeiro grau ("bachelor") de três ou quatro anos com relevância para o mercado de trabalho, seguido de um segundo grau ("master") para o qual há forte consenso de, na sequência do primeiro, dever ser obtido em cinco anos e, finalmente o doutoramento. Neste sentido, deve ser reduzido o nosso número de graus, de quatro (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) para três, bem como a sua duração. Deve ser ponderado cuidadosamente se o primeiro grau, de formação básica, com a designação de bacharel ou de licenciado, terá duração de três ou quatro anos, o que depende, nas nossas condições, do tempo mí-

nimo para a aquisição das aptidões hoje necessárias ao mercado de trabalho. O grau de mestre deve ter duração de um ou dois anos, de forma a que o total de estudos seja de cinco anos, consoante o primeiro grau tenha duração de quatro ou de três anos. Pode ser um grau adquirido após o primeiro grau de bacharel/licenciado ou, em certas áreas, como engenharias, arquitectura, medicina ou veterinária um grau de estudos contínuos de cinco anos (seis em medicina). A duração do doutoramento deve ser fixada em quatro anos a tempo inteiro. Além destes três graus, o politécnico, e eventualmente a universidade, devem também facultar cursos curtos profissionalizantes, de três a quatro semestres, sem grau.

Organização da universidade

19. O divórcio actual entre o ensino e a investigação, do ponto de vista institucional, deve ser resolvido pela integração dos centros de investigação na estrutura departamental das faculdades e pela transferência para o Ministério da Educação da responsabilidade pelo financiamento de base da investigação universitária, nas novas condições defendidas na tese 27. Os departamentos devem ter a função de principais estruturas organizativas das faculdades, integrando o ensino e a investigação, deve ser–lhe atribuída a descentralização de competências administrativas e deve ser valorizado o papel dirigente do director de departamento, que deve ser escolhido com base na competência e não por lógica electiva. A criação de um ministério único para as universidades e a ciência pode ser um instrumento eficaz de maior coerência entre as políticas pedagógica e científica das universidades e de maior lógica no financiamento.

20. A universidade é relativamente amorfa do ponto de vista organizacional, a sua estrutura não facilita a modernidade das suas actividades e a integração harmónica do ensino e da investigação e a sua gestão é amadorística e à margem da moderna "corporate strategy". O actual modelo corporativo e acentuadamente colegial da governação das universidades deve ser progressivamente substituído por um modelo profissional inspirado (mas com respeito pela especificidade universitária) nas concepções modernas da organização e governação empresarial, com órgãos eficazes de governo, com participação externa, e com valorização e responsabilização dos cargos uninominais, cuja designação deve assegurar o mérito e a competência, para além da confiança eleitoral.

"A universidade é relativamente amorfa do ponto de vista organizacional, a sua estrutura não facilita a modernidade das suas actividades e a integração harmónica do ensino e da investigação e a sua gestão é amadorística e à margem da moderna "corporate strategy". O actual modelo corporativo e acentuadamente colegial da governação das universidades deve ser progressivamente substituído por um modelo profissional inspirado (mas com respeito pela especificidade universitária) nas concepções modernas da organização e governação empresarial"

21. As universidades não dispõem de instrumentos orgânicos para definição de políticas e estratégias e não têm no seu governo uma participação relevante dos interesses autárquicos, sociais, económicos e profissionais. Neste sentido, as universidades devem ter um conselho de governo, um órgão de dimensão não superior a 25-30 membros, com participação de pelo menos vinte e cinco por cento de individualidades exteriores à universidade, que pode ser um órgão próprio ou uma comissão política do senado. Deve competir a este conselho o governo geral da universidade, a definição de políticas e estratégias de acção (a submeter ao senado para ratificação), a criação ou extinção de faculdades e cursos, a homologação dos estatutos das unidades orgânicas, a definição dos critérios de distribuição interna do orçamento, a promoção da auto–avaliação e a análise da avaliação, com consequentes políticas correctivas, o estabelecimento das relações entre a universidade e o meio social e o acompanhamento da gestão da universidade. Deve ser composto por pessoas com visão larga dos problemas da universidade e sentido institucional, bem informadas sobre as tendências mundiais de evolução dos sistemas universitários.

22. Mesmo neste modelo profissional com papel central do conselho de governo, o senado, com as características actuais de órgão de representação da comunidade universitária, mantém uma função importante de veículo da opinião colectiva. Para garantia de operacionalidade, a sua dimensão poderá ir até cerca da centena de membros. Com esta composição e dimensão, o senado deve ter as funções típicas de assembleia de controlo, consulta e participação A sua esfera de acção deve ser de tipo académico, principalmente a política científica e a organização geral do ensino. Além disto, deve ser um órgão de acompanhamento e controlo da actividade do conselho de governo, pronunciando–se sobre o relatório anual elaborado pelo conselho de governo e podendo emitir propostas e recomendações ao conselho. Deverá competir também ao senado a decisão sobre as matérias de índole tipicamente académica, que não integrem o corpo de matérias políticas e estratégicas da competência do conselho de governo. Para este efeito, o senado deverá dispor de uma comissão executiva restrita, quer para preparação de propostas, quer mesmo com competências delegadas.

Eleição do reitor

23. A escolha do reitor e dos directores de faculdade, embora respeitando o mecanismo eleitoral tradicional, deve ser feita por um processo que combine um grau apreciável de selecção nominativa ou propositiva com base na competência e na capacidade política, em que o conselho de governo deve desempenhar um papel relevante, seja na pré–selecção de candidatos a eleger pelo senado, seja na escolha final de entre uma lista curta eleita pelo senado.

24. Salvaguardadas estas disposições gerais obrigatórias, a lei da autonomia deve garantir uma muito maior flexibilidade no que respeita à capacidade que as universidades devem ter para encontrar soluções inovadoras de tipo estatutário e organizativo, principalmente a nível da sua organização em unidades orgânicas e seu estatuto, fixando apenas como princípios que os estatutos das unidades são aprovados pelo conselho de governo e que deve ser obrigatório, entre outros, o cargo unipessoal de director de faculdade, escola ou departamento, garantindo–se uma base de competência, visão estratégica e capacidade de gestão no processo de escolha do director.

Financiamento e propinas

25. O sistema de financiamento deve premiar o rendimento e qualidade das universidades, devendo a parcela do financiamento correspondente ao financiamento em bloco, no quadro do contrato de serviço público, ser calculada segundo uma fórmula que tenha em conta os "outputs", isto é, o número médio de licenciados, mestres e doutores no período anterior e a previsão para o período correspondente ao contrato de serviço público, bem como outros indicadores de produtividade e qualidade (por exemplo, o número de créditos concedidos, as taxas de aproveitamento, as classificações médias, a proporção de alunos que podem concluir o curso no número de anos previstos, o sucesso social da universidade em termos da empregabilidade dos seus cursos, etc.). O financiamento em bloco deve ser majorado (mas não penalizado) em função da classificação decorrente da avaliação.

26. As propinas devem ter um peso crescentemente significativo no financiamento das universidades, tendendo para o seu valor real, competindo ao Estado estabelecer uma política de compensação em relação aos estudantes carenciados que garanta a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior (bolsas, empréstimos, estímulo ao mecenato, taxas sobre os rendimentos das profissões pós–ensino superior, etc.).

27. O financiamento de base da investigação, a cargo do mesmo ministério que financia o orçamento geral da universidade, deve ser consideravelmente reforçado e determinado por soma de parcelas correspondentes ao valor padrão para cada departamento, calculado com base num valor per capita por doutorado, variável conforme a área científica e a classificação da investigação do departamento, acrescido de propinas de bancada para cada estudante de doutoramento, de uma percentagem para gastos gerais de infra–estruturas de investigação da faculdade e de financiamentos programáticos para melhoria da investigação ou introdução de novas actividades. A percentagem máxima de "overheads" no financiamento de projectos deve ser aumentada.

28. O financiamento pelo contrato de serviço público deve incluir, separadamente do financiamento em bloco por fórmula, o financiamento das infra–estruturas, dos programas de desenvolvimento, de inovação do ensino e de promoção de qualidade, bem como dos estabelecimentos não escolares e do património histórico.

29. O estatuto da carreira docente deve ser revisto em profundidade, consagrando, entre outros aspectos: a extinção tendencial das categorias pré–doutorais; a abolição da promoção automática de assistentes a professores auxiliares após conclusão do doutoramento; um período probatório pós–doutoral de dois anos antes da contratação como professor auxiliar; a limitação da duração da situação de professor auxiliar, com obrigatoriedade de concurso a professor associado; a modernização do formato dos concursos, ao estilo internacional; a facilitação do ingresso na carreira em categorias superiores, sem obrigatoriedade de tempos mínimos de serviço docente anterior; quadros circulares de dotação global para professores catedráticos e professores associados; júris de concursos com composição equilibrada de membros institucionais e de membros externos; a capacidade das universidades fixarem as suas tabelas de vencimentos e as regras de progressão salarial, numa política de estímulo ao mérito.

> "As propinas devem ter um peso crescentemente significativo no financiamento das universidades, tendendo para o seu valor real, competindo ao Estado estabelecer uma política de compensação em relação aos estudantes carenciados que garanta a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior (bolsas, empréstimos, estímulo ao mecenato, taxas sobre os rendimentos das profissões pós–ensino superior, etc.)"

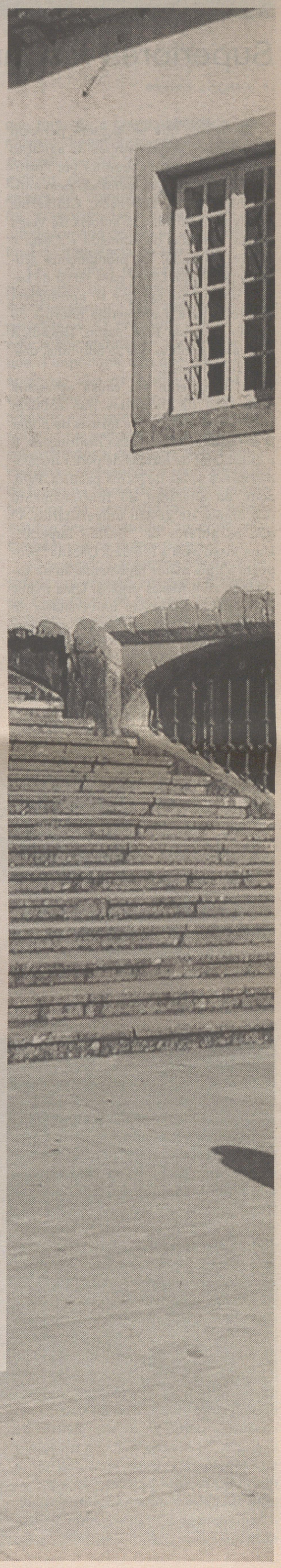
Novos rumos

30. As universidades devem preparar–se urgentemente para uma crescente diversidade da população que as procura e devem lançar rapidamente as novas formas de ensino à distância e aprendizagem electrónica, de ensino ao longo da vida, ao mesmo tempo que a aprendizagem ao longo da vida deve ser contemplada, com alto nível de prioridade, na política da sociedade da informação.

31. Deve ser criado um instituto de investigação do ensino superior, com actividade de investigação, formação e serviços nas áreas da pedagogia, dos mecanismos de qualidade, da formulação de políticas, do ensino à distância e da organização e gestão.

32. A reforma da universidade deve ser global, coerente e não baseada apenas em leis e medidas avulsas, antes concluindo por uma lei–quadro geral do ensino superior, integrando coerentemente e numa visão comum todos os aspectos principais do estatuto jurídico, regulação, organização, estrutura de graus, política de qualidade, avaliação e acreditação, financiamento e carreiras. Deve ser precedida de um trabalho de recolha de informação e baseada num largo debate, com interactividade permanente, com a preocupação do máximo de consensualização na comunidade académica e de concertação com os parceiros sociais das instituições de ensino superior.

* Consultor da Associação Portuguesa de Ensino Superior Particular (APESP) e docente na Universidade Lusófona.



EDITORIAL

JOÃO PEREIRA

Superiores mudanças

Os meses que se seguem parecem destinados a serem tempos de agitação no sector do ensino superior em Portugal. Um estudo encomendado pelo antigo ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, da autoria de Veiga Simão, António de Almeida e Costa e Sérgio Machado, foi prontamente acolhido por Pedro Lynce para servir de base a um debate em que se apresentem hipóteses para a prometida reforma do ensino superior. Está, assim, lançada a discussão pública, que se adivinha, desde já, conflituosa.

O documento em causa apresenta uma série de propostas que colidem com velhos costumes e formas de poder já enraizadas no seio das instituições. E o questionar de formas de poder instaladas nunca se faz de forma pacífica. Falo, aqui, da alteração do funcionamento dos orgãos de gestão universitários. O que os autores de "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década" propõem é uma maior representação da sociedade civil nestes orgãos. Uma maior participação na gestão universitária de elementos que não pertencem a corpos universitários - porque poderá trazer novas formas de perspectivar a Universidade e traduzir–se, como tal, numa melhor gestão - não me choca particularmente. Chocará, contudo, com as posições de todos aqueles (docentes, funcionários não docentes e discentes) que defendam um governo "fechado" das universidades.

Mas não será este, provavelmente, o principal campo de batalha. Durão Barroso afirmou já a inevitabilidade do aumento da comparticipação dos estudantes e das famílias nos custos de educação. É a problemática questão do aumento das propinas trazida de novo à ribalta; numa altura em que (espero) ainda não se tenha apagado completamente das memórias a contestação estudantil que no passado se levou a cabo em torno deste assunto.

Uma das mais polémicas propostas do estudo apresentado na semana passada é precisamente a implantação de um sistema de propinas progressivas. Em termos simples, quanto mais se chumba, mais se paga.

Ora, se num primeiro relance esta pode até parecer, aos olhos de alguns, uma medida justa, também não é difícil ver o lado perverso da moeda e as consequências negativas que esta traz consigo. Nem todas as reprovações podem ser imputadas ao estudante, ou seja, à preguiça e à cábula. Existe uma série de circunstâncias que lhe são externas e que são passíveis de provocar um fraco desempenho escolar. Um tal sistema necessitaria, portanto, de um método de averiguação das causas da reprovação; e tal método reveste–se, considerando a multiplicidade de factores a ter em conta (e um deles é a qualidade do ensino), de um sem números de dificuldades técnicas.

Por outro lado, uma medida deste carácter acarreta uma desresponsabilização do próprio sistema de ensino. Se é certo que muitos estudantes se arrastam nos seus cursos, sem fazer nada (ou quase nada), e a malbaratar o dinheiro dos contribuintes, é incontornável que há muitos funcionários e professores que não dão a esse dinheiro um melhor destino. Não é raro encontrar funcionários que despudoradamente utilizam o telefone dos locais de trabalho para longos telefonemas pessoais; não é raro encontrar funcionários de uma biblioteca universitária que não sabem (nem pretendem vir a saber) informar acerca da existência de um determinado livro; outros exemplos quotidianos poderiam ser apontados, mas, em suma, não é raro encontrar funcionários que se arrastam nos seus empregos sem fazerem nada (ou quase nada). De igual forma, não é raro encontrar professores que, muito embora possam ser excelentes investigadores, são completamente desprovidos de qualquer capacidade pedagógica e que se arrastam nos seus lugares de cátedra sem fazerem aquilo para que são pagos: ensinar.

Impõe–se, portanto, um ataque em várias frentes. Um Estatuto da Carreira Docente que privilegie o desempenho pedagógico em detrimento do trabalho de investigação é uma das soluções para uma melhor qualidade de ensino. Mas, mais uma vez, esta é uma questão que levanta conflitos. Os professores são, tradicionalmente, os que avaliam e muitos, certamente, não se sentirão confortáveis na posição de avaliados.

> "Não é raro encontrar professores desprovidos de qualquer capacidade pedagógica"

Também no saco das possíveis medidas a implementar está uma bolsa de mérito. Mas premiar os alunos com bom desempenho só faz sentido quando estiverem garantidos os apoios financeiros aos estudantes que deles realmente necessitam. E neste campo da acção social, há ainda muito a fazer. São sobejamente conhecidas de todos as lacunas existentes no sistema de atribuição de bolsas. Como resultado, estas são destinadas a alunos que delas não precisam, em claro prejuízo de muitos outros.

Os problemas são vários e estão longe de constituir qualquer novidade. O que se pretende agora (e é já há algum tempo necessário) é um período de reflexão que abra possíveis rumos para o ensino superior.

Apenas em Março serão apresentadas as propostas de lei que vão chegar à Assembleia da República em Maio. Até lá, o Governo tem de provar que tem a coragem de propor as necessárias alterações aos documentos estruturantes do ensino superior português, enfrentando os "velhos do Restelo" que se insurgirão perante os ventos de reforma. Até lá, a Universidade tem que provar que não está encerrada em fórmulas antigas e desadequadas e mostrar–se aberta à mudança.

Universidade e saídas profissionais

JOSÉ MANUEL PORTOCARRERO CANAVARRO *

Deve uma instituição universitária preocupar–se com as saídas profissionais dos seus diplomados? Deve essa preocupação sobrepor–se a outras, como a qualidade pedagógica, a qualidade da investigação científica ou a qualidade da oferta cultural que a instituição oferece e promove?

Se a resposta à primeira pergunta é simples e afirmativa, a resposta à seguinte é mais complexa. A Universidade é um sistema, que ao proporcionar qualidade pedagógica, científica e cultural contribui para a excelência dos seus diplomados e também fortemente para o seu reconhecimento e, por consequência, para a respectiva inserção no mercado de trabalho. Mesmo que a empregabilidade dos diplomados duma Universidade dependa sobretudo daquilo que esta representa na sua globalidade e que decorre das suas missões essenciais - ensinar; investigar; fomentar a cultura, - não deixará de ser possível desenvolver medidas supletivas que reforcem a atractividade dos seus diplomados no mercado de trabalho.

Durante o ano de 2002, foi dada muita ênfase, justificada, ao aumento do desemprego na população jovem com habilitações médias ou superiores. Segundo dados do IEFP, de Outubro de 2002, os desempregados qualificados tinham aumentado em Portugal e na Região Centro, comparativamente a período homólogo de 2001, e representavam uma percentagem próxima dos 10 por cento do total. A proveniência académica (por instituição) destes desempregados jovens e qualificados não se encontra ainda devidamente apurada. No entanto, é possível referir que provém (em termos da respectiva formação), em percentagem muito assinalável, das áreas das Humanidades, das Ciências Sociais e também das Ciências Físicas e Naturais.

> "Estudar em Portugal tem que equivaler a 'estudar em Coimbra'"

Existirão vias para mitigar esta realidade? Haverá forma(s) de inverter esta tendência, sem perder a noção de que esta depende em certa medida de factores externos à Universidade?

No plano da oferta formativa, opção da Universidade por uma formação inicial (licenciatura) de espectro largo, uma formação abrangente, encontra justificação também pela aceitabilidade que a formação mais alargada suscita junto dos empregadores.

A opção da Universidade por uma crescente especialização da sua oferta pós–graduada também se afigura correcta no plano da empregabilidade dos diplomados, sendo, no entanto, interessante que a Universidade se aproxime ainda mais da sociedade, também da sociedade empresarial, inserindo (pela via protocolar ou pela prestação de serviços especializados, por exemplo) as empresas, as associações empresariais e os parceiros sociais na definição da sua oferta formativa especializada.

A Universidade de Coimbra não se tem alheado da questão da empregabilidade dos seus diplomados e tem, nos últimos anos, desenvolvido esforços interessantes para ultrapassar as dificuldades colocadas pelas dinâmicas sócio–económicas mais gerais que afectam o emprego em Portugal (o trabalho do Gabinete de Saídas Profissionais e o alargamento da oferta pré e pós–graduada a áreas emergentes atestam esta afirmação).

Poderá fazer–se mais? Seguramente que sim. Retomando a ideia inicial de que algumas medidas acessórias podem ajudar, concentraremos a nossa atenção em duas pequenas achegas abonatórias da empregabilidade dos nossos diplomados. Muitas outras possibilidades e medidas são possíveis e necessárias para que tal aconteça, mas reflictamos na imagem - Universidade de Coimbra -, na promoção dessa imagem, e ponderemos também sobre a abertura da Universidade a novos públicos.

A questão da imagem da nossa Universidade passa pela capacidade de atrair estudantes por todo o país e mesmo fora dele. Estudar em Portugal tem que equivaler a "estudar em Coimbra". A tradição, a proximidade à cidade, a oferta cultural, a qualidade pedagógica e científica, a qualidade dos serviços de apoio aos estudantes, o dinamismo associativo, a diversidade da oferta formativa, que caracterizam e distinguem a nossa Universidade, têm que se sobrepor a qualquer outro critério na escolha da Universidade onde se quer estudar. Para este efeito, a Universidade de Coimbra deve investir na sua imagem, deve promovê–la, tem que chegar aos media com maior frequência (para além da Queima das Fitas), tem que desenvolver iniciativas marcantes e deve fazê–lo em ligação à cidade e à região.

A atracção de novos públicos, sejam públicos muito especializados, pela via dos cursos de doutoramento, sejam públicos sem formação prévia ao nível da licenciatura, mas com larga experiência pessoal e profissional, pela via da formação ao longo da vida, ou ainda públicos saídos do ensino secundário e com necessidade de especialização rápida, pela via dos cursos de especialização tecnológica, são caminhos a trilhar, caminhos capazes de promover, sem descaracterizar, directa e indirectamente a nossa universidade.

Manter os padrões de qualidade, dá–los a conhecer e fazê–los reconhecer são vectores importantes para que todos os que passam pela nossa Universidade sejam acolhidos satisfatoriamente na sociedade. Mas, sem esquecer essa mesma sociedade e desenvolvendo esforços para acolhê–la no nosso interior.

* Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A construção do Espaço Europeu de Ensino Superior

PEDRO LOURTIE *

O objectivo geral do Processo de Bolonha é a construção, até 2010, do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES). A Declaração de Bolonha, que deu origem a este processo, foi subscrita em 1999 por 29 países, incluindo todos os que constituem a União Europeia, a que se juntaram posteriormente mais quatro. Não sendo um tratado internacional com valor jurídico, é um compromisso político que se espera que as autoridades portuguesas saibam honrar.

Sendo um compromisso político assumido pelos ministros responsáveis pelo ensino superior, pelo que se espera que as autoridades de cada um dos países promovam as reformas necessárias à sua construção, a realidade é que grande parte do seu sucesso está dependente do empenhamento das instituições de ensino superior. De facto, se as questões mais formais, como a promoção da comparabilidade dos graus ou a estruturação dos sistemas de ensino superior em dois ciclos, depende da legislação de cada um dos países, e é significativo o número dos que já introduziram reformas, são as questões menos formais, que dependem das instituições de ensino superior e implicam mudanças de atitudes, que constituem o maior desafio.

No que se refere ao sistema de graus, Portugal deverá deixar de ter os dois graus de graduação, Bacharel e Licenciado, passando a ter apenas um, qualquer que seja a designação que venha a ser adoptada. A discussão desta questão não começou em Portugal com o Processo de Bolonha, na medida em que, já em 1993, o Conselho Nacional de Educação aprovou um parecer que apontava nesse sentido. Este passo permitir–nos-á progredir na adopção do modelo que tem sido consensual no quadro do Processo de Bolonha e que tem presidido às alterações já verificadas noutros países.

Um dos objectivos da construção do EEES é a mobilidade e empregabilidade no quadro europeu. Pretende–se, nomeadamente, que um estudante possa ver reconhecida a formação obtida numa dada instituição, quer se trate de um curso completo ou de períodos de estudo, para efeitos de prosseguimento dos seus estudos noutra instituição, de outro ou do mesmo país. Mas pretende–se também que um diplomado possa fazer valer o grau que detém para efeitos de emprego num qualquer país deste espaço. A existência de sistemas de garantia da qualidade credíveis, é uma condição para o desenvolvimento da confiança nas qualificações obtidas em qualquer instituição do EEES.

> "Se a meta temporal estabelecida é 2010, a realidade é que as mudanças que o Processo de Bolonha pressupõe, de mentalidades e atitudes, são profundas e continuarão a ser progressivamente integradas nas práticas institucionais"

O quadro legal de reconhecimento de qualificações, vigente em cada país, condiciona as práticas institucionais neste domínio. A legislação portuguesa, relativa ao que em Portugal é usualmente designado por "equivalências", precisa de ser revista. Não só porque é excessivamente restritiva, mas também porque Portugal assinou e ratificou a chamada Convenção de Lisboa sobre Reconhecimento (esta é, de facto, um tratado internacional com valor jurídico), que prevê uma abordagem mais flexível. Mas se a legislação nacional é limitativa, também as actuais práticas institucionais não têm explorado os graus de flexibilidade disponíveis, baseando–se em critérios muito formais. Uma legislação mais flexível implicará uma maior latitude e responsabilidade das instituições, mas que só será efectivamente utilizada com uma mudança de atitude, menos centrada na comparação de programas de disciplinas e mais na valorização dos conhecimentos e competências que os estudantes efectivamente adquiriram.

A introdução de um sistema europeu de unidades de crédito, baseado no ECTS (European Credit Transfer System, criado para os programas comunitários de mobilidade), visando não só a transferência, mas também a acumulação de créditos, para além de facilitar o reconhecimento de qualificações, é uma oportunidade para uma reflexão aprofundada sobre os objectivos de aprendizagem de cada curso, dos processos e métodos usados, da organização curricular e do trabalho que é pedido aos estudantes.

O diálogo e entendimento entre instituições de ensino superior europeias, por área do conhecimento, no que se refere aos objectivos de aprendizagem, como é o caso do Projecto Tuning, é um processo promissor para a comparabilidade efectiva dos graus oferecidos no EEES. Ao mesmo tempo que fomenta a comparabilidade, promove o desenvolvimento de uma linguagem comum para exprimir os objectivos de aprendizagem, expresso através do conjunto de conhecimentos, competências e capacidades que um diplomado deverá ter adquirido no final da frequência do seu curso.

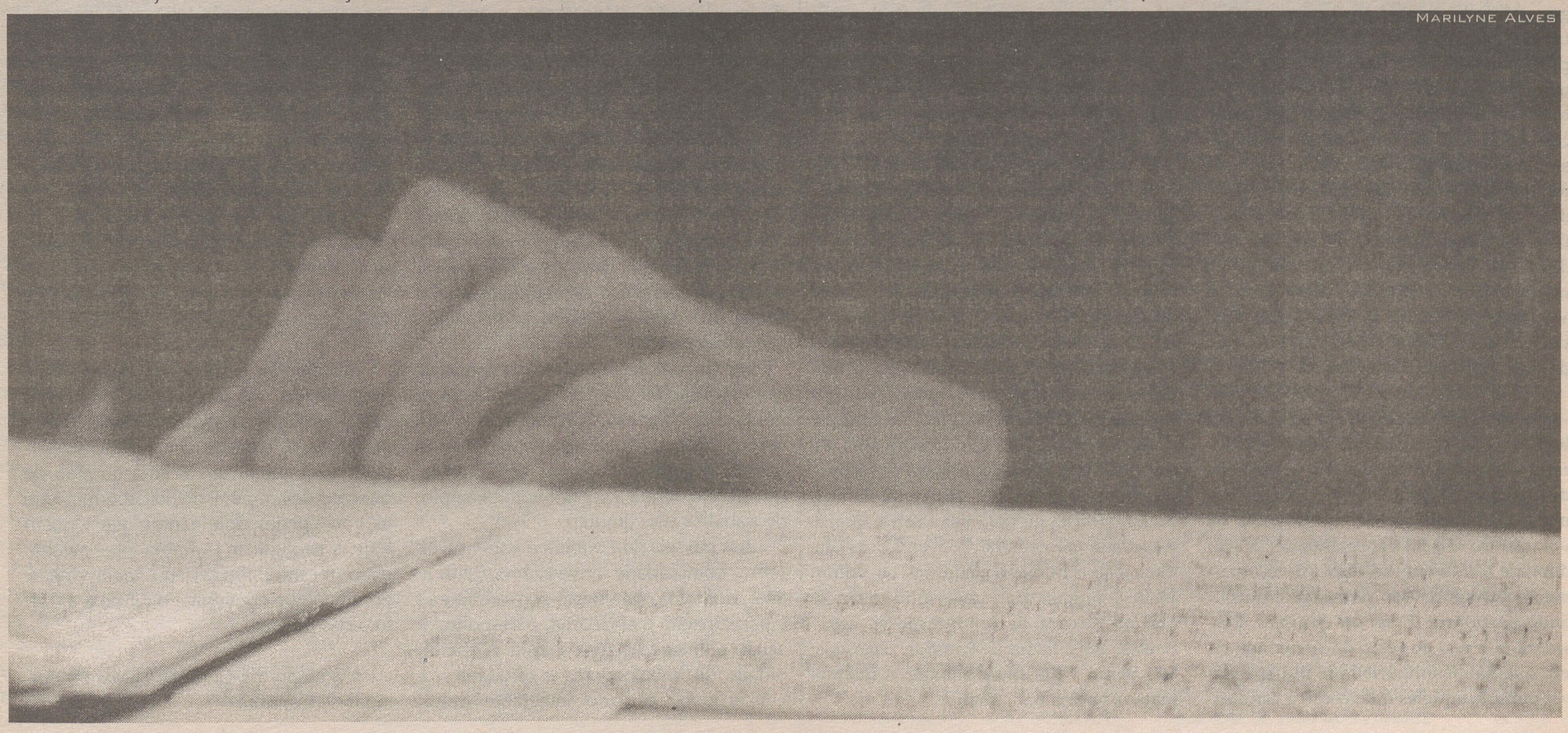
Os trabalhos realizados até à data no quadro do Processo de Bolonha, apontam para um EEES assente em dois paradigmas. O primeiro, é o de uma educação centrada no aprendente, em que o importante é o que o estudante aprende, são os conhecimentos, as competências e as capacidades que adquire, e em que a organização curricular e os métodos de ensino estão subordinados a esse objectivo. Este paradigma corresponde a uma alteração de fundo na forma de abordar o ensino superior na generalidade das nossas instituições de ensino superior, mas também nas de outros países.

O segundo paradigma é o da diversidade organizada, em que a diversidade é um factor de enriquecimento dos sistemas de ensino superior dos países do EEES, e mesmo dentro de cada um dos sistemas, na medida em que represente uma adaptação às necessidades sociais e aos interesses dos estudantes, mas deverá ser suficientemente organizada para não ser um factor impeditivo da comparabilidade entre graus ou do reconhecimento das qualificações.

Se a meta temporal estabelecida é 2010, a realidade é que as mudanças que o Processo de Bolonha pressupõe, de mentalidades e atitudes, são profundas e continuarão a ser progressivamente integradas nas práticas institucionais. Constituindo estas mudanças um desafio real para as instituições de ensino superior e sendo o processo lento, não podemos esperar por 2009 para começar.

* Professor do Instituto Superior Técnico

MARILYNE ALVES



EDITORIAL

MÁRIO GUERREIRO

Mentalidades

Remontemos à viagem inaugural do couraçado governamental, incólume na sua navegação, por vezes tibuteante, mas em última instância decidido a conseguir o seu propósito de recuperar o tecido económico nacional, reabilitar e reforçar o papel no seio da Europa. Com a economia mundial a dar sinais evidentes de debilidade, consequência do pós-11 de Setembro, a portuguesa não poderia ser uma excepção. A tarefa expressa de manter o défice público abaixo dos três por cento afigurava-se ainda mais hercúlea. No entanto, o Orçamento de Estado (OE), aprovado na generalidade no dia 23 de Outubro, foi o primeiro passo para a história que só agora parece ter sido traduzida para linguagem estudantil, um dialecto cada vez mais empedernido e recôndito. O OE deveria servir os propósitos nacionais. Mas desde logo ficou claro que tal não iria acontecer, pelo menos não da maneira mais justa e positiva. Relembremos o que ficou expresso no orçamento. A redução do investimento público não só não irá transmitir confiança aos empresários como irá acabar por acentuar as já vincadas desigualdades sociais, além de que o contemplado não distribui de forma justa os recursos do Estado. Mas mais uma vez os verdadeiros mártires da recuperação económica nacional foram os de sempre, os que pouco ou nada têm, os que invariavelmente não vão poder escapar ao aumento dos impostos ou à diminuição do poder de compra. Os de menores recursos que, por uma ou outra razão, necessitam da ajuda do Estado para manterem ainda alguma dignidade na sua vida. Tristemente o combate à evasão e fraude fiscais ficaram de fora, quando deveriam ter sido pedras basilares do documento.

"Daqui a São Bento a distância é longa, e quanto mais sonoro o não, melhor"

No dia em que o OE era aprovado na generalidade, iniciava-se mais uma Festa das Latas, em Coimbra. Como sempre, ou como nunca, o dia do Cortejo foi mais um abrasivo dia de contestação perante as medidas governamentais, neste caso o OE, que deixava em maus lençóis as universidades portuguesas, no que diz respeito ao seu financiamento. Nesse dia, os estudantes de Coimbra e a DG/AAC responderam às injustas medidas governamentais com mais uma manifestação de embriagado niilismo. E a Latada politizada ficou-se mais uma vez pelas intenções e pelas t-shirts que de peso político não têm nada.

Finalizada a época festiva, ouviam-se os ecos que anunciavam o fim da hibernação. Já com alguma febrite eleitoral a academia reivindicava, ameaçava, despertava. E ainda não era tarde demais. Mas infelizmente, em vésperas da votação do OE na especialidade, a academia e o movimento associativo, totalmente conspurcados por uma enfermidade partidária disseram que não. Disseram que não ao resto da sociedade civil, que não à solidariedade indispensável perante aqueles que, como a comunidade estudantil iriam ser nitidamente prejudicados. O cerne da questão nem se encontra na realização ou não de uma manifestação em Lisboa lado a lado com sindicatos, mas sim em libertar-se definitivamente da amarra funesta que é a diabolização entre esquerda e direita. A justiça é (ou devia ser) um conceito universal. E o OE não era nem é justo. Mas até então, quando era evidente a cor do futuro, o movimento associativo e a maioria das academias preferiu o orgulho funerário a uma posição condenatória firme das medidas do Governo e a uma solidarização com outras lutas que não as suas, adoptando assim uma posição umbiguista e egoísta que a médio e curto prazo só descredibiliza a importância das suas reivindicações e acelera o seu próprio definhamento.

Por esta altura, em Coimbra sucediam-se os fechos de unidades fabris. Mas os estudantes estavam mais preocupados com outros aspectos, como a reeleição de uma DG/AAC inoperante e incapaz.

A mentalidade dominante é a de uma quase medieval noção da sociedade, em que o ensino superior é lugar apenas para os iluminados e se deve relegar para o plano do esquecimento as necessidades e vicissitudes daqueles que partilham o mesmo espaço físico dos estudantes e que, em todo o caso, constituem uma importante franja votante. Foi aliás essa mesma pretensiosa visão da sociedade que afastou qualquer posição das academias condenando um documento absolutamente pernicioso e penalizador para os trabalhadores portugueses, o Código do Trabalho. Tal posição é ainda mais ridícula e incompreensível se tivermos em conta que os estudantes universitários são dos principais prejudicados pelo véu sufocante dos contratos a prazo, agora ainda mais negro na sua matiz. Com este entendimento vergonhosamente egoísta das relações sociais, que legitimidade têm os estudantes do ensino superior para pedir o apoio dos docentes?

E agora? Agora que se tornou claro com o estudo "Ensino Superior: Uma visão para a próxima Década" e com as recentes declarações de Durão Barroso que as propinas vão aumentar. Agora que o caminho parece conduzir a um emagrecimento das verbas preciosas à melhoria das condições materiais dos estabelecimentos, que a pedagogia dos docentes revela traços de quase extinção ou que o estudante elegível se afigura cada vez mais próximo. Agora que os desafios da internacionalização se adivinham invencíveis e a irreversibilidade da Declaração de Bolonha é certa, qual a estrada a percorrer? Continuar na da alienação e niilismo pedantes ou voltar atrás e pugnar por uma solidariedade que só tornará as reivindicações estudantis mais fortes e temidas. Daqui a São Bento a distância é longa, e quanto mais sonoro o não, melhor.

Pensar a universidade

JORGE GOUVEIA MONTEIRO *

I. As funções que há algum tempo exerço no Município levam-me, diria naturalmente, a pensar a Universidade a partir do ponto de vista do cidadão de Coimbra que se interroga sobre como pôr mais ao serviço de todos o enorme potencial da Universidade, se indigna com o passado recente de "futriquismo" municipal, anseia por novos caminhos de cooperação.

O que não significa de forma alguma uma perspectiva utilitária da instituição universitária (o que está em jogo não é o grau de utilização da UC pela Cidade), nem uma mera avaliação sobre a prestabilidade da UC às necessidades de desenvolvimento de Coimbra.

Os acontecimentos mais recentes parecem prometer colocar a questão no seu caminho mais sério e, portanto, mais frutuoso. Há condições para idealizarmos em conjunto, trabalharmos em conjunto, brilharmos em conjunto. No respeito aliás pelo que de melhor a História de Coimbra nos legou e a que poderei chamar a pulsação conjunta da Universidade com a sua Cidade.

Pela escassez de espaço, passo a tentar ilustrar em três domínios em que esta pulsação conjunta se me afigura tanto mais urgente como viável.

II.

1. A sustentabilidade de Coimbra e da sua Região carece em absoluto do apoio científico da sua Universidade. A margem para erros ou más decisões é cada vez mais estreita e salda-se regra geral em perda de oportunidades. Cada vez mais a administração, afirmação e projecção das Cidades tem que assentar em decisões justas e atempadas, em boas programações da aplicação dos seus recursos.

"A movida de Coimbra é impensável sem a comunidade universitária"

Refiro-me aos contributos decisivos da investigação, planeamento e apoio à decisão em políticas tão diferentes como: emprego e modernização de empresas, ambiente e património, qualidade e renovação urbana, mobilidade dos cidadãos.

Para além dos protocolos de cooperação entre a Câmara e a Universidade que seguem já o seu curso, há que estender essa cooperação a vários outros domínios: gestão regional da água e dos resíduos sólidos, qualidade da construção e eficiência energética dos edifícios, carta social de Coimbra e políticas de inclusão, espaços verdes.

Na área de acção camarária à minha responsabilidade - a Habitação - temos em fase de conclusão um acordo de cooperação com vista ao levantamento total e multidisciplinar da Baixa de Coimbra que desejo venha a ser um bom exemplo de trabalho em conjunto.

2. A movida de Coimbra é impensável sem a comunidade universitária. Estou a falar em tudo o que mexe com a cultura, a participação e cidadania, o desporto, a acção politica, o lazer e a festa. A comunidade de trabalhadores e estudantes a Universidade é parte integrante dessa movida e tem estado nalguns casos na origem ou por dentro de importantes movimentos de nova participação cidadã ou de nova expressão cultural. Mas não chega.

Coimbra precisa como do pão para a boca de mais eventos, de grandes discussões públicas, workshop's, debates e conferências. Ora, a comunidade universitária deve não apenas ajudar a empurrar e a subir o grau de exigência dominante, como também expor-se mais ao juízo popular sobre os méritos de muitas das suas ideias e talentos. Por exemplo, temos ainda poucos professores ou investigadores universitários a participar nas mais diversas associações da Cidade, o que constitui motivo de estranheza (e tristeza) para muitos cidadãos.

Para que a movida de Coimbra desenvolva ainda mais, urge que a Cidade construa os seus novos espaços culturais e desportivos, aliviando a pressão sobre o TAGV e o Estádio Universitário e, por outro lado, que a zona desportiva do Polo II seja encarada como o projecto de dimensão nacional que a sua dimensão, localização e qualidade plenamente justificam.

3. A projecção internacional de Coimbra não assenta nem assentará, seguramente, em bases semelhantes às das duas áreas metropolitanas portuguesas, onde contam essencialmente a dimensão demográfica que Coimbra não tem (nem quer ter) e a localização do poder económico-político que Coimbra não desprezaria ter, mas razões geográficas e históricas várias afastaram desta região portuguesa.

Daí que essa projecção internacional deva virar-se cada vez mais para a ideia de Cidade do Conhecimento, que me parece uma designação feliz e abrangente.

Nesta linha, é essencial reforçar o papel da Universidade para recuperar atrasos na participação de Coimbra em redes de Cidades onde se troca a informação e se discutem as experiências. Assim também no acesso a candidaturas e programas de desenvolvimento.

O turismo científico e cultural, associado à ideia de Cidade do Conhecimento e, portanto, dos Congressos é outro eixo em que a Universidade desempenha lugar cimeiro.

Resumindo: estou convencido que uma Cidade com uma densidade histórica e uma dimensão cultural destas, trabalhando a par e passo com a sua Universidade, são imbatíveis. É uma questão de querer e de tempo. E de percebermos que as concepções dominantes que tendem hoje a prejudicar Coimbra não passam disso mesmo: modas, ou ideias feitas. Porque o que conta para o futuro é a Cultura das pessoas.

* Vereador da CDU na Câmara Municipal de Coimbra

Universidade glocal

JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA *

A necessidade de debater a Universidade é hoje tão consensual quanto inconsequente, é quase um lugar–comum. As portas das instituições universitárias abrem–se todos os anos para a entrada de milhares de jovens, num registo mais rotineiro que ponderado, embalado por "insofismáveis" pragmatismos de mercado que conduzem a formação universitária a um beco: aquilo que há apenas alguns anos atrás era considerado, embora de um modo romântico ou alegórico, como a perspectivação de um futuro profissional especializado, de uma carreira ou de uma vocação, hoje não passa de um simples produto de consumo. As escolas "vendem" cursos, os estudantes compram–nos. Nem as primeiras nem os segundos têm muito tempo para se deter com considerações acerca da sua própria identidade, e do modo como se integra, ou resiste, no imenso emaranhado ontológico a que nos habituámos a chamar Universidade.

O debate é inconsequente porque, na maior parte das vezes, longe de se centrar na dinâmica relacional que a Universidade deve estabelecer com a comunidade que a acolhe e com o mundo que a rodeia, resvala para o âmbito restritivo de um mero "estudo de mercado",

"Valorize o seu futuro"- assim versavam as páginas publicitárias das revistas de quadradinhos brasileiras que eu lia quando era miudo. Os cursos técnico–profissionais que divulgavam, ministrados à distância, eram apresentados como um depósito bancário, como um investimento de alta rentabilidade. Mal eu sonhava que, passados estes anos, as mais conspícuas instituições de ensino superior no meu país viriam também a ter no marketing dos cursos um dos seus mais sérios empenhos.

No fundo, os temas que se poderiam atirar para a fogueira de um eventual debate levariam, entre outras, à formulação de questões tais como:

Formar homens e mulheres para o mundo ou formar quadros estatísticos para o "mercado de trabalho"?

Adequar os vínculos estatutários ancestrais dos cursos ao fluxo constante dos novos domínios dos saberes ou aceitar encomendas para formar as especificidades técnicas mais carentes nas denominadas "empresas"?

Universalizar os domínios culturais da aprendizagem ou aprofundar e pulverizar microespecializações absurdas?

Fomentar a síntese e a sistematização ou deixar–se sucumbir ao ritmo compassado da rotina analítica?

São questões que , antes de mais, sugerem desvios. Não são passíveis de ceder a uma resposta peremptória, mas podem alertar para a necessidade de repensar a Universidade, a sua função social, a sua dimensão cultural e identitária, as trocas que estabelece com a sociedade civil.

Por exemplo, uma das incumbências que nos habituámos a ver instituída é a da prestação de serviços à comunidade - como se todas as incumbências não se pudessem congregar nesta asserção. A esse propósito, podemos também perguntar como estabeler o sistema de relacionamento entre as diversas universidades e os diferentes territórios, as diferentes cidades, as diferentes regiões. Vêm–nos à memória as idílicas tentativas de adequar o ensino universitário às especificidades sociais e económicas de cada região. Mas ensinar pecuária numa região de criação de gado, ou ensinar electrónica numa cidade industrial, ou biologia marinha junto ao oceano, são opções sem nenhum significado acrescido se a instituição universitária que ministra esses ensinos não for, passe a redundância, universal. Mais importante que funcionalizar, ou dirigir, geográficamente as matérias de aprendizagem é catapultar as comunidades locais para uma dimensão que supere as limitações decorrentes da sua condição periférica, ou economicamente débil, ou culturalmente empobrecida, ou tudo em simultâneo. A Universidade pode ser o gerador de referências globais para o sistema de contextos locais onde está inserida.

> "As escolas "vendem" cursos, os estudantes compram–nos. Nem as primeiras nem os segundos têm muito tempo para se deter com considerações acerca da sua própria identidade"

Assim também em Coimbra, nesta Coimbra contemporânea, demasiado pequena e atávica para poder sediar os mecanismos de "profissionalização" técnica dos poderes globais, que por cá se instalam só temporariamente, deslocalizados, em tendas de campanha, e demasiado grande e diversa para cultivar consensos esclarecidos ou para se deixar submeter a despotismos iluminados.

* Presidente da Associação Cívica Pro-Urbe e docente universitário

Uma visão da democracia universitária

AMADEU CARVALHO HOMEM *

Segundo a minha opinião, o dilema que se coloca às universidades públicas portuguesas, neste início do século XXI, é este: ou se democratizam plenamente ou morrem. E, neste segundo caso, merecerão mesmo a morte.

Mas como se democratiza uma universidade pública? Desde logo, através de uma eleição das suas reitorias que não comportem o estigma da manipulação dos "lobbies" e enfrentem corajosamente a adopção de um sufrágio tão próximo quanto possível das manifestações universais de vontade. Tudo o que se diga ou possa dizer contra isto é pura farófia vã, despicienda "conversa fiada" de corrilhos que escondem, por detrás da alegação de dificuldades "técnicas", o propósito de eternizarem a detenção do Poder universitário em sectores ou grupos de pressão perfeitamente referenciáveis. É igualmente fundamental que se proceda a revisões legislativas capazes de atribuirem ao elemento estável da Universidade - identificado com professores e funcionários de carreira - uma expressão decisória francamente mais poderosa do que a que se atribui ao elemento flutuante, ou seja, aos alunos. Os alunos passam, e passam bem depressa. Os professores e funcionários permanecem toda uma vida.

Uma universidade pública também se democratiza rompendo com as "blagues", relhas e velhas , de encenações de "democracia" saídas de plenários estudantis que se crêem representativos quando juntam 1500 ou 2000 estudantes (hipótese optimista) numa academia que comporta mais de 20.000 discentes. Julgar que moções assim votadas exprimem o sentir do colectivo é uma pura fantasia. Não se preconiza, com estas razões, que as estruturas estudantis abdiquem das suas formas tradicionais de organização. O que se diz é que os dirigentes estudantis tenham o pudor de não tomar a nuvem por Juno, evitando, se possível, engrossar a voz, ameaçar "a priori" governos (sejam eles quais forem) ou reitorias (sejam elas ocupadas por quem quer que seja), não se supondo detentores de "verdades oraculares" e salvíficas para o futuro do ensino superior. As estruturas estudantis, mirando talvez um passado de resistência contra formas espúrias de poder totalitário e autocrático, não souberam ainda encontrar o seu adequado plano de intervenção e tratam com as diversas autoridades democraticamente mandatadas com uma filáucia próxima daquela com que os estudantes das crises académicas de 62 e 69 tratavam os serventuários do Estado Novo. Só falta que comecem a querer "sanear" professores ou reitores para que este mimetismo se conclua da forma mais deplorável.

> "Uma universidade pública também se democratiza"

Uma universidade pública democratiza–se quando uniformiza princípios de gestão e quando não teme a opção por soluções impopulares, mas requeridas pela marcha dos tempos. Estarão uniformizados os princípios de gestão numa universidade que cobra milhares de euros por cursos de mestrado e/ou de doutoramento, mas se deixa agrilhoar a propinas de montante ridículo? A verdade é que a adopção de cifras mais próximas da verdade dos custos reais não levantou protestos no caso dos mestrados e/ou doutoramentos e que certas reitorias vincadamente "discentistas" não contrariaram (bem pelo contrário...) a fixação desses montantes. Mas como muitas delas se encontram reféns da força eleitoral estudantil, logo correm ao "lavar de mãos", quando confrontadas com a necessidade de aumento das propinas. Entendamo–nos: não é por tendência persecutória "anti–estudantil" que aqui se defende a inevitabilidade do aumento de propinas. É que só dessa maneira o ensino público poderá reunir condições que garantam a sua viabilidade, permitam o confronto vitorioso com o ensino superior privado, impulsionem as instituições para formas mais avançadas de intervenção, obstem à pauperização investigativa, inibam a deprimência de reitorados "mendicantes" e garantam um ensino totalmente gratuito (quanto a alimentação, instalações e a todas as necessidades decorrentes do processo da aprendizagem) a estudantes *verdadeiramente pobres*.

Uma universidade pública democratiza–se quando defende e impõe uma imagem ao país e quando a projecta no estrangeiro. O recurso a processos de auto e hetero–avaliação deve ser, tanto quanto possível, estimulado. Vejo aqui o núcleo privilegiado e essencial da intervenção estudantil. São os destinatários da pedagogia que melhor situados se encontram para levar por diante esta luta pela dignificação e pela qualidade do ensino.

A Universidade de Coimbra tem vindo a titubear em todos os planos de democraticidade anteriormente referidos. Daí que tenha vindo progressivamente a perder peso e a alienar o prestígio que já teve - e que hoje ainda detém, embora em grau claramente mais atenuado. O dilema está aí: ou romper com o Passado e construir com garra e empenho um Futuro novo, ou perpetuar palacianismos, senhorios, coutadas ... e ir morrendo. Ir morrendo alegremente e de mão esticada, reclamando os óbulos, permanentemente cerceados, da tutela governamental.

PS - Informei A CABRA da "heterodoxia" do meu pensamento. Este texto foi–me solicitado. Não o enviei de "motu proprio". Saibam os leitores, mesmo os estudantes leitores, acolhê–lo com fidalguia.

* Professor universitário (completamente avesso ao desempenho de cargos burocráticos, para que conste).

Pensar uma Universidade de... Qualidade

JAMILA MADEIRA *

O próximo alargamento da União Europeia representa para a Europa e para o nosso país, a necessidade de saber avaliar os benefícios e riscos impostos pela concorrência que os novos Estados membros irão representar para a economia nacional e de efectuar, com inteligência, as reformas internas que se impõem, antecipar as decisões empresariais consentâneas com as novas exigências e assumir que são as qualificações e as competências dos portugueses, em parceria com a afirmação de vantagens competitivas da nossa economia, os factores críticos de todo o processo.

Se nos centrarmos nas qualificações e as competências dos portugueses, é fundamental destacar os aspectos que são basilares para a assumpção de um sério (e obrigatório) compromisso da sociedade em investir na formação, inovação e criatividade por forma a atingir a tão desejada (e apregoada) competitividade.

A importância estratégica do ensino superior decorre assim também da crescente necessidade de responder às aspirações dos jovens portugueses perante os desafios de uma nova sociedade da informação no contexto da globalização.

As opções políticas devem ser assumidas de modo a garantir a todos, de forma igualitária, o acesso ao ensino superior e a racionalizar e assegurar a qualidade das instituições de ensino superior público e ensino superior particular e cooperativo, promovendo um desenvolvimento equilibrado do ensino superior.

A estratégia de intervenção no sistema de ensino deve assegurar (e potenciar) a diversidade institucional e a consequente diversificação de objectivos, programas e resultados. Por outro lado, numa conjuntura de estabilização do crescimento das instituições e das vagas, é fundamental um redobrado empenho no enraizamento de uma cultura de excelência suportada por um sistema de avaliação que se caracterize como incentivador (e não estrangulador!).

O estimulo à inovação representa um dos vectores fundamentais para o destaque das competências adquiridas dentro das nossas instituições e o consequente reconhecimento da competitividade dos recursos humanos nelas formados e tal deve ser atingido através de uma implementação 'precoce' da Declaração de Bolonha.

A capacidade de encontrar estratégias para potenciar recursos e competências junto dos vários sectores económicos, uma forte aposta na internacionalização e na mobilidade dos docentes e discentes e um elevado sentido de partilha de responsabilidades deverão, num futuro próximo, constituir um sinal muito claro da estratégia que se deseja ver implementada ao nível da gestão das nossas instituições.

No entanto, devemos sempre manter como exigência fundamental a indeclinável responsabilidade financeira do Estado e defender o principio da adicionalidade como forma de financiamento complementar.

> "As opções políticas devem ser assumidas de modo a garantir a todos, de forma igualitária, o acesso ao ensino superior e a racionalizar e assegurar a qualidade das instituições de ensino superior público e ensino superior particular e cooperativo"

Perante esta perspectiva é preocupante que, no seio da actual conjuntura política, se esteja a optar por um já denunciado centralismo ministerial e por uma regulação do sistema em função das necessidades, pontuais, do mercado de quadro qualificados e da saturação das saídas profissionais. Esta estratégia (ou melhor, a falta dela) conduzirá a uma estéril uniformização e ao defraudar das expectativas daqueles que verdadeiramente querem contribuir para a criação de novas áreas estratégicas para o país.

Para além disso o desinvestimento previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento para o Ensino Superior assumindo um taxa de crescimento zero para as transferências do Orçamento de Estado até 2006, assegura que o Estado prevê, para si, uma total desresponsabilização pela qualidade, credibilidade e futuro do sistema pondo em causa as necessidades educativas e formativas do país. A única responsabilidade que se antevê é a de que será este Governo a garantir a insolvência do Ensino Superior Público e a proceder à sua liquidação, com o objectivo assegurar a sua total privatização.

Se equipararmos esta atitude a, hipotética, atitude semelhante no sector eléctrico, significaria que o Estado estaria a garantir que o país estivesse, em 2006, às escuras, e nas mãos dos privados.

Assim subsiste o receio que a actual euforia legislativa, gerida de forma autista e irracional, possa fechar as portas a um projecto educativo que contribua para um acelerado (mas consistente) desenvolvimento no campo da formação e informação contínuas e para um crescente estímulo da criatividade e da inovação.

Assim cabe, em particular, aos agentes educativos, mas na prática a toda a sociedade civil garantir que ninguém apagará a luz ao fundo do túnel!

* Deputada do Partido Socialista e Secretária-Geral da Juventude Socialista

Os suspeitos

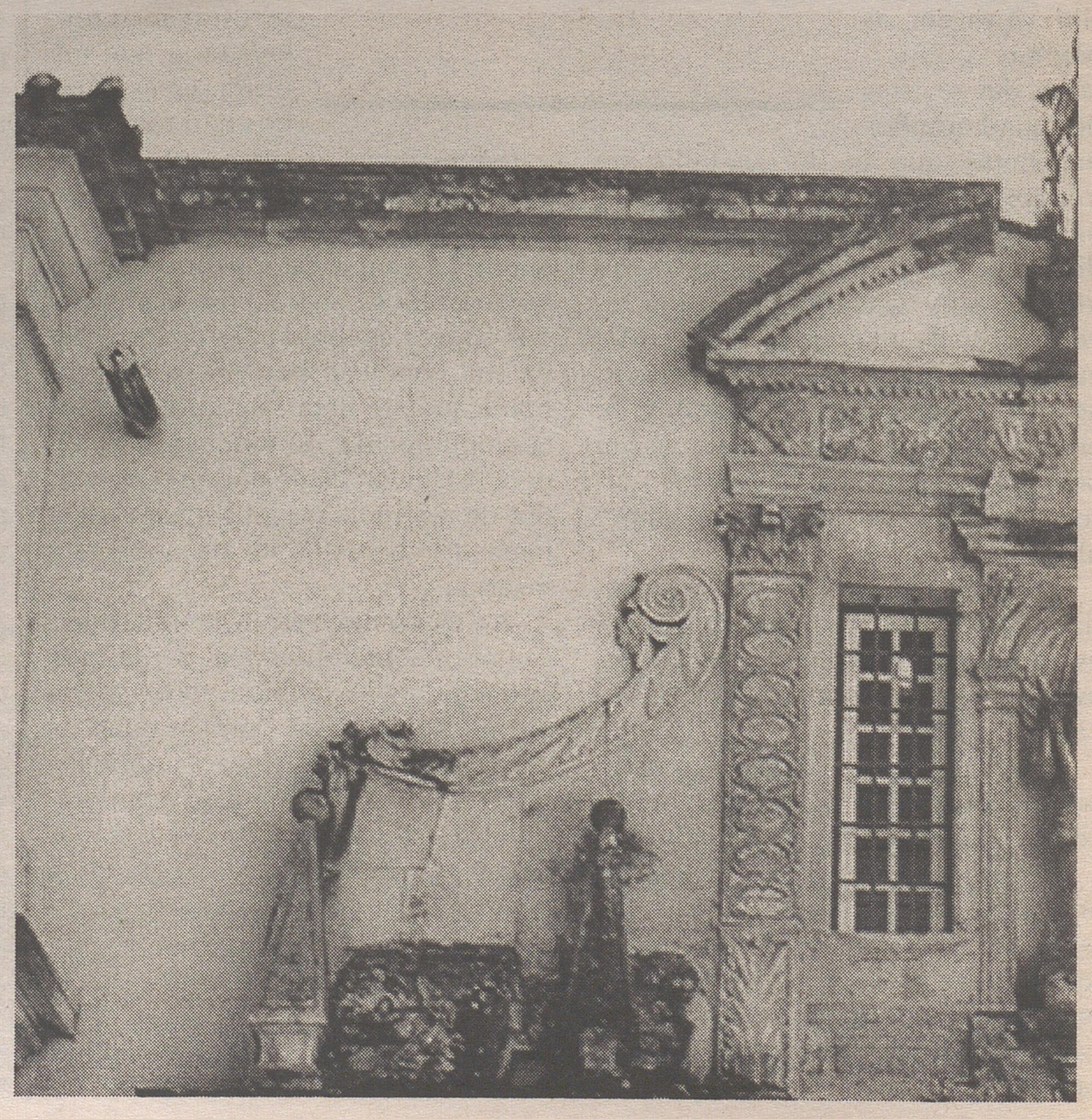
Raramente a educação é uma prioridade no debate público português. Não garantindo o sangue e a gritaria necessária para se manter no horário nobre dos noticiários, o assunto mora geralmente longe das primeiras páginas dos jornais. E, afinal, basta o Governo apadrinhar um estudo que promete "Uma visão para a próxima década - cujo diagnóstico sobre o ensino superior nem é propriamente inovador -, e todos os denominados "fazedores" de opinião garantem que estamos perante uma revolução no ensino superior.

Utilizando mais uma vez a mesma lógica redutora já utilizada nas áreas sobre a qual já fez sentir o seu arremesso "reformista", o governo insiste em conotar o sector público com os atrasos estruturais do país. Este padrão, que começa a ser por demais evidente, necessita, é claro, de se apoiar num conjunto de estereótipos prevalecentes na sociedade. No caso do código laboral, a ineficiência e o absentismo dos trabalhadores; no ensino superior, os estudantes em geral, e os cábulas em particular. Os suspeitos do costume, portanto.

> "Se chumbar passa a ser um luxo que se pode comprar, entendamo–nos, não são os que hoje já se permitem eternizar nas universidades que serão prejudicados, mas sim todos aqueles que necessitam de trabalhar para poder estudar"

Com o guião ainda mal estudado, primeiro–ministro e ministro da Ciência e Ensino Superior vieram elucidar–nos que o governo ainda não sabe bem o que quer nesta matéria - a não ser, claro, aliviar o Orçamento de Estado. Enquanto o primeiro justificou o aumento de propinas com as dificuldades de contenção do déficit, Pedro Lynce preferiu apostar na ideia de que só os repetentes perseverantes pagarão propinas mais altas, contribuindo assim para o estudo daqueles que "querem estudar".

Por muito simpático que seja aos olhos da opinião pública, este raciocínio punitiva dos cábulas situa a argumentação no campo da demagogia política. Desconhecendo–se os estudos em que o governo se baseia para identificar as origens do insucesso escolar, não ouvimos o ministro - quando se insurgiu com o facto de vários estudantes demorarem sete anos para concluir uma licenciatura de quatro - referir que essa média é essencialmente atingida por trabalhadores–estudantes. Se chumbar passa a ser um luxo que se pode comprar, entendamo–nos, não são os que hoje já se permitem eternizar nas universidades que serão prejudicados, mas



do costume

JOANA AMARAL DIAS *

sim todos aqueles que necessitam de trabalhar para poder estudar.

Nos últimos 15 anos o ensino superior massificou–se no nosso país, tendo hoje acesso a este nível de ensino centenas de milhares de jovens cujos pais mal sabem ler e escrever. Foram milhares e milhares de estudantes que tiveram que aprender tudo do princípio para chegarem onde chegaram. Tiveram que aprender hábitos de estudo - que nunca existiram em sua casa -, tiveram que aprender a consultar um dicionário e livros de apoio para os seus trabalho - que, na maioria das casas, continuam sem existir -, tiveram que combater a impreparação de um sistema de ensino que não estava capacitado para os receber. Tiveram que aprender o que é ser estudante. Não nos enganemos, as propinas diferenciadas não vão punir os "cábulas", vão condicionar ainda mais socialmente um país que continua a ter nos sistemas de ensino o seu maior déficit democrático e competitivo.

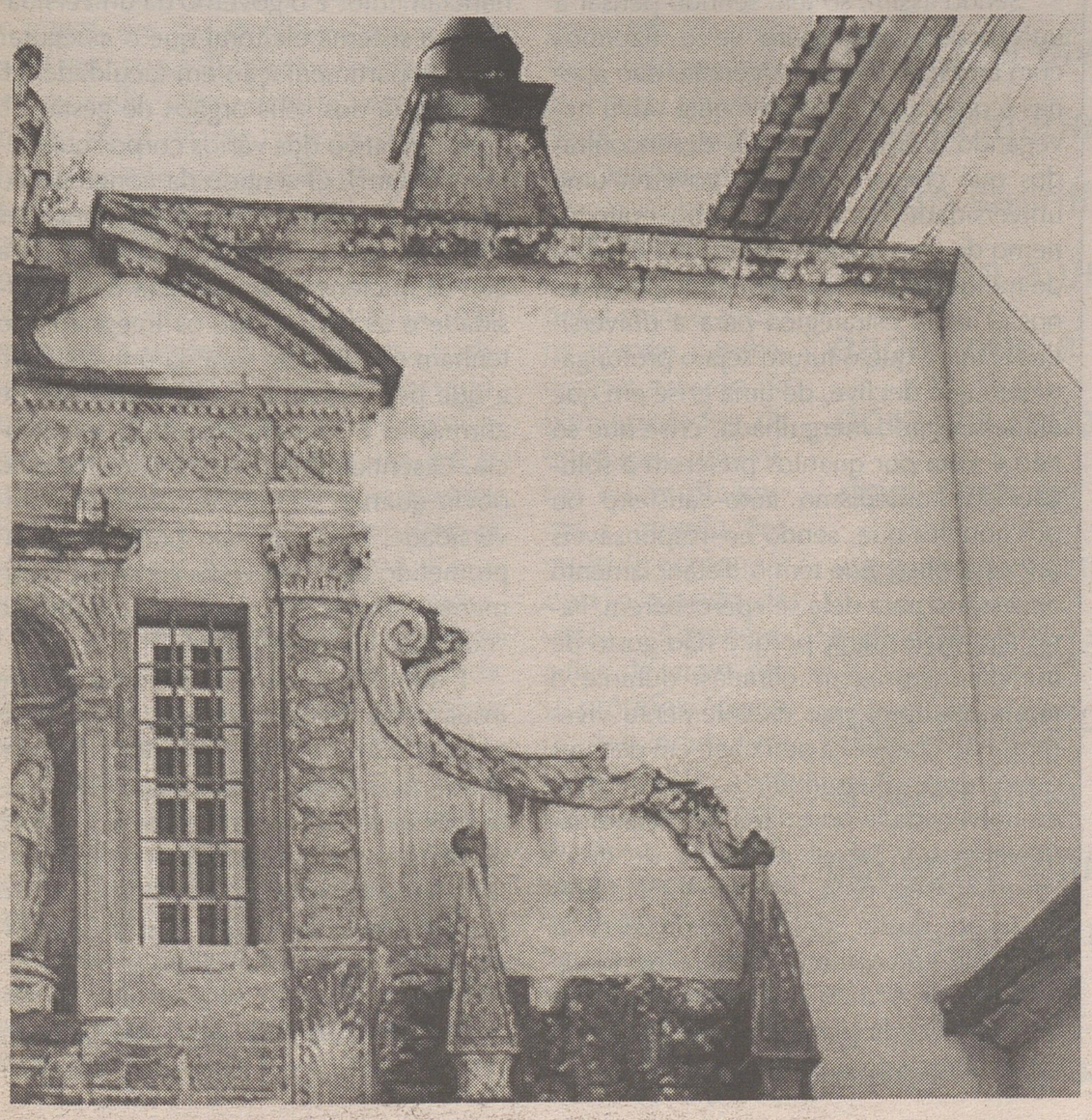
Condicionando a necessidade de uma política estruturante para o ensino superior e investigação científica - principal debilidade da sociedade e estrutura económica portuguesa, como se torna cada vez mais visível -, às dificuldades conjunturais de contenção orçamental do Estado, Durão Barroso provou, mais uma vez, que o seu executivo não tem uma estratégia de futuro coerente para o país.

A menorização do sector público, no sector preciso do ensino superior e investigação científica, ainda por cima colhe pouco frutos. É que, ao contrário de todos os restantes países da União Europeia, onde o esforço de investigação científica é essencialmente suportado pelo sector privado, em Portugal, a investigação científica (realizada essencialmente nas universidades) é suportada em mais de 80 por cento por dinheiros públicos. Não é a universidade que se assume como um factor de cristalização de práticas e de inovação, pelo contrário, o tecido económico e produtivo nacional é que se revela, cada vez mais, incapaz de aproveitar o desenvolvimento da qualificação humana registado nos últimos anos.

Ao contrário do que nos tenta fazer crer o primeiro–ministro, de um lado não está o espírito reformista e regenerador do governo e do outro os imobilistas que defendem um modelo "esgotado" e que tarda em apresentar resultados. Pela minha parte, prefiro não entrar neste debate viciado, limitando–me a constatar que, como em todos os debates políticos, não há inevitabilidades: existem alternativas.

Existem alternativas, inclusive, no próprio modelo de financiamento das instituições, melhorando - e passando a cumprir - a fórmula de financiamento, passando a incentivar financeiramente a qualificação do corpo docente, a sua internacionalização e o desenvolvimento de redes de investigação científica. Acima de tudo, acabar com o sistema de rácios aluno/professor que hoje condena as universidades portuguesas a um progressivo envelhecimento do seu corpo docente. Incapazes de se regenerarem com a vitalidade dos melhores alunos que assim ficam impossibilitados de prosseguir uma carreira académica (no nosso país), a médio prazo, as universidades correm o risco de se tornarem no fautor de cristalização e atraso que o governo já hoje identifica. Não é uma inevitabilidade, arrisca–se é a ser uma política.

* Deputada do Bloco de Esquerda



A Educação é um direito!

BRUNO DIAS *

A teoria NTPSD (Nem Todos Podem Ser Doutores) continua por cá a ter honras de Lei Universal, religiosamente praticada pelos governos que temos tido - ora uns, ora outros. Quase ficamos a pensar que é preciso pedir desculpa por frequentar uma universidade...

O actual Governo, logo que tomou posse, proclamou: agora que o ensino está democratizado, a próxima etapa é a da qualidade. Mas fica a pergunta: está democratizado um Ensino Superior onde 51 por cento dos estudantes não concluem a sua formação? Onde a esperança média no sistema é de dois a dois anos e meio? Onde o subsistema público rejeita, com o numerus clausus, um em cada cinco alunos?

Estamos a falar de um Ensino Superior com falta de condições materiais e humanas, com turbo–professores, com o incumprimento generalizado do estatuto do Trabalhador–Estudante. Onde a Acção Social Escolar é incapaz de democratizar a sua frequência.

Há mais estudantes nas Universidades, mas massificar e democratizar não é de todo a mesma coisa.

Aliás, isto de confundir conceitos pelos vistos já tinha chegado à finança. Por exemplo, "despesa" e "investimento". Duas palavras que parecem fazer uma tremenda confusão, pelo menos para o(s) governos(s).

> "É urgente uma outra política, orientada de facto para uma Educação Pública, Gratuita"

País que aposta num sistema educativo, público, democratizado, de qualidade, não está simplesmente a fazer despesa - está a investir no seu próprio desenvolvimento. É que parece que há quem não queira perceber que não é só o "doutor" que ganha com os seus estudos. É o País!

Ficamos todos a ganhar se tivermos em Portugal mais trabalhadores com qualificação superior. Somos de resto o último país da Europa nesse domínio: a média comunitária é de 21,2 por cento - Portugal está nos 9,8 por cento. Menos de metade.

E este cenário não há de melhorar enquanto o ensino superior continuar condenado a este subfinanciamento crónico. A própria lei é desrespeitada pelo Estado, que deixa a milhas os orçamentos–padrão estabelecidos. Depois de pagos os salários, pouco fica para o resto.

Os cortes orçamentais para a Ciência e Ensino Superior chegam este ano a 28,5 por cento. Na Acção Social Escolar no Ensino Superior, o corte é de 9,3 por cento (menos 15,5 milhões de euros). E como o Estado quer gastar menos, os estudantes passam a gastar mais. Veja–se os preços em cantinas e residências...

Entretanto, vão levantando a voz os apóstolos da "comparticipação dos estudantes e suas famílias no financiamento dos seus estudos" (leia–se, quem quiser educação que a pague).

Rápida e fervorosamente, (re)aparecem, mais ou menos recauchutados, os argumentos mais rebuscados e ínvios que se resumem a uma palavra de ordem: os estudantes que paguem a crise. Pelo menos, a crise do Sistema de Ensino.

Ora, no único país da União Europeia onde decaíram os salários reais e o poder de compra, onde estudantes e suas famílias têm o maior esforço no financiamento do Ensino, não será uma escandalosa injustiça estar a penalizar ainda mais os mesmos do costume?

Vamos falar claro: a educação tem que ser encarada como um direito. Não é um luxo, não é um favor, não é um serviço. E não pode ser mais um negócio. Daí que seja insubstituível a responsabilização do Estado pelo seu financiamento.

É indispensável que se definam critérios objectivos, baseados em resultados, que assegurem ensino e investigação de nível elevado, bem como a gratuitidade da formação, tornando-a independente do poder económico e resistindo às crescentes pressões para a mercantilização dos saberes.

Sem esses critérios, e no quadro das actuais opções políticas, o processo de Bolonha pode ser uma ameaça, muito mais que uma oportunidade.

Claro que é positivo "harmonizar" ofertas de ensino e potenciar a mobilidade internacional dos estudantes. Mas não se pode tornar compatível o que é manifestamente diferente. E o atraso estrutural do País neste domínio não fica resolvido por reestruturarmos os cursos e lhes chamarmos "maior" e "minor".

Aliás, esta fragmentação do ensino superior pode ser "mais um tijolo no muro" da elitização, se vier acompanhada, como alguns pretendem, por custos acrescidos das propinas em cada ciclo. Veja–se o "preço" actual de um Mestrado ou Doutoramento - e depois enquadre–se nessa política o sistema dual *à Bolonhesa*. É como quem diz: nivela–se por baixo. E o mais que vier é pago à parte...

Por outro lado, se não houver uma aposta forte na promoção da mobilidade dos estudantes, a tal "internacionalização" ficará reservada aos que a podem pagar (hoje são um por cento dos estudantes).

É urgente uma outra política, orientada de facto para uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade. Senão, Bolonha será para o Ensino Superior Português o que a integração europeia tem sido para a economia portuguesa, com os resultados que se sabe: consagra–se um "Espaço Único Europeu" e vestem–se todos de igual. Depois é largar as feras e salve–se quem puder.

Muita tinta ainda vai correr sobre esta história. Haja olhos e ouvidos bem abertos, determinação e unidade. Como dizem os orientais, tempos interessantes estão para chegar.

* Deputado do PCP

EDITORIAL

JOÃO VASCO

Ligações culturais

Nos últimos dias, muito se tem falado das necessárias reformas de que o ensino superior português carece. Reformas que me parecem fundamentais e urgentes em várias áreas: desde o financiamento, à autonomia, passando pela avaliação e pela gestão. A recente publicação do livro "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década", da autoria de Veiga Simão, António de Almeida Costa e Sérgio Machado dos Santos, pode e deve ser um instrumento importante no debate entre as diversas entidades (ministro, docentes, discentes, funcionários das universidades, etc) com responsabilidades na construção de um ensino superior de melhor qualidade e mais adequado às necessidades do país.

Porém, e para lá da inquestionável importância destas matérias, existem muitas outras que são essenciais para um funcionamento mais justo e eficaz das universidades, mas pouco se tem ouvido falar delas. Uma, é a que diz respeito às ligações da Universidade às cidades onde se inserem e, consequentemente, aos laços culturais que se estabelecem entre as instituições universitárias e o meio envolvente. É essencial, pensar e repensar a forma como os estabelecimentos de ensino se podem relacionar com a sua periferia, no sentido de se criar uma maior harmonia entre entidade universitária e cidadão comum. É necessário que a formação universitária aproveite as energias e riquezas que a cidade tem para oferecer.

"As universidades têm de ser vistas como pólos dinamizadores de cultura"

Esta interactividade passa por áreas tão diferentes mas ao mesmo tempo tão complementares, como o desporto, a ciência, o património, a cultura, ou a língua. A Universidade deve proporcionar a todos quantos a "habitam" a oportunidade de contribuírem activamente para uma Cidade cada vez mais dinâmica, empreendedora, voltada para o futuro, mas também mais preocupada com os seus cidadãos. Ambas têm de unir esforços no sentido de promover uma cidadania cada vez mais efectiva e plena. A Universidade deve saber estar com a Cidade, mas mais importante do que isso, deve querer estar com a Cidade. Em vez de ficar à espera daquilo que a Cidade lhe pode trazer, a Universidade deve tomar a iniciativa e buscar a Cidade para junto de si. A participação efectiva de professores e estudantes nas dinâmicas culturais das cidades é condição essencial para o desenvolvimento das mesmas.

As universidades têm de ser vistas não só como centros de ensino e investigação, mas também como pólos dinamizadores de cultura. De tudo o que se possa entender por cultura: música, dança, teatro, ciência, tecnologia, etc! E, se no passado as dificuldades de dinamização eram difíceis, se as condições eram reduzidas, hoje em dia com o advento da tecnologia e, mais concretamente, da internet, as possibilidades dessa concretização são cada vez maiores. A Universidade tem de procurar a exploração clara desse fabuloso campo de comunicação que é a web. Deve conseguir potenciar esse espaço, não só no sentido de alargar os seus horizontes, mas também no sentido de inventar e reinventar uma nova dinâmica de funcionamento próprio e uma nova dinâmica de relacionamento com o espaço que lhe é contíguo.

Por tudo isto, é urgente uma modificação profunda nos planos curriculares de um grande número de licenciaturas, que até hoje se têm revelado incapazes de formar os alunos no sentido desta interacção com o universo que os rodeia. Uma dinâmica de ensino que tem de ir muito para além do conhecimento imediato, que deve ser capaz de motivar para a criação de uma cidadania cada vez mais ampla e plural. Uma dinâmica de ensino que aposte em projectos relacionados com a cidade e com os seus cidadãos, com vista a uma integração plena de uns e de outros num novo espaço comum.

Não querendo fugir ao tema principal deste texto, é impossível não falar de Coimbra, da sua Universidade, da interacção entre ambas e, porque este é também o ano da primeira capital nacional portuguesa da cultura, da "Coimbra Capital Nacional da Cultura". A cidade vive, e muito, dos seus estudantes, da sua Universidade. É inegável. Mas a ligação que estes estabelecem com Coimbra, não deveria ultrapassar o mero foro académico? Não seria profícuo para ambas as partes que essa ligação se estabelecesse no sentido de proporcionar um enriquecimento cultural mais amplo? Não será a "Coimbra Capital Nacional da Cultura" uma ocasião ímpar para que isso se venha a concretizar?

Julgamos obviamente que sim. Se é absolutamente necessário que se pensem estas questões em qualquer altura, a actual conjuntura propicia a que, já a partir de amanhã, essa conjugação de esforços se desenvolva. E, a "Coimbra Capital Nacional da Cultura" seria, sem dúvida, essa oportunidade de ouro. Contudo, poucos projectos foram equacionados entre a Universidade e a Coimbra 2003. Abílio Hernandez dizia há dias, que "o vai ficar para a história é a Coimbra Capital Nacional da Cultura e não as pequenas quezílias que afectam o projecto". Tomara que assim seja! Esperamos todos que a Coimbra 2003 seja um sucesso! Mas, no que diz respeito às ligações do projecto com os estudantes e com a Universidade, a situação é bastante desanimadora.

Quanto às instituições de ensino, a ideia é muito clara: uma Universidade hermética, ensimesmada, incapaz de se relacionar com os agentes que lhe são exteriores, é uma instituição que caminha a passos largos para o isolamento, para o esquecimento, em última instância, para a morte.

Os sentidos do futuro

CARLOS REIS *

Pede–me o jornal universitário A CABRA que colabore numa edição destinada a "Pensar a Universidade", equacionando o futuro do ensino superior em Portugal, nas várias componentes e linhas de fractura que esse futuro comporta. A iniciativa é oportuna e é pertinente. É oportuna porque este é, de facto, um momento de passagem: de um reitorado para outro reitorado, de uma Coimbra local para uma Coimbra presuntivamente nacional (sob o signo da capitalidade da cultura), até mesmo passagem de um século para outro, porque, de facto, ainda mal entrámos naquele que agora estamos a viver. E passagem também de um determinado modelo de universidade (no que toca ao seu governo, à sua gestão, ao seu financiamento e à sua relação com a sociedade) para outro modelo, que o poder político já prometeu - ou já ameaçou. O leitor escolherá o melhor termo.

Aceito o repto de pensar o futuro, com os riscos, mas também com as comodidades que isso implica. Pensar o futuro da universidade (e da Universidade de Coimbra, em particular) é perspectivá–lo a uma distância de décadas, quer dizer, é antecipar o que será a universidade dentro de três, quatro ou cinco décadas. E se é grande a possibilidade de muitos de nós já cá não estarmos para vermos e para aferirmos a dimensão do nosso acerto ou do nosso erro, não é por isso menor a responsabilidade que nos cabe de fazermos esse exercício prospectivo, pensando em quem virá depois. Grave responsabilidade, acrescente–se.

"A universidade não pode ser um espaço de redutora imposição de modelos"

Sendo assim, só tem sentido pensar a universidade do futuro se o fizermos com ambição e com exigência, não apenas (como ainda recentemente ouvi) navegando à vista dos sinais desencontrados que chegam a quem governa uma universidade concebida como epifenómemo de uma sociedade apática e pobre de meios e de ideias. Sem uma (pelo menos...) ideia estratégica para a universidade, temo que o futuro seja o prolongamento, em declive, de uma crise em que ela tem estado mergulhada, crise que só não é vista por quantos preferem a solução do comodismo auto–satisfeito ou por aqueles que, sendo co–responsáveis por essa crise, não têm o distanciamento necessário para dela se aperceberem. Para falar mais claro, porque não gosto de mandar mensagens cifradas: durante o tempo eleitoral que recentemente vivemos, não cheguei a perceber, em debates e em textos programáticos, qual a ideia de universidade postulada pelo candidato vencedor. Talvez o defeito de compreensão seja meu, mas talvez a representação dessa ideia de universidade (que, até como mera hipótese de trabalho, hei–de admitir que existe) tenha sido prejudicada por um sistema eleitoral formalmente democrático, mas altamente discutível quanto à representatividade universitária de um colégio eleitoral fechado e condicionado por dependências e por interferências (até mesmo partidárias) bem conhecidas. E sendo assim, não era eleitoralmente conveniente transpor o limiar das afirmações difusas e dos lugares–comuns de efeito garantido.

Mas se é do futuro que se trata, importa agora olhar em frente, sem desguarnecer a obrigação de vigilância construtiva de quem, mesmo na outra margem do poder, não se limita a contemplar o fluir das águas. E olhar em frente é privilegiar, na universidade que defendo, vários sentidos estruturantes. O sentido da pluralidade, porque a universidade não pode ser um espaço de redutora imposição de modelos (de desenvolvimento, de organização do saber, de opções metodológicas, de atitudes pedagógicas, de investigação científica) formatados por um quadro de referência unívoco e centralista. O sentido da abertura, porque a universidade não pode ensimesmar–se e ignorar o que está para além dos seus limites, para mais num tempo e num mundo em que a circulação dos saberes é fulminantemente rápida e num tempo em que as fronteiras, mesmo as nacionais, se diluem (por falar nisso: quem, na Universidade de Coimbra, discutiu a carta de Bolonha, antes das recentes eleições?). O sentido da auto–crítica, levado tão longe quanto o impõe a condição, por natureza exigente e problematizadora do universitário (por exemplo: esta autonomia universitária ainda faz sentido? E este modelo de financiamento? E o governo da universidade? E o sistema eleitoral que o assegura? E a compartimentação em faculdades? E a estrutura dos seus órgãos de gestão? E o peso relativo dos vários corpos que nela intervêm?). O sentido da congregação (com óbvio repúdio das contaminações corporativas que ele pode arrastar), para que os núcleos de excelência da universidade e as figuras que os integram não tenham que buscar, fora da universidade a que pertencem, o cenário possível de afirmação e incremento dessa excelência. O sentido da universalidade, sentido óbvio quando se trata de discutir a universidade, mas que não pode ser comprometido por uma visão localista, puramente "beirã" ou até limitadamente "coimbrã" da universidade.

É muito? É pouco? Para mim é sempre insuficiente, mesmo sabendo eu que este é um contributo individual e independente, tanto quanto isso é possível. Outros dirão se isto faz o sentido que penso e que busco. E o futuro a todos julgará - mas sobretudo àqueles que têm a responsabilidade de representar a universidade e de falar em seu nome.

* Professor da Faculdade de Letras da UC

Universidade e cultura

JOÃO MARIA ANDRÉ *

HUGO RASCÃO

Entramos no século XXI descentrados e fragmentados, pressentindo que o chão que habitamos se transformou, nas últimas décadas, de húmus em rede, com múltiplos pontos nodais que se sobrepõem na pele do saber e da cultura, entretecendo este labirinto em que navegamos e confundindo as cartas que nos orientavam. O debate sobre a "Pós–modernidade" que animou a "cena teórica" do final do século, não apenas pelo questionamento das grandes narrativas, mas pela vivida dissolução das identidades históricas e culturais de alguns dos principais agentes da própria Modernidade, não podia deixar de sacudir a nossa ideia de Universidade, que se afirma, na sua definição etimológica, como uma unidade na diversidade ou como a resposta plural do saber à universalidade concreta de que brota.

Se, como dizia Miguel Baptista Pereira, há quase duas décadas, "o universo originário, a que, por intenção institucional, a Universidade e o seu mundo científico se reportam, é o todo real da história na sua densidade e mistério", ela só poderá ser fiel à sua vocação fundadora se, atenta a esse "todo real da história", souber, no respeito pela fecundidade e pela riqueza da diferença, plasmar–se numa tripla dimensão praxística: *investigação, ensino e cultura*. Pela *investigação* vincula–se a Universidade à ciência, no que ela significa de invenção e de descoberta do homem e do mundo, consciente de que a verdade, na sua alteridade, é o que permanentemente se furta a uma fixação em fórmulas definitivas e dogmáticas, e, por isso, mais se presentifica no jogo em que se vela e desvela aos ensaios plurais mas interdisciplinarmente cruzados da nossa ignorância, do que nos resultados acabados dos tratados em que se cristaliza, os quais só são finais e últimos para quem, em vez de olhar para o futuro, vive tranquilamente adormecido no passado, sem tempo nem movimento. Pelo *ensino*, que se não pode desligar desta vinculação da Universidade à investigação e à ciência, realiza–se a Universidade na sua vocação maiêutica, que, fiel à sua matriz médica e à sua inspiração socrática, não pode ser a perpetuação de uma tradição como reprodução de um passado, mas o parto de um futuro na sua originalidade e na sua diferença, em que as novas gerações aprendem e se apreendem um tempo e num tempo que já não é o nosso, que já não será o seu, porque é, afinal, o tempo do movimento e o mundo do seu devir. Pela *cultura*, concretiza–se o vínculo da Universidade à comunidade em que se enraíza, convertendo–se, através dela, a sua vocação para a ciência e a sua vocação para o ensino em imperativo de cidadania: a Universidade é cultura na sua identidade plural, porque investiga cultura, porque se abre, no ensino, para a cultura e porque cria cultura na sua relação com a cidade e o mundo. Mas, para além da sua pluralidade, que passa por rostos tão diferentes como, entre outros, a "cultura científica", a "cultura humanística", a "cultura tecnológica" ou a "cultura artística", para já não falar da "cibercultura" ou do "mundo virtual da cultura", a cultura integra como componente essencial o seu dinamismo que só pode vir–lhe da vida, ou da natureza entendida como "physis" que a alimenta. Assim, uma universidade desligada da vida será, simplesmente, uma universidade sem cultura ou, apenas, morta para a cultura.

Carecem, pois, os universitários (e neles incluo todos os agentes intervenientes no seio da Universidade) de interfaces dinâmicas ou de dinâmicas mediações multidireccionais com o mundo da vida. Carecem, antes de mais, em si próprios: quem se desvincula, na investigação, no ensino ou na produção cultural, desse "todo real da história na sua densidade e no seu mistério", fecha–se no seu solipsismo, olha apenas para o "umbigo" que, assim, transforma, em centro do mundo que, sendo apenas seu, não é mundo mas ninho suspenso no vazio a caminho da morte por hipotermia. Mas carece também a Universidade, enquanto tal, de espaços mediadores que desempenhem essa função de interface na produção da cultura para a cidade e para o mundo e na absorção da cultura produzida pela cidade e pelo mundo. Se o documento impresso, sob a forma de livro e de revista, desempenhou, ao longo dos séculos, esse papel central de mediação, hoje, mais do que outrora, ele encontra duas vias complementares de que a Universidade se não pode abster: por um lado, a rede (www) em que as mensagens circulam à velocidade da luz; por outro lado, as artes, com particular destaque para as artes do som, da cena e da imagem, em que a cultura recupera o dinamismo que lhe é conatural e o potencia na criação inventiva e no desenvolvimento da sensibilidade estética.

> "A universidade deverá ser fiel ao seu sentido etimológico: sem sacrificar a diversidade a uma unidade artificial, e sem sacrificar a sua unidade a uma diversidade total e fragmentadora de todos os sentidos, terá de organizar–se nos seus espaços, nos seus agentes e nos seus projectos de forma a fazer uma verdadeira equação entre Universidade e Cultura"

Mas também aqui a Universidade deverá ser fiel ao seu sentido etimológico: sem sacrificar a diversidade a uma unidade artificial, e sem sacrificar a sua unidade a uma diversidade total e fragmentadora de todos os sentidos, terá de organizar–se nos seus espaços, nos seus agentes e nos seus projectos de forma a fazer uma verdadeira equação entre Universidade e Cultura. O que significa, por um lado, reconhecer que toda ela deverá ser, em todo o tempo, uma mostra cultural, que não cabe numa semana nem num mês, e, por outro lado, que é necessário renunciar a pequenas e provincianas capelanias na gestão dos equipamentos artístico–culturais, para potenciar, num projecto coerente, pensado, mas plural, a sua utilização e a sua rentabilização numa perspectiva em que o profissionalismo não pode deixar de substituir o amadorismo no que se refere à qualidade e à eficácia da criação, da produção, da disponibilização e da divulgação desse magma artístico com que se inventa o tempo.

Não há que procurar protagonismos para a Universidade de Coimbra, ou que recuperar algum protagonismo perdido. Essa continua a ser ainda uma ideia herdada de uma mentalidade velha e caduca e de uma visão tacanha do que é a Universidade e a cidade. Há, apenas, que deixá–la libertar–se, talvez de si própria, para, assim, se reinventar e acender o futuro. Ou melhor, para assim se acender no futuro.

* Director do Teatro Académico de Gi Vicente

EDITORIAL

LILIANA GUIMARÃES

A terceira geração

Aqui se lançam algumas questões com vista a clarificar o futuro do ensino superior português no caso particular da Universidade de Coimbra. Questões que se colocam para um futuro próximo, mas não imediato. O futuro da terceira geração.

Julgo que a primeira questão a ser colocada é sobre os que hoje se formam. Será que são bem formados? Dar–lhes-á a universidade a formação correspondente às reais necessidades dos diversos mercados de trabalho? Será que o ensino superior de hoje forma especialistas em analisar e combater os problemas do futuro apresentado soluções viáveis? Será este ensino capaz de moldar as pessoas, formando–as, para as funções que irão futuramente desempenhar? Terá esta universidade a capacidade de responder à mais básica necessidade do mercado em geral: formar profissionais versáteis, e não polivalentes? Ou será que se formam jovens mentes com conhecimentos obsoletos e dogmáticos que de nada servirão ao mundo actual nem, muito menos, ao mundo futuro? Ou será que todos aqueles que ingressam no ensino superior, com esperança de aprender algo de realmente útil, não apanham uma "overdose" de teoria? Afinal quantos serão os estudantes que ao entrarem no ensino superior e depois de frequentarem algumas aulas conseguirão dizer a si próprios que era isto o que sempre esperaram da vida universitária?

"Será que se formam jovens mentes com conhecimentos obsoletos e dogmáticos?"

É muito aprazível ter o canudo na mão, mas hoje em dia parece que só serve para diferenciar os que ganham mais dos que ganham menos tendo em conta a formação académica e não o grau de especialização ou de entendimento num determinado assunto. Assim, um licenciado ganha mais que um bacharel, mesmo que este segundo tenha recebido uma formação mais prática e mais adequada a realidade. Será isto justo? Ao que parece é, nem que seja para pagar a despesa de tantos anos de copos e estudo. Ou será estudo e copos?

Mas, como estará o ensino superior português daqui a duas gerações? Como se encontrará esta universidade que hoje nos forma? Será que vamos ouvir os então estudantes queixarem–se das mesmas coisas que nos incomodam hoje? Será que os problemas vão continuar a ser os mesmos, como eram à dez anos atrás?

Continuaremos a ouvir dizer que o ensino é só teoria? Que a vertente prática está esquecida na maior parte dos cursos ministrados hoje em dia? Continuarão os estudantes com medo de ao enfrentarem o mundo do trabalho serem renegados com um simples: "Precisamos de alguém com prática, com experiência!". Continuará a frustração a ser a mesma: "Não tenho culpa, não me ensinaram na faculdade..."

Continuaremos a ouvir a velha queixa do catedrático que há 20 anos assimilou a sua própria teoria e que agora não consegue desenvolver nem sequer aceitar opiniões divergentes? Continuarão estes professores a não darem notas superiores àquelas que obtiveram nas mesmas cadeiras que agora tentam ensinar?

Será que os estudantes vão continuar a queixar–se de falta de condições para estudar? Da falta de meios de comunicação entre mestres e aprendizes? Continuarão os estudantes a ter problemas com a excessiva burocracia das escassas bibliotecas?

Será que vai continuar a cair estuque na cabeça dos alunos numa qualquer faculdade de Letras? Será que os alunos de ciências continuarão a ver experiências, vitais para a sua formação, condenadas por falta de financiamento para comprar reagentes? E até quando os alunos das artes terão que financiar o seu material para poderem trabalhar? E os estudantes das leis, será que vão continuar a queixar–se das teorias da medicina legal na sua vertente de aplicação prática? E será que vão continuar a multiplicar–se nas salas de aulas já de si pequenas para tantos interessados? E os colegas de desporto? Agora que já são Faculdade, não mereceríam uma faculdade? Um espaço só seu? Ou será que quem manda vai continuar a julgar que ter um estádio universitário é o mesmo que ter uma faculdade de Desporto e Ciências da Educação Física? Um nome tão pomposo já merece algum reconhecimento, ou não?

Será que os netos da geração que agora se forma continuarão a debater–se contra as sucessivas leis de financiamento? Será que continuarão a ir para a rua protestar contra o pagamento das propinas? Será que continuará a haver, entre uma vasta maioria silenciosa, alguns boicotantes? Será que esses boicotantes terão problemas no decorrer do processo disciplinar? Ou, tal como agora, haverá ameaças, mas nada de concreto? Será que os estudantes continuarão a manifestar–se por um acesso mais justo aos estágios e às carreiras profissionais? Será que os estudantes continuarão a ter o poder de demitir reitores, não havendo diplomacia que lhes resista? Será, enfim, que os estudantes continuarão, dentro do seu mundo próprio que é a academia, a ter o poder e a força que hoje têm? Continuarão as academias a ser peças de um puzzle que acaba por representar o país?

Talvez seja interessante daqui a alguns anos, num qualquer reencontro da turma de finalistas de dois mil e qualquer coisa reler este jornal e ver o que mudou, se alguma coisa efectivamente mudar! Ou porque não, perguntar a quem cá andou antes de nós, para quem nós agora somos a terceira geração, se se revêm nesta universidade? Há duas gerações atrás os problemas eram talvez os mesmos, e talvez se mantenham daqui a duas gerações.

As TIC como um da evolução da

Os ventos de mudança que a crescente popularização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) tem trazido a todos os sectores de actividade, começa a fazer–se notar na actividade de uma instituição que, paradoxalmente, tem demonstrado uma atitude conservadora relativamente à incorporação, na prática quotidiana, do potencial dessas tecnologias: a Universidade portuguesa.

No essencial, o que as TIC trazem de novo para as instituição universitárias é a possibilidade de adopção de níveis elevados de flexibilização da actividade dos agentes envolvidos (docentes, alunos, funcionários) nas vertentes temporal e espacial, dado possibilitarem que um conjunto de actividades possam ser realizadas sem a necessidade dos agentes envolvidos se terem de encontrar num determinado local num horário pré–determinado. Esta flexibilização possibilita a adopção de novos paradigmas de trabalho, que permitem diversificar e alargar os públicos–alvo.

"Embora as TIC sempre tenham sido utilizadas em educação, tem sido a explosão da Internet a determinar novos serviços e aplicações, dado ser um meio de interacção de custo relativamente moderado e cada vez mais disponível"

Embora as TIC sempre tenham sido utilizadas em educação, tem sido a explosão da Internet a determinar novos serviços e aplicações, dado ser um meio de interacção de custo relativamente moderado e cada vez mais disponível. A Internet permite a um professor de uma dada disciplina disponibilizar informações, dos mais variados tipos, sobre a disciplina, disponibilizar recursos de aprendizagem sob diversas formas e formatos (textos, simulações, links de interesse, etc.) e dinamizar a interacção, através dos meios de comunicação típicos da Internet, entre os agentes envolvidos no processo de aprendizagem permitindo a constituição de comunidades de aprendizagem distribuídas, baseadas na Internet, que podem estar activas sem as limitações espaciais e temporais típicas das comunidades de aprendizagem tradicionais. Por outro lado, a utilização dos serviços Internet potencia a (re)utilização da gigantesca panóplia de recursos de aprendizagem disponíveis através da net.

Acompanhando um movimento em forte desenvolvimento a nível internacional, e ciente da importância estratégica da familiarização com a utilização das novas tecnologias de comunicação no ensino, em particular no quadro de evolução da população escolar portuguesa, a Universidade de Aveiro (UA) iniciou, em 1998, um programa de promoção do uso dessas tecnologias (www.ua.pt), que tem vindo a ser desenvolvido com o objectivo de melhorar as condições dadas aos alunos, mas também aos professores, para exercerem as suas actividades de ensino/aprendizagem.

Inicialmente este programa foi oferecido apenas nas quatro disciplinas semestrais do currículo comum a todos os cursos de ciências e tecnologias então existente na UA, mas rapidamente a experiência se propagou para muitas outras disciplinas e cursos da UA. Actualmente, os serviços disponibilizados por este programa são utilizados permanentemente em mais de 300 disciplinas de praticamente todos os cursos da UA, abrangendo um total de mais de 6000 alunos e mais de 200 professores.

Em paralelo com este programa, que é dirigido ao alunos dos cursos da Universidade, a UNAVE, organização de interface da UA para a área da formação contínua, lançou em Abril de 1999 um programa de ensino a distância (www.unave.ua.pt), exclusivamente baseado em serviços Internet, disponibilizando um conjunto de cursos na área das tecnologias da informação e da comunicação para o público em geral. Um dos objectivos deste programa foi permitir o desenvolvimento e avaliação de uma metodologia de organização e disponibilização de formação totalmente a distância, que permitisse assegurar níveis elevados de qualidade com custos moderados, possibilitando obter relações de custo vs. benefício interessantes tanto para os destinatários como para a entidade fornecedora dos serviços. Estes cursos foram já frequentados por várias centenas de alunos, vivendo nos mais diversos locais de Portugal, incluindo regiões autónomas, sendo de registar um crescente número de participações de alunos de países de expressão portuguesa e comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Neste ano lectivo 2002/2003 a UA lançou o primeiro Mestrado/Curso de Formação Especializada (CFE) cujo modelo de organização e funcionamento tira partido da utilização dos serviços baseados em Internet: Mestrado/CFE em Multimédia em Educação. Este curso de pós–graduação in-

factor facilitador Universidade

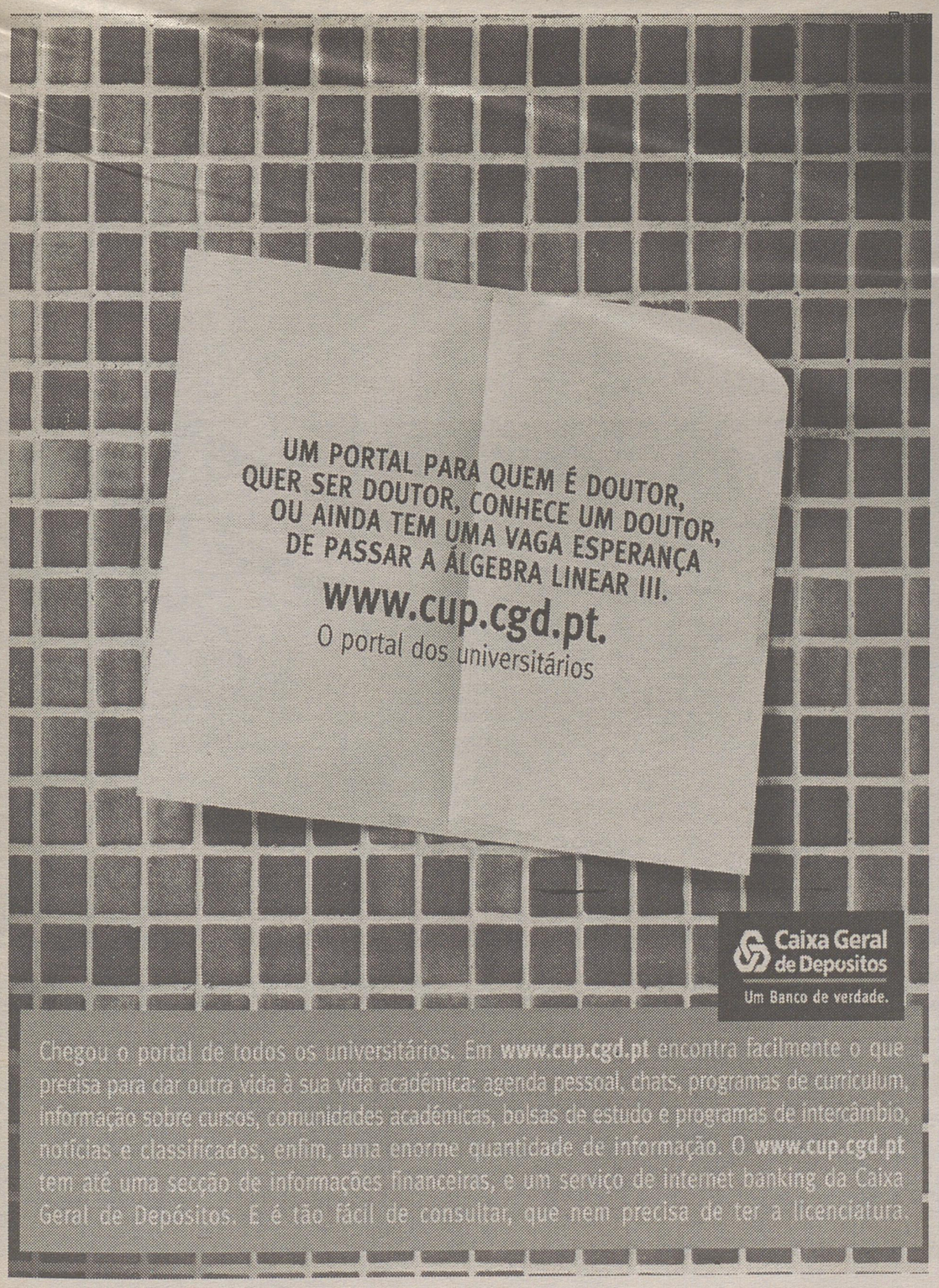
FERNANDO RAMOS *

clui uma forte componente de actividades não presenciais, que são realizadas em grupos de trabalho que interagem através dos serviços de comunicação Internet com acompanhamento e moderação permanentes dos docentes de cada disciplina. O modelo adoptado permitiu a frequência do CFE por um grupo de 30 alunos da Região Autónoma da Madeira (RAM), no âmbito de um protocolo de colaboração estabelecido com a Secretaria Regional da Educação/NESI da RAM.

> "Em algumas universidades é, ainda, a atitude pouco esclarecida de alguns órgãos de gestão aos quais custa admitir que a qualidade em sistemas de ensino universitário não se obtém exclusivamente através do modelo tradicional de ensino"

Uma nota final de comentário ao paradoxo inicialmente identificado e relativo à lentidão com que a Universidade, e em particular a Universidade portuguesa, tem vindo a incorporar as TIC no seu modelo de funcionamento. Este facto tem múltiplas causas, a que não é estranha a falta de valorização, no que respeita à progressão na carreira académica, do envolvimento dos docentes universitários portugueses na concepção e desenvolvimento de práticas inovadoras ao nível dos processos de ensino/aprendizagem. Outro factor relevante em algumas universidades é, ainda, a atitude pouco esclarecida de alguns órgãos de gestão aos quais custa admitir que a qualidade em sistemas de ensino universitário não se obtém exclusivamente através do modelo tradicional de ensino.

* Director do Centro de Multimédia e de Ensino à Distância da Universidade de Aveiro e docente nesta universidade.



EDITORIAL

JOÃO CORTESÃO

Mens sana in corpore sana

Num período que se avizinha bastante difícil para os estudantes a frequentar o ensino superior, é urgente uma reflexão acerca do ensino em Portugal. É importante que se comece a trabalhar a partir de um modelo único de ensino que não se debruce apenas sobre a falta de salas num determinado curso ou o excesso de alunos noutro. Um modelo que pense o ensino superior de uma maneira global, de modo a que as carências se tornem menos óbvias e os impactos negativos de um determinado problema possam ser minimizados. É preciso que exista uma mudança de mentalidade, mesmo que essa mudança seja forçada ou que implique algo tão radical como o encerramento de cursos (mesmo que apenas por um determinado período de tempo) ou a tão esperada reestruturação dos modelos actuais, de forma a acabar com os vícios e rotinas que produzem, no final de cada ano lectivo, uma enorme massa de trabalhadores mal preparados e sem quaisquer perspectivas de futuro.

Nesta reflexão também deve entrar o desporto universitário, como um factor fundamental na formação de qualquer indivíduo, a lembrar a máxima 'mens sana in corpore sana' que tem andado bastante arredada do dia–a–dia da esmagadora maioria dos estudantes universitários portugueses, que se encontram rendidos às maravilhas do 'fast–food' e da animação nocturna. Esta pode ser uma visão demasiado pessimista, ou não... Na prática, continuamos a ter apenas uma (esmagadora) minoria de estudantes a praticar desporto na sua universidade. Podemos ver este problema como uma questão de bases (ou de falta delas) ou apenas como uma questão de mentalidade do povo português, que é uma saída sempre fácil e bastante utilizada por aqueles que ainda vão falando desta temática. Podemos também lançar as culpas para os programas e professores dos três ciclos que antecedem a entrada no ensino superior, que não conseguem despertar nos alunos o "bichinho" do desporto, limitando–se a apresentar conteúdos desinteressantes em condições muitas vezes insuficientes. O Desporto Escolar conseguiu, em pequena escala, ir contra este estado de coisas, ao apresentar aos jovens a possibilidade de competir numa determinada modalidade, fora dos limites da sua escola. Este programa conseguiu despertar os alunos para outro "bichinho": o da competição. A partir deste ponto, todos aqueles que têm mais aptidão para tratar a bola (seja ela qual for) ingressam num clube, fechando o ciclo de mais uma participação no desporto de nível escolar que acaba por funcionar apenas como uma montra de jogadores que antecipa a entrada dos jovens no mundo do desporto.

> "O desporto é um factor fundamental na formação de qualquer indivíduo"

Tal como em qualquer outro processo de selecção, os melhores vão encontrando o seu espaço num clube com maior ou menor projecção, de acordo com as suas capacidades, sorte, conhecimentos ou qualquer outro factor que marque a diferença. Tal como no caso destes "miúdos", o desporto universitário funciona também como uma montra para aqueles que ambicionam seguir uma carreira desportiva. Ao participarem em campeonatos de alguma relevância ao nível nacional, não é estranho vermos estudantes universitários serem chamados à selecção nacional da modalidade que praticam. Este reconhecimento é dos poucos incentivos que recebem, já que os atletas estão condenados a abdicar de várias coisas para conseguir conciliar um curso com a prática do desporto, muitas vezes sem quaisquer condições materiais e perante um público quase inexistente.

Para os milhares de alunos que dia após dia se deslocam, às suas custas, para treinar ou jogar, perdendo horas de estudo ou de lazer, a motivação continua a ser apenas uma: o desejo de fazer mais pelo desporto e por si próprios, enquanto tentam elevar o nome de uma instituição de ensino. Será que perante este argumento não faz sentido repensar o apoio que é dado ao desporto universitário?

Numa análise mais fria, é inegável a relação que existe entre a quantidade de praticantes de desporto universitário e o número de atletas de alta competição em condições de representar as cores nacionais. Por outro lado, não é de todo descabido pensarmos no desporto universitário como um meio de formar profissionais nas mais diversas modalidades, capazes de ter uma visão mais abrangente em relação ao futuro do desporto, devido à formação superior que mantêm em paralelo com as suas práticas desportivas. Estes profissionais podem vir a desempenhar um papel importante na construção do futuro do desporto, que actualmente vive do todo–poderoso futebol, sendo as restantes modalidades deixadas a um canto.

Como qualquer outra actividade, o desporto precisa de profissionais qualificados capazes de protagonizar as mudanças que se impõem. É preciso que, na altura certa, os estudantes que praticam desporto assumam posições de destaque no panorama nacional, tal como acontece com os estudantes que se interessam por política ou por alguma forma de manifestação cultural. Para que isso aconteça é importante que exista uma consciencialização conjunta de todos aqueles que estão, de alguma forma, ligados às práticas desportivas. Uma mudança de mentalidade que passe sobretudo por um aumento de apoios que permita um melhoramento das condições de trabalho destes estudantes que continuam a lutar pela velha máxima 'mens sana in corpore sana' já quase perdida na memória.

A ESTRADA CURVA

JORGE VAZ NANDE

A respiração

A mais velha de todas as cidades, um bairro de casas castanhas, a casa mais castanha do mundo. No quintal, por entre plantas mortas pela meteorologia de muitos anos, ela olhava para a enormidade do edifício, o quadriculado antigo das janelas, o desbotado intermitente da madeira. Estava de pé e trazia da noite anterior um vestido vermelho que ondulava entre o céu enevoado e a terra sem pessoas.

Começou a andar, os pés frios, a cabeça erguida. Subiu as escadas do alpendre, ouviu o seu estalar sofredor. Ao pé da porta, esticou o braço e abriu-a.

A luz entrou na sala como uma faca. De repente, uma voz lá de dentro,

fecha a porta,

e ela, com o esforço que a madeira velha e já há muito acostumada a um sítio certo lhe exigiu, empurrou a tábua de madeira até ela regressar ao seu descanso e voltar a mergulhar a casa numa solidão escurecida. Ouviu–se um raspar de fósforo e um início de fósforo a despoletar, vê–se um canto da sala a aparecer amarelado atrás de uma chama e vê–se o homem que a segura, um homem velho, com os fiapos de cabelo cada vez mais compridos, sujos e raros, um sobretudo preto a cobrir–lhe o corpo, o resto da roupa a esfarrapar nas bordas. Ele acendeu uma vela num castiçal, abanou o fósforo e deitou-o para um canto, pousou o castiçal em cima da mesa e retirou uma pequena caixa de latão da estante de madeira encostada à parede ao seu lado. Virou-a de modo a que a mulher pudesse identificar o seu conteúdo e abriu-a. Lá dentro, estava um queijo flamengo e um saco de papel.

o meu preferido. está servida,

E o homem e a mulher ficaram sentados na sala, a cortar queijo e a mordiscar os lados serrados de bolachas. Falaram só quando lhes apeteceu, e não lhes apeteceu muitas vezes. Na maior parte do tempo, limitaram–se a ficar sentados, a olhar um para o outro e a compreender que tudo aquilo que os separava, a começar o nunca se terem visto antes, pouco importava naquele momento, porque ela nele encontrava o seu passado e ele via nela um futuro que não teria. A tarde acabou, ela foi–se embora e, quando saiu do quintal, o homem soprou o fósforo no castiçal e a cidade, que até aí tinha estado tão distante como um sonho, a cidade das casas velhas apagou–se.

Um café bebido, papéis em cima da mesa, um livro verde acabado de fechar. O rapaz numa esplanada olha para cima e recebe o calor do sol na cara. Ainda sente o sabor doce de uns lábios na boca, não reconhece o peso do próprio corpo e, em silêncio, pensa que, sem dúvida, aquela tinha sido uma tarde absolutamente perfeita.

Universidade e cidadania

AUGUSTO SANTOS SILVA *

Concentro–me no tema que me foi proposto: Universidade e cidadania. Não que deprecie os outros temas possíveis (há tantos e tão importantes: a autonomia, a gestão, a melhoria do ensino, a regulação, o financiamento, a avaliação, etc.!), mas porque, de um lado, tenho–me por obediente e, do outro lado, porque o tema é tanto mais oportuno quanto está inscrito no próprio lema da "Coimbra, Capital Nacional", de que a Universidade é parceira.

Diz esse lema: "Cultura, ciência e cidadania". E eis um excelente motivo de reflexão para os universitários, docentes ou discentes.

> "Queremos valorizar a cidadania? Apostemos no binómio autonomia/ responsabilidade das instituições"

A missão da Universidade declina–se, do meu ponto de vista, em quatro dimensões: como centro de ensino, como centro de investigação, como centro de comunicação e cultura, como centro de recursos ao serviço do meio sócio–económico. O desenvolvimento destas dimensões implica o cumprimento de várias condições; mas implica sobretudo, precisamente, uma lógica de cidadania.

Tentarei aplicar com a máxima precisão esta lógica a alguns pontos críticos da situação actual do nosso ensino superior. São apenas seis notas.

Primeira: mal irá quem acreditar ou quiser fazer acreditar que se pode apostar na qualificação dos Portugueses diminuindo o esforço público (quer em termos absolutos, quer em termos relativos, isto é, por comparação com outras áreas do Orçamento).

Segunda: mal vai quem acreditar ou quiser fazer acreditar que o ensino superior deve subordinar–se a alegadas necessidades do mercado de emprego, como se os objectivos da formação pudessem ser reduzidos às aptidões profissionais, esquecendo as outras dimensões da cidadania.

Terceira: mal irá quem, em nome de uma suposta eficiência ou de um pretenso combate ao corporativismo, quiser contrariar o imperativo constitucional da participação democrática na governação das universidades.

Quarta: mal irá quem sugerir ou aceitar que os estudantes sejam considerados como cidadãos isentos de deveres, a quem ninguém poderia pedir contas ou responsabilizar pelo seu empenhamento e trabalho escolar.

Quinta: as universidades não cumprirão as suas obrigações de promoção da cidadania se se mantiverem teimosamente alheadas das dinâmicas culturais das cidades onde estão localizadas.

Sexta: a cidadania ficará irremediavelmente incompleta, na Universidade, se as associações de estudantes e as direcções das escolas não tomarem nas suas mãos o controlo dos abusos nas actividades ditas de praxe académica.

Para concluir: queremos valorizar a cidadania? Apostemos no binómio autonomia/responsabilidade das instituições, na participação dos diferentes corpos nas estratégias de desenvolvimento, no aprofundamento da ligação entre a Universidade e o meio económico, social e cultural que a cerca. Incentivemos a assunção, por parte das escolas, das dimensões de profissionalidade e empreendedorismo, mas sem perder de vista que o melhor que o ensino superior pode dar à economia portuguesa é boa formação científica, tecnológica e cultural e investigação de excelência.

*Professor universitário, deputado do PS e coordenador do seu Grupo Parlamentar para o Ensino Superior

A CASSIOPEIA
http://cassiopeia.pt.vu
Segunda a Sexta
17h00 - 19h00
DUB HIP-HOP JAZZ REGGAE HOUSE ELECTRO FUNK SOUL SKA DISCO DRUM&BASS EASY LISTENING TECHNO POP